



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Geociências

MILENA EUGÊNIO DA SILVA

USP, UNESP, UNICAMP E O SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA
INTERAÇÃO VIA CONVÊNIOS DE PESQUISA

USP, UNESP, UNICAMP AND THE BRAZILIAN PUBLIC SECTOR: AN ANALYSIS OF
INTERACTION VIA RESEARCH AGREEMENTS

CAMPINAS

2024

MILENA EUGÊNIO DA SILVA

USP, UNESP, UNICAMP E O SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA
INTERAÇÃO VIA CONVÊNIOS DE PESQUISA

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
CAMPINAS PARA OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE MESTRE EM POLÍTICA
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MILENA PAVAN SERAFIM

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA MILENA
EUGÊNIO DA SILVA E ORIENTADA PELA PROF. DRA
MILENA PAVAN SERAFIM.

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

Si38u Silva, Milena Eugênio da, 1999-
USP, UNESP, UNICAMP e o Setor Público Brasileiro : uma análise da
interação via convênios de pesquisa / Milena Eugênio da Silva. – Campinas,
SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Milena Pavan Serafim.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Geociências.

1. Universidades e faculdades estaduais - São Paulo (Estado). 2. Setor
público - Brasil. 3. Pesquisa - Política governamental. 4. Políticas públicas -
Brasil. I. Serafim, Milena Pavan, 1981-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Geociências. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: USP, UNESP, UNICAMP and the brazilian public sector : an
analysis of interaction via research agreements

Palavras-chave em inglês:

State universities and colleges - São Paulo (Brazil : State)

Public sector - Brazil

Research - Government Policy

Public policies - Brazil

Área de concentração: Política Científica e Tecnológica

Titulação: Mestra em Política Científica e Tecnológica

Banca examinadora:

Milena Pavan Serafim [Orientador]

Oswaldo Gonçalves Junior

Thais Aparecida Dibbern

Data de defesa: 30-04-2024

Programa de Pós-Graduação: Política Científica e Tecnológica

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0004-6279-2581>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/4688100287998707>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

AUTORA: Milena Eugênio da Silva

**USP, UNESP, UNICAMP E O SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE
DA INTERAÇÃO VIA CONVÊNIOS DE PESQUISA**

ORIENTADOR: Profa. Dra. Milena Pavan Serafim

Aprovado em: 30 / 04 / 2024

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Milena Pavan Serafim - Presidente

Prof. Dr. Oswaldo Gonçalves Junior

Profa. Dra. Thais Aparecida Dibbern

A Ata de Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Campinas, 30 de abril de 2024.

Dedico este trabalho a todos os servidores públicos
que trabalham para o funcionalismo público brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus. Por me dar sonhos e, também, a oportunidade de realizá-los. Por me sustentar durante as dificuldades. Por me capacitar. Por cuidar de mim. Tudo é dEle, por Ele e para Ele.

Agradeço, em seguida, a Profa. Milena Serafim. A melhor orientadora para essa caminhada. A inspiração suprema do campo da Administração Pública. Por me guiar nos métodos de pesquisa, na elaboração do projeto e capítulos, pelas leituras atentas e comentários sempre pertinentes. Por não soltar da minha mão durante o processo. Por sempre me lembrar de ser corajosa.

Agradeço ao grupo de pesquisa, o GAPI, e aos pesquisadores do Projeto “Os impactos da produção de conhecimento nas políticas públicas: um estudo da atuação da Unicamp, USP e Unesp junto ao setor público”, pelas discussões e *insights* que me permitiram depreender esse tema de pesquisa. Pelas trocas. Pelo apoio intelectual e emocional. Em especial ao Dr. Evandro Coggo Cristofolletti, pela conversa que foi decisiva para a delimitação do recorte.

A banca de qualificação e defesa, composta pela Profa. Milena Serafim, Prof. Oswaldo Gonçalves e Dra. Thais Dibbern. Pelos comentários altamente pertinentes durante a pesquisa e momentos de avaliação.

Cabe destacar, também, que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Aos docentes e gestores participantes da etapa de entrevistas.

A todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, pelas aulas brilhantes e discussões enriquecedoras. Em especial, ao Prof. Aleix Altimiras Martin e Prof. Roberto Greco, pela possibilidade de cumprir o Programa de Estágio Docente (PED) e ter a oportunidade de compartilhar os achados de pesquisa e me aprofundar ainda mais na temática da Extensão e do impacto da Ciência e Tecnologia na Sociedade.

Agradeço, também, aos servidores da Secretaria de Pós-Graduação do IG, que sempre prestaram todo o apoio necessário com muita paciência. Cris, Matheus, Ryan e Daniel. A Eliane, por ser também uma amiga. A servidora Soninha, pelos cafés e abraços. Aos servidores da Secretaria de Graduação, Jo e Érico, pela gentileza, sempre.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento concedido ao projeto de maior abrangência, ao qual essa dissertação dialoga.

Agradeço a Marina e Giulia, minhas fiéis escudeiras do mestrado. Pelas trocas nas disciplinas, leituras atentas, conselhos acadêmicos, revisões do projeto e, principalmente, por dividirem o fardo pesado. Por serem ombro amigo e abraço aconchegante nos dias difíceis. Pelas ligações. Pela companhia durante as madrugadas e manhãs. Por estarem lá.

Ao time da DGP - Isa, Wal e Déia, por me ensinarem tanto sobre o funcionalismo público brasileiro. Por me ensinarem como trabalhar duro e lutar pelo que acredito. Por desempenharem o seu trabalho com maestria e me inspirarem. Por toda abertura e espaço, sempre.

Agradeço a minha família: pai, mãe e tatá. Por me ensinarem que o estudo seria “a única coisa que ninguém poderia tirar de mim.” Que sempre diziam também: “a única herança que podemos deixar é o conhecimento que você terá a chance de aprender.” E por essa ser, sem dúvidas, a melhor herança que podiam me presentear. Pelas noites e madrugadas em claro (especial a mãe) durante a escrita. Pelo apoio incondicional. Pelo cuidado que constrange. E a Laís, a minha pessoa favorita do mundo todo. Por encher o meu coração de esperança, com seu sorriso largo. Por nunca me deixar desistir de sonhar com um mundo melhor para ela. A Diva. Pelas rezas e intercessões.

Aos meus avós: Maria, Geraldo, Terezinha e Mario. Por me ensinarem que o conhecimento científico não é soberano. Por terem lutado para que de alguma forma eu pudesse me formar na universidade. Por entenderem as muitas ausências.

Agradeço aos meus irmãos tão queridos da minha segunda casa: o *Hang Out*. Por me sustentarem com suas orações. Por perdoarem, também, as muitas ausências. Por torcerem por mim. Por se preocuparem comigo. Pela irmandade e pelo Amor. Por assistirem a minha primeira aula na universidade. Helena, Paloma, Fábio, Vinícius, Gabriela, Gabriel, Guilherme, Daniel, Kesya, Giovanna, João e Ana. Ao time de intercessão.

As Administradoras Públicas que vibraram sempre, mesmo de longe, Maria Clara e Juliana.

A Dri, por acreditar em mim, sempre. Ao Lucas pelas dicas infinitas de informática.

A Professora Ana Maria, por entender o processo e sempre ser uma ouvinte dos dilemas acadêmicos.

A Ana, por todos os anos de aconselhamento e escuta afetuosa. A Dra. Júlia pelo acompanhamento.

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem.
Não pode temer o debate. A análise da realidade.
Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.”

Paulo Freire

RESUMO

O setor público brasileiro pode firmar interações com distintos entes, sejam esses de caráter público ou privado. Destacam-se, assim, as parcerias firmadas com as universidades públicas. Essas estão buscando interagir cada vez mais com sujeitos para além de seus muros. É neste contexto que o presente trabalho busca analisar os tipos de aprendizado e principais contribuições mútuas de três parcerias (convênios) firmadas entre as universidades estaduais paulistas e instituições da Administração Pública Direta e Indireta, principalmente, no que se refere a possibilidade de provimento de recomendações de protocolos de políticas públicas, melhorias e/ou inovações junto ao setor público. Em termos analíticos-teóricos a pesquisa possui um caráter exploratório, adotando uma abordagem metodológica qualitativa, realizando atividades de análise documental, estudos de caso e entrevistas semiestruturadas. Como resultados logrou identificar com sucesso como as parcerias elegidas foram estabelecidas, os tipos de aprendizado mútuos e inovações e, por fim, os desafios e dificuldades enfrentados. Como os fatores que colaboram para a conformação dos convênios, têm-se: a proximidade de longa data das instituições; as temáticas das parcerias serem de interesse direto de ambas as partes; a participação de indivíduos chave na captação e mediação da relação. A identificação dos aprendizados e inovações que foram produtos das interações também reforçou a importância do estabelecimento dessas conexões para: atuar na resolução de problemáticas sociais; fornecer melhorias a determinado setor econômico; contribuir para a quebra de estigmas e inclusão de populações vulneráveis; dar cabo a novas linhas de pesquisa e projetos de extensão no interior das universidades, bem como melhorar a qualidade do ensino ofertado e ocasionar mudanças nas políticas internas dos órgãos públicos. Como materialidade para políticas públicas foi capaz de identificar apenas a produção científica de um convênio em específico. Os desafios identificados foram: falta de recursos financeiros envolvido no projeto e/ou para convênios futuros; o próprio processo de aproximação das universidades com os entes públicos e o reconhecimento de outros tipos de conhecimentos sendo validado; as gestões transitórias em instituições públicas; dificuldades operacionais no tratamento de dados, comuns às pesquisas científicas; o conteúdo dos termos técnicos e normativos que mediarão o convênio e os meios para ampla divulgação. Almeja, portanto, contribuir com as lacunas da literatura que versa a respeito dos arranjos específicos entre universidades-governo, tanto para o avanço das práticas da Administração Pública brasileira quanto para o processo de inovação e a continuidade da disseminação do conhecimento para além dos muros das universidades.

Palavras-chave: Setor Público; Universidades; Políticas Públicas; Convênios; Inovação

ABSTRACT

The Brazilian public sector interacts with different entities, whether public or private. Partnerships with public universities in particular stand out, as they are increasingly aiming to interact with subjects beyond their walls. It is in this context that this paper seeks to analyze the types of learning and main mutual contributions of three partnerships (agreements) signed between São Paulo state universities and institutions of the Direct and Indirect Public Administration, especially with regard to the possibility of providing recommendations for public policy protocols, improvements and/or innovations in the public sector. In analytical-theoretical terms, the research is exploratory in nature, adopting a qualitative methodological approach, carrying out document analysis, case studies and semi-structured interviews. The results were successful in identifying how the chosen partnerships were established, the types of mutual learning and innovations and finally, the challenges faced. Factors contributing to the establishment of the agreements include: the long-standing proximity of the institutions; the themes of the partnerships being of direct interest to both parties; the participation of key individuals in attracting and mediating the relationship. Identifying the corresponding learnings and innovations also reinforced the importance of establishing these connections in order to: act to solve social problems; provide improvements to a certain economic sector; contribute to breaking down stigmas and including vulnerable populations; bring about new lines of research and extension projects within universities, as well as improving the quality of the teaching offered, and bring about changes in the internal policies of public bodies. As materiality for public policies, it was only able to identify the scientific output of a specific agreement. The challenges identified were: the lack of financial resources involved in the project and/or for future agreements; the very process of bringing universities closer to public bodies and the recognition of other types of knowledge being validated; transitional management in public institutions; operational difficulties in data processing, common to scientific research; the content of the technical and regulatory terms that mediated the agreement; the means for wide dissemination. It therefore aims to contribute to the gaps in the literature on specific university-government arrangements, both for the advancement of Brazilian public administration practices and the continued dissemination of knowledge beyond the walls of universities.

Keywords: Public Sector; Universities; Public Policies; Agreements; Innovation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Esquema ilustrativo representando o escopo da presente discussão	54
Figura 2 - Municípios em que estão situados as faculdades e institutos da USP.....	63
Figura 3 - Municípios em que estão situados as faculdades e institutos da Unicamp.....	66
Figura 4 - Municípios em que estão situados as faculdades e institutos da Unesp	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipos de Artigo	84
Gráfico 2 - Evolução por Anos da produção dos Artigos.....	85
Gráfico 3 - Grandes Áreas Temáticas dos Artigos e seus Percentuais	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação das universidades segundo seus modelos por países	26
Tabela 2 - As formas de Inovação no Setor Público	59
Tabela 3 - Dados Acadêmicos da Unicamp entre 2020 e 2022, com destaque aos Convênios	71
Tabela 4 - Convênios / Contratos aprovados pelo CONEX na Unicamp, entre 2014 e 2022	72
Tabela 5 - Dados relativos ao Parque Científico e Tecnológico da Unicamp, entre 2017 e 2022	73
Tabela 6 - As 34 categorias de pesquisa presente no The Units of Assessment (UoA)	86
Tabela 7 - Sistematização dos entrevistados e suas respectivas instituições.....	95
Tabela 8 - Principais achados de pesquisa segundo as categorias metodológicas estabelecidas	111
Tabela 9 - Principais desafios e dificuldades dos convênios, segundo dados coletados nas entrevistas	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Academia Brasileira de Ciências

ABE - Associação Brasileira de Educação

ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

AREX - Assessoria de Relações Externas

C&T - Ciência e Tecnologia

CACC - Comissão para Análise de Convênios e Contratos

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp

CESESP - Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo

CESIT - Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho

CMMIR - Comissão Mista sobre Migrações e Refugiados

CNIg - Conselho Nacional de Imigração

CODAGE - Coordenadoria de Administração Geral

CONEX - Conselho de Extensão

CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde

CT&I - Ciência, Tecnologia e Inovação

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

DGA - Diretoria Geral de Administração

EDAT - Escritório de Dados Institucionais e Suporte à Decisão

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA – Estados Unidos da América

ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FORPROEX - Fórum Nacional de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

FUNCAMP - Fundação de Desenvolvimento da Unicamp

GAIRE - Grupo de Assessoria Jurídica a Imigrantes e Refugiados

IE - Instituto de Economia

INGENIO - Instituto de Gestão da Inovação e do Conhecimento

ITCPs - Incubadoras de Tecnológicas de Cooperativas Populares

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MIGRAIDH - Grupo de Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional

MPT - Ministério Público do Trabalho

NE - Programa de Núcleos de Ensino

NSF - National Science Foundation

NTPcD - Núcleo de Pesquisas sobre Mercado de Trabalho e Pessoas com Deficiência

OBMIGRA - Observatório das Migrações Internacionais

OCTS - Observatório Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Sociedade

OEI - Organização de Estados Ibero-Americanos

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

PNES - Política Nacional de Economia Solidária

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão Universitária

PRT15 - Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região

SEMIL - Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

SIAD - Portal de Sistemas Administrativos

SINAES - Sistema Nacional de Economia Solidária

SMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SUDAN - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUS - Sistema Único de Saúde

TAR - Teoria Ator Rede

UDUAL - União de Universidades da América Latina

UFERSA - Universidade Federal Rural do SemiÁrido

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UFMS - Universidade Federal de Santa Maria

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UnB - Universidade de Brasília

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UoA - The Units of Assessment

USAID - United States Agency for International Development

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 01: O COMPROMISSO SOCIAL DA UNIVERSIDADE	23
1.1. O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES NO OCIDENTE E SUAS TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DOS SÉCULOS	23
1.2. A CONSOLIDAÇÃO DO COMPROMISSO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES	35
CAPÍTULO 02: RELAÇÃO UNIVERSIDADE-POLÍTICA PÚBLICA - UMA REVISÃO DA LITERATURA	45
2.1. DESENHO METODOLÓGICO DA REVISÃO	45
2.2. ANÁLISE DA LITERATURA	46
CAPÍTULO 03: ANÁLISE DOS CONVÊNIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS	52
3.1. O DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA	52
3.1.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E SEUS INSTRUMENTOS JURÍDICOS NORTEADORES	55
3.1.2. INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: UM BREVE PANORAMA	57
3.2. AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS	60
3.2.1. A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	60
3.2.2. A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	64
3.2.3. A UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	66
3.3. TRÊS ESTUDOS DE CASO	70
3.3.1. ESCOLHAS METODOLÓGICAS	74
3.3.2. DESCRIÇÃO DOS CONVÊNIOS	75
3.3.3. ANÁLISE DOCUMENTAL DOS CONVÊNIOS	88
CAPÍTULO 04: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM GESTORES PÚBLICOS, DOCENTES E PESQUISADORES: APRENDIZADOS E CONTRIBUIÇÕES MÚTUAS	95
4.1. O ESTABELECIMENTO DE VÍNCULOS ENTRE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	96
4.2. RESULTADOS E APRENDIZADOS MÚTUOS: UMA COLETÂNEA DE ACHADOS	104
4.3. PRINCIPAIS DESAFIOS E DIFICULDADES NA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO BASE DAS ENTREVISTAS	140
APÊNDICE II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	141

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de dissertação¹ tem por objetivo analisar os tipos de aprendizado e principais contribuições mútuas de três parcerias (convênios) firmadas entre as universidades estaduais paulistas e instituições da Administração Pública Direta e Indireta, principalmente no que se refere a possibilidade de provimento de recomendações de protocolos de políticas públicas, melhorias e/ou inovações junto ao setor público. Para tanto buscou-se aprimorar os seguintes objetivos específicos: I) Debater, conceitualmente, a temática do compromisso social das universidades públicas brasileiras, especialmente no tocante à produção e disseminação do conhecimento científico orientadas às demandas da sociedade; II) Analisar as principais contribuições e desafios apontados na literatura que trata da relação entre Universidades, Poder Público (Governo) e Políticas Públicas; III) Estudar três convênios buscando de forma qualitativa compreender os aprendizados mútuos e os desafios da interação estabelecida entre as partes.

A pergunta de pesquisa por sua vez é a seguinte: quais são os tipos de aprendizado mútuo e as principais contribuições resultantes da interação entre universidade e setor público firmada por esses três convênios? Cabe destacar que por “aprendizados mútuos” entende-se as contribuições classificadas como “positivas” pelos sujeitos - tanto do ponto de vista individual quanto organizacional. Como “positivas” entende-se que pudessem contribuir: I) no acúmulo de conhecimento dos indivíduos e das organizações, II) que gerassem iniciativas inéditas no bojo das instituições públicas e contribuíssem para fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão nas universidades, III) apresentassem contribuições capazes de serem empregadas na materialidade de políticas públicas e/ou já tivessem sido empregadas, e, por fim, IV) gerassem algum tipo de inovação segundo a taxonomia cunhada por Kattel e Karo (2016).

Em termos analíticos-teóricos, a presente investigação possui um caráter exploratório, adotando uma abordagem metodológica qualitativa. O levantamento bibliográfico para aferir aspectos relativos à relação universidade-políticas públicas fez o emprego da base *Dimensions*.

A análise documental foi realizada a partir do levantamento e escolha de três convênios que contribuíram ativamente para o avanço da inovação no setor público. Mais

¹ A presente dissertação está situada no interior de uma pesquisa mais ampla, intitulada: “Os impactos da produção de conhecimento nas políticas públicas: um estudo da atuação da Unicamp, USP e Unesp junto ao setor público”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a qual busca de forma exploratória compreender de que forma se desdobra a relação entre USP, Unesp, Unicamp, o poder público e as políticas públicas (Serafim, 2021).

especificamente, o primeiro mapeamento de convênios firmados entre a Unicamp foram feitos com o auxílio do Portal de Sistemas Administrativos (SIAD), ferramenta pertencente à Diretoria Geral de Administração (DGA/UNICAMP) e do Portal Transparência Unicamp, vinculado ao Escritório de Dados Institucionais e Suporte à Decisão (EDAT); o Portal de Convênios USP, instrumento vinculado ao Departamento de Convênios da USP pertencente à Coordenadoria de Administração Geral da USP (CODAGE); o Sistema de Convênios da Unesp, vinculado a Assessoria de Relações Externas (AREX), órgão incumbido de assessorar a Reitoria na conexão com demais instituições, bem como dos três Anuários Estatísticos das universidades. Houve, também, a coleta nos portais institucionais midiáticos das instituições e jornais acadêmicos - Jornal da Unicamp, Jornal da USP e Jornal Unesp.

Realizou-se também entrevistas semiestruturadas com docentes, pesquisadores, gestores e servidores públicos que participaram da execução dos três convênios, com a finalidade de aferir as suas percepções acerca das interações. Os *e-mails* dos servidores foram solicitados às instituições, e/ou mapeados a partir dos portais dos órgãos, e dos docentes coletados por meio dos *websites* das instituições.

De forma geral a escolha do ferramental metodológico está estruturada para atender diretamente aos objetivos específicos. Sua delimitação foi pautada nos instrumentos que são capazes de fornecer um aprofundamento da temática escolhida, ao passo que, também, poderiam ser aplicadas no recorte temporal da dissertação. Nesse sentido cabe destacar que a pesquisa central, ao qual essa investigação dialoga, já possui a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp (CEP), ao qual se estende a presente dissertação e seus instrumentos metodológicos (entrevistas).

Cabe elucidar, também, que a escolha pelo recorte temático possui profunda conexão com a trajetória acadêmica da pesquisadora. Administradora Pública de formação pela Unicamp, as análises a respeito do setor público sempre lhe foram caras, de modo a constantemente estar envolta em projetos e pesquisas que tomassem o Poder Público como objeto central de estudo. Desse modo, a problemática surgiu a partir de uma inquietação pela busca por melhorias no setor público, ou seja, utilizar a pesquisa acadêmica - que é capaz de fornecer diagnósticos de melhorias - para serem aplicadas nos órgãos públicos, de modo a torná-los ainda mais eficientes e alinhados com as demandas da sociedade.

Cabe situar a problemática ao qual a presente dissertação dialoga. A relação da ciência, bem como das universidades perante a sociedade, na contemporaneidade, está em transformação. Essa afirmação é depreendida a partir das contribuições ofertadas por Vessuri (1997): é possível assumir que o grande “patrão” contemporâneo das universidades passou a

ser o Estado. Isto é, os Estados Nacionais contemporâneos passaram a demandar das universidades a produção de um tipo de conhecimento “utilitário”, capaz de atuar frente às problemáticas sociais. Denota-se, assim, que a relação entre as universidades e os Estados Nacionais passou a ser mais estreita na contemporaneidade (Vessuri, 1997).

Para dar cabo de explicar essa premissa, Guimarães e Hayashi (2014) versaram a respeito do desenvolvimento científico e tecnológico, na atualidade, representar - tanto para os países que compõem o “Norte Global” quanto para aqueles que compõem o “Sul Global”, um possível caminho para alçar melhorias nas condições de vida das suas populações, isto é, detém ligação direta com o plano econômico.

A ligação existente entre conhecimento científico, emprego de seus saberes nas políticas públicas das sociedades contemporâneas e uma possível melhoria das condições de vida, a nível mundial, do ponto de vista econômico, pode ser inicialmente compreendida remontando o contexto histórico dos anos 1950, no “Norte Global”. Durante essa década, sobretudo nos Estados Unidos, a ciência, como um todo, despontava perante a sociedade civil, com relativa notoriedade. Dessa vez despontava frente a sua massiva incorporação nos conflitos armados, e a possibilidade de promoção de uma suposta melhoria nas condições de vida dos cidadãos, quando alinhada ao progresso técnico. Esse contexto, em especial, foi nomeado da era da *big Science*. Como colocado por Silva e Costa (2014), esse conceito trata justamente do instante em que os Estados formalizaram um sistema de ciência e tecnologia em que a ciência adotaria o papel de promover o desenvolvimento econômico e social.

O grande marco que cravou essa conjuntura foi a produção do relatório intitulado “*Science: the Endless Frontier*”. Segundo Silva e Costa (2014) esse documento foi organizado no ano de 1945, por Vannevar Bush, que ocupava o posto de liderança do “*Office of Scientific Research and Development*”. Neste relatório havia uma série de ações relativas ao campo da ciência e tecnologia direcionadas ao então presidente dos EUA, F. D. Roosevelt. Como corroborado por Dias (2011), esse documento promoveu um impacto no que tange o apoio concedido pelo Estado nas atividades de ciência e tecnologia. Em paralelo, também foi capaz de subsidiar uma nova base retórica do significado da C&T que faz parte das sociedades contemporâneas (Dias, 2011).

A crença na ciência, isto é, do conhecimento científico produzido pelas universidades e cientistas, como um elemento central para o desenvolvimento humano, era propagada e sistematicamente fortalecida por meio de mecanismos institucionais via Estado (Andrade, 2019). Um exemplo prático dessa afirmação é a criação das agências de financiamento centrais para estímulo da pesquisa, como a “*National Science Foundation*

(*NSF*)”. Dias Sobrinho (2014) reforça que o desenvolvimento da sociedade, a nível mundial, na contemporaneidade, passou a depender do conhecimento e da informação, gerados no interior das universidades. Atribuiu-se, historicamente, um aumento na responsabilidade de produção, fomento e disseminação do conhecimento formal ao nível da educação superior (Dias Sobrinho, 2014), frente às problemáticas sociais.

Ainda sobre a concepção de ciência, tecnologia e produção do conhecimento nas universidades que permeia as sociedades contemporâneas, cabe destacar as contribuições ofertas por Gibbons *et al.* (1994), que são cruciais para a formação da presente dissertação, e que estão sistematizadas na obra “A nova produção do conhecimento: a dinâmica da ciência e da pesquisa nas sociedades contemporâneas” (tradução nossa²), que classificam a produção científica em dois grandes “momentos” - os chamados “modos”: “modo 1” e “modo 2”.

No “modo 1” tem-se a produção do conhecimento pautada na observação particular de contextos endógenos à comunidade científica. Isto é, a produção de conhecimento era condicionada, somente, aos interesses de uma comunidade particular, composta, majoritariamente, por acadêmicos. Em contrapartida no “modo 2” a produção científica passou a considerar os contextos sociais em que seria aplicada, isto é, a sociedade e suas demandas (Gibbons *et al.* 1994).

De forma pragmática depreende-se a partir das contribuições de Gibbons *et al.* (1994) já expostas e das interpretações de demais autores (Zambon; Sigoli Fernandes Costa, 2021), que a produção e a disseminação de fluxos de conhecimento perpassaram, historicamente, nas sociedades contemporâneas, por dois momentos. Inicialmente, era o próprio corpo de cientistas que norteava essa produção, pautados naquilo que o próprio grupo considerava relevante de ser produzido e ofertado. Quando norteado pelos próprios cientistas, isto é, no “modo” 1, a produção do conhecimento científico pode ser facilmente compreendida por uma metáfora lúdica: a existência da famosa torre de marfim³.

Ou seja, a produção do conhecimento na famosa “torre de marfim” era inacessível do ponto de vista democrático, retido na ótica dos especialistas e fundamentado nas concepções da própria comunidade científica acerca do que seria relevante de ser produzido. Dessa forma,

² Título Original da Obra: “*La nueva producción del conocimiento. La dinámica de la ciencia y la investigación en las sociedades contemporâneas*” Gibbons *et al.* (1994).

³ De acordo com Almeida (2009) a expressão “torre de marfim” tem origem no século XIX, para aludir a um distanciamento existente entre a arte e sua finalidade, tendo, por exemplo, o crítico literário Charles Augustin Sainte-Beuve como um dos principais expoentes. Ao longo dos séculos, tal expressão passou a ser empregada para referenciar o distanciamento existente entre a ciência produzida pelo corpo de cientistas e a sociedade.

a produção científica era permeada por uma noção de imparcialidade e neutralidade, despida de qualquer crença ou valor.

É possível constatar que a forma como a sociedade passou a enxergar a ciência é um processo marcado por grandes transformações, sobretudo ao longo das últimas décadas. Cabe diagnosticar, assim, que nas sociedades contemporâneas atuais, o conhecimento científico produzido e disseminado passou a considerar com mais afincos os contextos em que serão empregados, pela própria relação dialógica que se tentou estabelecer entre a universidade e a sociedade, materialidade da presente investigação.

Como fontes de inspiração, além da problemática identificada pelos estudos da literatura sobre as novas relações da ciência com agentes extramuros, a participação na pesquisa de maior abrangência que busca captar de que forma a produção de conhecimento das três paulistas é empregada em políticas públicas, foi a responsável por suscitar a necessidade por essa investigação. As trocas com o grupo de pesquisadores foram o pontapé para a elaboração da problemática. Desse modo, surgiu o recorte por meio dos convênios. No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica também foi concedido o ferramental teórico para embasar parte da presente dissertação, como já apresentado nesta introdução, uma vez que o programa resgata a origem dos pilares das universidades. Por exemplo, cumpriu-se uma disciplina eletiva intitulada “Universidades e Sistemas de Ciência e Tecnologia” que foi capaz de aprofundar o arcabouço teórico e gerar ainda mais subsídios para respaldar a presente pesquisa.

Por fim, o presente documento está organizado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro discorre acerca da trajetória formativa das universidades no Ocidente, com destaque para o caso brasileiro. Em seguida, apresenta a revisão de literatura fundamentada na relação universidade-políticas públicas. O terceiro capítulo versa sobre os convênios como instrumentos formais para mediar a relação entre universidade e Poder Público, apresentando as três universidades públicas, bem como elucidando brevemente os convênios pretendidos como objetos de análise. O quarto apresenta os resultados das entrevistas semiestruturadas, buscando explicitar os tipos de aprendizado e principais contribuições mútuas de parcerias firmadas e analisadas entre as universidades estaduais paulistas e instituições da Administração Pública, principalmente, no que se refere a possibilidade de provimento de recomendações de protocolos de políticas públicas, melhorias e/ou inovações junto ao setor público.

CAPÍTULO 01: O COMPROMISSO SOCIAL DA UNIVERSIDADE

O objetivo do presente capítulo é apresentar a trajetória formativa das universidades, ao passo que pretende elucidar como a interação com agentes extramuros passou a fazer parte da missão das instituições. Sendo assim, primeiramente traça o panorama histórico e cronológico de fundação das universidades, tanto no “Norte Global” quanto no “Sul Global”, haja vista que compreender as nuances do seu processo de formação, bem como das suas transformações, possibilita um entendimento mais satisfatório sobre como a relação com agentes externos é fundamental para a construção do conhecimento científico, sobretudo na contemporaneidade.

O enfoque central é dado ao percurso formativo brasileiro, apontando eventos históricos que possibilitaram o desenvolvimento das instituições que concebemos atualmente. Posteriormente, versa especificamente sobre a trajetória da extensão universitária, pilar que impulsiona a interação das universidades com seu entorno, incluindo, portanto, os governos e instituições públicas. A existência de ferramentas que intermediam a relação da universidade com outros agentes, como os convênios com as entidades da Administração Pública, por exemplo, é a principal temática de estudo da presente dissertação e será tratado posteriormente.

1.1. O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES NO OCIDENTE E SUAS TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DOS SÉCULOS

A gênese das primeiras universidades, no Ocidente, decorre do fim do primeiro milênio, como aponta Schwartzman (2014), e residiu nas escolas monásticas europeias, cuja função primordial era a formação de sacerdotes para a Igreja Católica. Aos poucos, tais escolas foram se transformando em organismos independentes, reunindo professores e alunos (Schwartzman, 2014), no período do Renascimento. A primeira universidade ocidental descrita como aquela que reunia um arcabouço de características suficientemente adequadas para a geração da corporação universitária (Gimenez, 2017) é datada do final do século XI, em 1088, na cidade de Bolonha, na Itália (Simões, 2013).

Fatos históricos como: a Reforma Religiosa a partir de 1517, a ascensão do método científico através dos estudos de Francis Bacon em 1620 e, sobretudo, o Iluminismo, a partir de 1750, marcaram a passagem da construção do conhecimento medieval, mediado pela Igreja,

para uma construção do conhecimento pautada em um modelo racional, empírico e fundamentado na observação dos fenômenos da natureza (Pedrosa, 2016)⁴. A consolidação deste novo modelo fortaleceu as universidades, que passaram a operar, então, como “guardiãs da cultura”, e eram responsáveis por transmitirem conhecimento acumulado, tendo o ensino como seu enfoque (Gimenez; Bonacelli; Carneiro, 2016). Deste modo é possível afirmar que a primeira missão da universidade era exclusivamente o ensino.

Em 1810 há a fundação da Universidade de Berlim, na Prússia (Schwartzman, 2014). Alicerçada no ideal humboldtiano, este molde não desenhou somente o seu funcionamento interno, mas, também, alterou permanentemente o funcionamento das demais instituições. Tal ideal previa: a emancipação das academias, bem como uma educação pautada em ideias humanistas, ao passo que também suscitava uma integração entre os campos de estudo das ciências naturais, sociais e humanas e as atividades de ensino e pesquisa (Gimenez; Bonacelli, 2013, p.6). Isto posto, é a partir deste momento que passa a vigorar o ideal humboldtiano, ou seja, que a atividade de pesquisa passa a ser parte integrante da missão das universidades, justamente com o ensino (Schwartzman, 2014). Trata-se, assim, da vigência da Primeira Revolução Acadêmica: a conjunção entre as atividades de ensino e pesquisa como pilares fundamentais para as universidades.

Cabe elucidar, também, que a partir da ascensão da I Revolução Industrial, da emergência das primeiras fábricas e do regime capitalista, o conhecimento passa a ganhar um novo significado para a sociedade. De forma mais específica, na I Revolução Industrial, como apresentado por Freeman e Soete (2008), as melhorias relacionadas ao maquinário das fábricas e os avanços tecnológicos eram, essencialmente, desenvolvidos por homens “práticos” que aferiram conhecimento de forma empírica. Sendo assim, o conhecimento resultante do progresso técnico veloz desse período foi derivado de observações e de experimentos de pequena escala, obtidos por “mecânicos” ou “engenheiros” que desempenharam suas contribuições juntamente com a produção ou em caráter privado (Freeman; Soete, 2008).

Nesse momento histórico o conhecimento empregado nas fábricas e na sociedade ainda não estava plenamente conectado com a produção das academias. No entanto, como destacado por Almeida e Cruz (2010), a Revolução Industrial é de suma importância pois acabou por imprimir uma certa força de demanda nas sociedades por conhecimento direcionado e utilitário para as transformações que estavam ocorrendo nos campos econômicos, sociais e culturais.

⁴ Informação depreendida do material “A universidade e seu papel em CT&I”, apresentado na disciplina de Ciência, Tecnologia e Sociedade do Instituto de Geociências. Campinas, 2016.

Sendo assim, foi somente a partir da II Revolução Industrial, e com a conformação da Revolução Técnico-Científica, que a pesquisa científica e tecnológica, e as próprias universidades, ganham mais protagonismo frente à indústria e para a sociedade. É justamente nesse momento histórico que a P&D industrial, de altíssimo conteúdo científico, atinge seu patamar de institucionalização e profissionalização, isto é, momento em que as ciências passam a despontar como forças produtivas na chamada dinâmica “capitalista monopolista”. A ciência passou a ser uma mercadoria comprada e vendida como capaz de gerar implementos à produção, altamente conectada com as necessidades imediatas do capital (Braverman, 1974) por competitividade.

É possível começar a interpretar a evolução da relação das universidades com outros agentes a partir da sistematização produzida por Gimenez e Bonacelli (2013), que classificou os modelos de universidades ao redor do mundo de acordo com as suas missões, levando em consideração a sua gênese e localização. Gimenez e Bonacelli (2013) partiram das contribuições de “Freitas Neto (2011); Felix (2008); Prota (1987); Pizzitola (1986); Drèze e Debelle (1983); Janne (1981)” (Gimenez; Bonacelli, 2013, p.4) para produzirem essa sistematização.

Pizzitola (1986), nesse sentido, recebe destaque dentre os autores, ao cunhar os três modelos clássicos de universidade, que originam os modelos posteriores: o prussiano, o napoleônico e o anglo-saxônico. Para ele, existem três agentes indispensáveis para a gênese destes modelos, sendo eles, respectivamente: o Estado, a sociedade civil e a própria autonomia da comunidade acadêmica (Gimenez; Bonacelli, 2013). A ação massiva do Estado, portanto, deu origem ao modelo napoleônico de universidade, já a ação da sociedade civil, o modelo anglo-saxônico e a autonomia da comunidade acadêmica, o modelo prussiano (Gimenez; Bonacelli, 2013). Apresenta-se, portanto, de forma integral, a sistematização produzida por Gimenez e Bonacelli (2013):

Tabela 1 - Classificação das universidades segundo seus modelos por países

MODELO	PAÍS	CARACTERÍSTICAS
“Prussiano”	Alemanha	Universidade de pesquisa: Universidade de pesquisa: a universidade vista como uma comunidade de pesquisadores; missões - ensinar e “fazer ciência”; para conduzir um projeto nacional; colaboração; interdisciplinaridade, autonomia interna e externa.
“Napoleônico”	França	Universidade do Estado: monopólio da instrução pública; para garantir a estabilidade política; educação padronizada, uniforme; rigidez e hierarquização da estrutura administrativa, ensino profissionalizante.
“Anglo-saxônico”	Inglaterra	Universidade do espírito: educar mentes; “liberal arts”*; saber universal, sem fins práticos; para a elite; formação moral, intelectual e não profissional ou vocacional.
“Utilitarista norte-americano”	EUA	Universidade pragmática: o saber como um instrumento para a ação; princípios democráticos; acesso franqueado a todos (elite e massas); a serviço do desenvolvimento da nação; ensino e pesquisa a serviço do estímulo à criatividade e à inovação. Originou-se do modelo anglosaxônico, mas distanciou-se deste e apresenta características bastante distintas, o que requer que seja examinado separadamente.

Fonte: Gimenez; Bonacelli (2013, p. 4)

Como é possível observar na tabela acima, as universidades foram classificadas de acordo com suas características mais predominantes, levando em consideração, também, seu local de origem. Seguindo essa taxonomia, que versa majoritariamente a respeito da formação das universidades no Norte Global, e como apontado por Schwartzman (1966), a literatura frequentemente trata a gênese das universidades latino-americanas como napoleônicas, em razão do forte predomínio Estatal na sua hierarquização, combinadas com a característica basilar de serem uma união de faculdades profissionais (Mazzilli, 2011). Nesse sentido, cabe remontar a trajetória formativa das universidades do “Sul Global” com mais detalhamento e, principalmente, do caso brasileiro, para aferir suas nuances.

Isto posto, a formação das universidades latino-americanas, como coloca Cunha (2007) na obra seminal da literatura que versa sobre o Ensino Superior no Brasil - “A

universidade temporã: o ensino superior, da colônia à Era Vargas”, teve início na quarta década do século XVI, mais especificamente em 1538, em São Domingos, na atual República Dominicana. No entanto, sofreu um processo de descontinuação e, somente em 1553, no México, de fato, a instituição universitária se estabeleceu. Em seguida são elencadas, em ordem cronológica, a fundação das universidades: de São Marcos (Peru), de São Felipe (Chile) e Córdoba (Argentina) (Cunha, 2007). Esse panorama promissor, entretanto, contrasta significativamente com a realidade experienciada no Brasil. As heranças coloniais ao tecido social brasileiro são diversas, mas apontaremos, em especial, o claro descompasso vivenciado durante a formação das academias. Em comparação com os demais países latino-americanos, o desenvolvimento pleno de nossas universidades se deu tardiamente (Cunha, 2007).

Faria (1952) aponta que o descompasso pode ser atribuído ao número de universidades existentes na Espanha e em Portugal durante o século XVI: eram oito universidades em solo espanhol e apenas uma universidade em solo lusitano. Para Fávero (2006) o desenvolvimento tardio também é atribuído a postura portuguesa, reflexo da sua política de colonização, mas igualmente fruto da resistência dos próprios brasileiros, que consideravam mais adequado que os interessados em formação educacional (isto é, aqueles cidadãos pertencentes às elites) buscassem em Coimbra seus ensinamentos superiores.

Dessarte, em solo brasileiro, a primeira atividade relacionada a algum tipo de ensino advinha dos jesuítas, que mantinham colégios com três propósitos centrais: formar padres para as atividades missionárias, formar mão de obra para ocupar cargos na administração central (oficiais de Justiça, da Fazenda) e, por fim, prestar algum tipo de formação às classes dominantes - filhos de detentores de minas e terras (Cunha, 2007). A ação destes colégios jesuítas perdurou até 1759, quando os membros religiosos da Companhia de Jesus⁵ foram retirados da composição do reino português e, portanto, tais instituições foram descontinuadas.

Em função da descontinuação no período Pombalino⁶ houve a abertura de aulas isoladas. A partir de 1776, um novo movimento de frades retomou o ensino eclesiástico (Cunha, 2007). Em 1808, já na qualidade de Império, e recebendo a sede do reino português no Rio de Janeiro, o país começa uma reestruturação do seu modelo de ensino. Como colocado por Mendonça (2000), o comércio local solicitou ao Príncipe Regente a fundação de uma universidade literária. No entanto, tal solicitação não foi contemplada e as instituições que foram criadas estavam “diretamente articuladas à preocupação com a defesa militar da colônia,

⁵ A Companhia de Jesus refere-se a ordem jesuítica da Igreja Católica, com finalidade de catequização.

⁶ O período Pombalino corresponde aos anos de 1759 a 1822. Trata-se da nomeação, por D. Pedro I (rei de Portugal), de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal à ministro (Seco; Amaral, 2006, p. 3).

tornada a sede do governo português” (Mendonça, 2000, p. 134). Criaram-se, assim, instituições como a Academia Real Militar, cursos de anatomia e cirurgia, para prestar apoio ao Hospital Militar, que se desdobraram, posteriormente, na Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (Mendonça, 2000).

Cabe destacar que o caráter das iniciativas encampadas pela Coroa nesse momento, isto é, cursos avulsos, escolas e faculdades profissionalizantes (Mendonça, 2000), perduraram até a República. Esse diagnóstico é corroborado por Rothen (2012), que afirma que a herança da Reforma Pombalina era a valorização de escolas técnicas e profissionais, sem o cultivo de uma ciência estruturada e universal. Ademais, as instituições detinham um caráter de isolamento, sem interações. Durante a República Velha, período que compreende entre os anos de 1889 até a Revolução de 1930, surgiram as escolas superiores livres, que não tinham ligação com o Estado (Cunha, 2007).

A República, como apontado por Schwartzman (2015), sela uma separação formal entre a Igreja e o Estado, abrindo uma lacuna de ação para as oligarquias regionais. Os intelectuais foram crescendo, preocupados com a conformação do sistema educacional brasileiro. Esse novo interesse daria cabo de suscitar a formação de escolas, instituições e secretarias (Schwartzman, 2015). Especialmente cabe pontuar que no estado de São Paulo há o advento de diversas instituições que ficaram responsáveis pela produção científica brasileira até a década de 1930 (Schwartzman, 2015) como, por exemplo: o Instituto Agrônomo de Campinas (1887); o Instituto Bacteriológico (1893); o Instituto Butantã (1899); a Escola Politécnica (1893); a Escola Livre de Farmácia de São Paulo (1901), a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro (1901) e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (1902) (Schwartzman, 2015), em Piracicaba, instituição de extrema importância para a presente dissertação.

Foi nesse período, então, que surgiram “os primeiros estabelecimentos de ensino superior no Brasil com o nome de universidades” (Cunha, 2007, p. 134). Nesse cenário, é possível citar algumas universidades criadas “à revelia do poder central, no Amazonas, em São Paulo e no Paraná” (Cunha, 2007, p. 177), isto é, universidades classificadas por Cunha (2007) como “universidades de vida curta.” A Universidade de Manaus, criada em 1909, tão logo se dissolveu em 1926, separando-se em três diferentes instituições. A primeira Universidade de São Paulo, criada em 1912, foi dissolvida em meados de 1917, e seus núcleos não evoluíram. Também, em 1912, foi criada a Universidade do Paraná, desintegrando-se anos depois.

No entanto, no bojo dessa ascensão, destacam-se, de fato, a Universidade do Rio de Janeiro (1920) e a de Minas Gerais (1927), como as universidades “que vingaram” (Cunha,

2007, p. 134). No que tange, portanto, a criação das universidades, mais especificamente, temos:

A primeira universidade oficial brasileira foi criada no Paraná e não teve vida longa. Surgiu, em 1912, com a legislação liberal [...] em 1920, sob a nova legislação, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, com a fusão das antigas escolas de engenharia, medicina e direito. Mas dessas primeiras universidades nenhuma foi mais do que um simples aglomerado de escolas profissionais reunidas sob um frágil reitorado, com poucas atribuições. É de abril de 1931 a primeira legislação federal delineando as características próprias de uma universidade: o que seria conhecido mais tarde como ‘Reforma Francisco de Campos’ (Schwartzman, 2015, p. 199).

A criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, se deu a partir da publicação oficial do Decreto nº 11.530, que já havia sido promulgado anteriormente em 1915, e que versava justamente sobre a necessidade da união das Escolas Politécnica, de Medicina e Faculdades Livres de Direito. Em setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa instituiu legalmente a Universidade do Rio de Janeiro (Fávero, 2006). Como apontado por Fávero (2006), na união das três unidades foi concebida a autonomia didática e administrativa à instituição, representando a primeira instituição universitária sancionada pelo Governo Federal.

No entanto, sua concepção esteve permeada por diversas críticas de pensadores da educação na época, como José Augusto, que publicou o artigo “Regime Universitário III – O estado atual da questão no Brasil”, considerando que o Decreto de criação não havia concedido uma verdadeira orientação formativa à instituição (Fávero, 2006). De todo modo, sua concepção intensificou o debate no país acerca do sistema de ensino superior, que passou a contar com dois agentes centrais: “a Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC)” (Fávero, 2006).

A ABE inicia, nesse período, uma série de consultas de opinião com as instituições recém-criadas e especialistas, acerca da formação do ensino superior brasileiro. Seus resultados se converteram em documentos intitulados “inquéritos”, que foram apresentados em uma série de conferências nacionais para debater as pautas relacionadas à educação. Em resposta a um dos inquéritos apresentados pela Associação, a recém-criada Universidade de Minas Gerais colocou em discussão o tema da autonomia universitária, para ser debatido tanto do ponto de vista econômico quanto didático, administrativo e disciplinar (Schwartzman, 2015).

Cabe destacar que nesse momento a ideia de formação de uma universidade que produzia pesquisa subordinada às necessidades da nação era rejeitada por muitos especialistas,

como Álvaro Osório de Almeida⁷, cuja defesa era em favor da produção de um conhecimento pautado na contemplação dos fenômenos naturais (Schwartzman, 2015). Já em contraposição, o intelectual Tobias Moscoso adotava uma postura de defesa da autonomia universitária e de um espírito utilitarista nas academias (Schwartzman, 2015). Observa-se, assim, que desde a gênese das primeiras universidades brasileiras o debate acerca de que tipo de orientação deveria ser dada a pesquisa já era posta em pauta. Conclui-se, então, que o campo da educação superior estava em disputa.

Rothen (2012) corrobora tal diagnóstico, na medida em que afirma que na metade da década de 1930 os conflitos sociais geraram a adoção de políticas educacionais tanto autoritárias como liberais, uma vez que o Governo Federal não tinha uma proposta bem definida para a educação. Na “IV Conferência Nacional de Educação”, convocada pela ABE, dois grupos eram observados: os autoritários e os liberais, e nenhum deles exerceu qualquer tipo de hegemonia (Cunha, 2007).

No início da Era Vargas, no ano de 1930, havia três universidades no Brasil: a do Rio de Janeiro, a de Minas Gerais e a Escola de Engenharia de Porto Alegre (“essa sem o nome de universidade, mas progressivamente diferenciada em suas atividades acadêmicas”) (Cunha, 2007, p. 207). Em 11 de abril de 1931, entra em vigor a primeira legislação federal, isto é, o Decreto-Lei n.19.851, nomeado “Estatuto das universidades brasileiras” (Rothen, 2012), que desenhava as características basilares da universidade, e que também seria conhecida posteriormente como a “Reforma Francisco de Campos” (Schwartzman, 2015). Francisco Campos estava, neste momento, como Ministro da Educação e Saúde Pública, e seus esforços pretendiam unificar a tensão experienciada no campo da educação naquele período, como citado anteriormente, oscilando entre a postura autoritária e a liberal (Schwartzman, 2015; Rothen, 2012).

No corpo do decreto versava-se a respeito: dos fins do ensino universitário, da constituição das universidades brasileiras, da administração, das nomeações e atribuições da figura do reitor, do papel do Conselho Universitário, do corpo Técnico e Administrativo (Congregação, Direção, Corpo Docente e Discente) e Admissão. Em seu 1º artigo é possível observar a finalidade atribuída ao ensino universitário: “elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaesquer dominios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de actividades que requerem preparo tecnico e scientifico superior” (Brasil, 1931).

⁷ Álvaro Osório de Almeida foi uma figura intelectual de relevância para o país, integrando diversas Academias de cunho científico tanto nacionalmente quanto internacionalmente (Academia Nacional de Medicina, 2023).

Em relação às práticas extensionistas e relação com a sociedade, as universidades no Brasil tinham experienciado somente a realização de conferências, semanas abertas ao público e cursos. Como colocado por Carbonari e Pereira (2007) tais atividades não tinham ligação com as problemáticas sociais e econômicas do tecido social brasileiro. No que tange a relação com a sociedade e os aspectos da extensão universitária, o Decreto os menciona brevemente:

As universidades brasileiras, solidarias nos mesmos propositos e aspirações de cultura, devem manter activo intercambio de entendimento e de cooperação, afim de que efficazmente contribuam para a grande obra nacional que lhes incumbe realizar. Entre os institutos de qualquer Universidade deverá haver permanente contacto, facilitado em reuniões collectivas, nas quaes os corpos docente e discente possam encontrar ambiente agradável e propicio á orientação e renovação dos ideaes universitarios. Mas, além disso, as universidades devem vincular-se intimamente com a sociedade, e contribuir, na espera de sua acção, para o aperfeiçoamento do meio (Brasil, 1931).

Em 1934 temos a fundação da Universidade de São Paulo (USP), instituída por meio do Decreto nº 6.283/34 (Fávero, 2006). Seus fins, nesse momento, eram:

a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências palestras, difusão pelo rádio filmes científicos e congêneres (São Paulo, 1934).

Em seu artigo basilar, portanto, há a menção à interação com a sociedade e a prática de extensão universitária como obra social e, sobretudo, de difusão das ciências, não propriamente por uma interação que fosse capaz de conformar a construção do conhecimento científico. A USP é fundada, portanto, sob a égide central do ensino e da pesquisa. A extensão somente é declarada no Art. 36, inciso 9, como atribuição ao Conselho Universitário, a saber: “organizar, de acordo com proposta das Escolas, Faculdades ou Institutos, os cursos, conferências e todas as demais medidas de extensão universitária” (São Paulo, 1934). Sendo assim, a extensão universitária não surge, na USP, como protagonista frente às demais finalidades da universidade, como o ensino e a pesquisa, com atividades ainda limitadas.

No plano político, com a promulgação da Constituição Republicana de 1934, ansiava-se pela vigência de uma democracia liberal no país. No entanto, a partir de 1935, as tendências autoritárias ganharam protagonismo (Fávero, 2006). Durante o Estado Novo, período de intenso autoritarismo por parte do Governo Federal, a USP destacou-se, em

perspectiva nacional, como resistente às interferências do Governo, ainda que experienciou a descontinuação do seu Instituto de Educação, por exemplo (Mendonça, 2000).

Durante os anos 50 e 60, as heranças das tensões políticas e do regime autoritário condicionam determinadas tendências no campo das universidades (Mendonça, 2000). Entretanto, o país, no seu plano econômico, experienciou um ritmo de desenvolvimento acelerado, em função da promoção da industrialização (Fávero, 2006). Essas tensões, tanto do plano político como social e econômico, desencadearam um movimento de tomada de consciência por parte da sociedade, da condição precária em que as universidades brasileiras estavam inseridas.

O movimento pela modernização do campo universitário desemboca em seu ápice com a criação da Universidade de Brasília (UnB) (Fávero, 2006). A fundação da UnB, em dezembro de 1961, ilustra, nesse momento, um ponto bastante crucial para a trajetória das universidades (Fávero, 2006), uma vez que se forma a estrutura dos departamentos internos (Mendonça, 2000). Neste sentido, sob o impacto do populismo e das pressões populares, o ensino superior detém de seu primeiro surto de expansão: em 1945 eram 5 universidades, e ao final de 1964, eram 37 (Mendonça, 2000).

No começo dos anos 60, mais especificamente, o movimento estudantil já despontava como um agente central das discussões acerca das universidades. Em 1961 a União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu o “I Seminário Nacional da Reforma Universitária.” Como diretrizes da Reforma, reivindicavam o acesso à universidade de uma maneira mais democrática, por meio da extensão universitária e de uma articulação com as instituições governamentais (Mendonça, 2000). Três anos depois do seminário o Brasil iria experienciar uma das facetas mais trágicas de toda história: o golpe militar de 1964.

Neste íterim é de suma importância para a presente dissertação destacar a fundação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), consolidada em outubro de 1966. Inicialmente concebida pela “Lei Estadual nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962”, somente se estabeleceu a partir do Decreto nº 45.220, de 9 de setembro de 1965, que criou, de fato, a Comissão Organizadora da Universidade (Unicamp, 2002). Na Lei Estadual nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962, estava prevista, como finalidade da Unicamp: “I) ministrar o ensino universitário e pós-graduado; II) promover a pesquisa pura e aplicada; III) formar e treinar técnicos de nível médio e superior” (São Paulo, 1962). Tal como a gênese da USP, a fundação da Unicamp esteve pautada, majoritariamente, no ensino e na pesquisa como pilares centrais.

Retornando ao contexto político e social mais amplo do país, com a ascensão da Ditadura Militar concatenou-se, em 1968, a Reforma Universitária, expressa pela Lei 5.540/68.

De acordo com Aroni (2017) tal Reforma foi responsável por delinear boa parte da atual disposição do ensino superior no país, estabelecendo, legalmente:

A autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira das universidades, implantando os departamentos como uma ‘célula’ organizacional das instituições, prevendo a participação docente nos órgãos decisórios centrais, inclusive nos estabelecimentos isolados, introduzindo os cursos de especialização e de extensão nas diferentes modalidades organizacionais, extinguindo as cátedras e adotando a progressividade do regime de trabalho de dedicação exclusiva nas universidades públicas (Aroni, 2017, p. 1).

Neste momento foram firmados diversos convênios entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Como produto desses convênios, instaurou-se uma mentalidade de “racionalização das atividades acadêmicas” a fim de aferir o máximo de rendimento com investimentos baixos (Aroni, 2017), ou seja, a busca por eficiência nas instituições públicas passou a fazer parte da mentalidade do Governo neste período. Um objetivo central dessa estratégia era a ampliação (em número de vagas) para as universidades federais. Assim, para dar cabo dessa nova mentalidade, foram criados órgãos que buscavam fontes alternativas de recursos para projetos de ensino e pesquisa, como o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e da Pesquisa (INDEP). Outra mudança crucial foi a cobrança de anuidade nas instituições federais de ensino, de alunos com rendas familiares elevadas (Aroni, 2017).

Cabe destacar, também, que ainda que a Reforma tenha estabelecido preceitos importantes as universidades, ela contribuiu diretamente para o fortalecimento dos empreendimentos educacionais particulares, na medida em que as modificações implementadas nas federais, sobretudo para a geração de novas matrículas (Martins, 2009) não foram satisfatórias. No que tange especificamente à questão das vagas, em 1960 eram 53.624 vagas ofertadas nas instituições públicas. Em 1980, eram 492.234. Porém, quando comparadas com o ensino particular, em 1960 eram 42.067 e em 1980 eram 885.054 (Aroni, 2017).

A partir desses dados torna-se notório o fortalecimento do ensino privado em detrimento do público, cujos moldes estavam baseados nos modelos do “antigo padrão brasileiro de escola superior”, análise cunhada por Florestan Fernandes na obra “Universidade Brasileira: reforma ou revolução?”. O diagnóstico de Fernandes (1975) dialoga com a gênese do ensino superior no Brasil, isto é, surgiu um ensino superior privado descentralizado, com instituições isoladas, focado somente na transmissão de conhecimentos profissionalizantes, sem a valorização da atividade de pesquisa, tampouco conectado com as transformações e

demandas sociais e forjado sob a égide das demandas mercadológicas (Martins, 2009). Como colocado por Fernandes, sobre a gênese das instituições de Ensino Superior no Brasil:

A sociedade brasileira, desde o aparecimento das primeiras escolas superiores, privou-as de condições e valores essenciais para a sua organização, funcionamento e crescimento normais. Os modelos institucionais importados foram submetidos a um permanente processo de erosão, de esvaziamento e de utilização unilateral, que acabou produzindo um tipo de escola superior ultra-deficiente e irrecuperável (Fernandes, 1975, p. 55).

A Reforma pode ser classificada, assim, como um processo institucional tutelado por um pequeno grupo de pessoas, que colocou em risco a gratuidade plena das instituições públicas (Aroni, 2017). O contexto político de forte repressão somados com a perseguição dos movimentos sociais não permitiu uma contestação mais profunda frente a políticas que permitiram, em paralelo, um fortalecimento de um ensino superior privado mais atuante.

Na segunda metade da década de 70, por sua vez, o contexto político e social do Brasil estava começando a se transformar, em função das mudanças tecnológicas, financeiras e produtivas. Como colocado Aroni (2017) uma nova “efervescência política” passou a vigorar no país, fundamentada no desequilíbrio fiscal, aumento das taxas de juros internacionais e escassez de financiamento externo. Para conter o cenário interno, era necessário um aumento da participação social no processo de tomada de decisão, e do ponto de vista das instituições públicas, lutar ativamente pela garantia dos fundos públicos (Aroni, 2017).

A Unesp foi criada em 1976, resultante de uma prática bastante comum: a junção de institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo, isto é, unidades situadas em diferentes pontos do interior paulista e que foram devidamente aglutinadas. A criação da universidade está intimamente conectada com a existência em 1969, da Secretaria da Educação e da Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (Cesesp). Inicialmente, a Cesesp era responsável pela gestão das universidades descentralizadas. Em 1976, por determinação do governador em exercício, as unidades deixaram o controle administrativo do Cesesp e passaram a vigorar como universidade. Agora eram autarquias submetidas ao governo de São Paulo. A partir da “Lei 952 de 30 de janeiro de 1976, foi então criada a Unesp” (Unesp, 2022).

Durante a redemocratização, a participação social conformou o instrumento mais importante do país nos dias atuais: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Na publicação original da Carta Magna, já estava disposto o artigo de maior relevância para a conformação das universidades no modelo em que conhecemos atualmente - o Art. 207, que

passa a prever o caráter e a finalidade das universidades. Fica garantido, constitucionalmente, a indissociabilidade entre os três pilares fundamentais das universidades: o ensino, a pesquisa e a extensão (Brasil, 1988).

Mazzilli (2011) coloca que a indissociabilidade foi fruto direto das reivindicações dos movimentos sociais. Mais especificamente das discussões encampadas no “Fórum da Educação na Constituinte”, que foram expoentes para o desenho do artigo 207. O fórum foi composto por entidades científicas e sindicais, que apresentaram a proposta do texto (Mazzilli, 2011). Recebe destaque, também, a “Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior” (Andes), instituição responsável pelo projeto de universidade brasileira apresentado no documento do fórum. Neste documento estava justificada a indissociabilidade dos pilares da universidade uma vez que conferiria um padrão de qualidade às instituições. A indissociabilidade também seria capaz de garantir o papel social das instituições acadêmicas, em um contexto mais democratizante e igualitário (Mazzilli, 2011).

Mediante ao cenário apresentado pode-se observar que a trajetória de formação das universidades, em solo brasileiro, foi marcada por um relativo “atraso”, quando comparada com as demais trajetórias formativas nas nações latino-americanas e, sobretudo, no “Norte Global”. O processo foi permeado por diversas tensões sociais e marcado pela aglutinação de escolas e faculdades por um longo período, até, de fato, ser legalmente respaldado e reconhecido no arcabouço normativo do país, conformando as instituições que conhecemos hoje: as universidades. Isto posto, observou-se também que os pilares norteadores foram, durante um longo período, o ensino e, posteriormente, a pesquisa em conjunto. A seguir serão explorados os elementos que possibilitaram a conformação da extensão universitária como um terceiro pilar fundamental às universidades, bem como o conceito de compromisso social, atuante no âmbito acadêmico tanto no “Norte Global” quanto no “Sul Global” - com destaque para o Brasil.

1.2. A CONSOLIDAÇÃO DO COMPROMISSO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES

Para começar o debate acerca do compromisso social das universidades, Dibbern, Cristofolletti e Serafim (2018) caracterizam, a partir dos argumentos de Bernheim & Chauí (2008), a universidade como sendo uma instituição social complexa, isto é, que pode expressar a própria estrutura de uma sociedade também complexa, uma vez que podemos encontrar, em seu interior, uma vasta gama de projetos e ideias (Bernheim; Chauí, 2008).

Tendo esse conceito em vista, isto é, da universidade como uma instituição que está no tecido social e, portanto, pode expressar as contradições presentes na sociedade, remontamos Gimenez (2017) em sua tese, que aponta que a ideia do surgimento de uma nova atividade nas universidades - isto é, que iria além do ensino e da pesquisa - surgindo em meados do século XIX, no interior das instituições britânicas. Neste período, pairava no imaginário de alguns docentes das universidades de Oxford e Cambridge, que a instituição poderia atingir públicos externos, conformando as primeiras noções (ainda muito embrionárias) de extensão universitária. De forma mais específica, professores dessas instituições iniciaram um movimento de levar atividades educacionais a comunidades da recém-formada área urbana industrial, localizadas no entorno das universidades. Por meio de palestras buscavam ministrar aos trabalhadores urbanos sobre literatura, questões sociais e conteúdos agrícolas (Gimenez, 2017).

Em Cambridge o principal expoente desse movimento foi o professor James Stuart, que notou a demanda por instrução e conhecimento de parte da população. Neste momento surge o conceito de “Universidade Peripatética” (Gimenez, 2017, p. 61), fazendo menção às atividades itinerantes de professores que passaram a oferecer cursos e palestras a população (Gimenez, 2017).

O termo “extensão universitária” surge na Universidade de Oxford, por volta de 1845 (Oxford, 2023) e a primeira atividade extensionista ocorreu em 1878, a partir do oferecimento de palestras sobre a história da Inglaterra em escolas. Em 1892 criaram um comitê para gerir as palestras extensionistas, nomeado de “*Delegacy for the Extension of Teaching Beyond the Limits of the University*” (Gimenez, 2017, p. 61). Uma série de órgãos foram criados após esse período, para dar cabo de organizar e gerir o oferecimento das palestras na Inglaterra. Contudo, cumpre observar que esse movimento não foi capaz, até aquele momento, de produzir grandes transformações nas missões das universidades, como apontado por Gimenez (2017).

Nota-se que esse período na Inglaterra despertou as primeiras noções de atividades que firmavam relação entre a universidade e o seu entorno, mas não foram suficientemente capazes de produzir alteração nos pilares e nas prioridades das universidades. Como respaldado por Menéndez (2015):

O conceito de missão social da Universidade tem feito parte de uma construção histórica cujas primeiras referências se encontram nas primeiras décadas do século XIX nas universidades europeias. Começou, de forma muito embrionária e difusa, a identificar-se com uma Universidade preocupada em dar respostas à população em termos educativos em geral e em aspectos ligados à formação e educação nos ofícios, em particular, face ao surgimento de uma nova classe social emergente, como

resultado do processo da revolução industrial em pleno desenvolvimento na maioria dos países europeus naquela época (Menéndez, 2015, p. 11 - tradução nossa⁸)

O modelo embrionário inglês inspirou outras universidades no “Norte Global”: Bélgica e Alemanha na Europa e os Estados Unidos na América (Paula, 2013). O caso norte-americano, ao qual daremos destaque por ser avaliado pela literatura extensionista como um dos modelos pioneiros, se inicia em 1890, com a criação da “Sociedade Americana para a Extensão do Ensino Universitário”, na Filadélfia (Gimenez, 2017). Neste momento, as atividades extensionistas, ou seja, atividades que tinham relação com seu entorno eram: palestras, cursos e a criação de bibliotecas públicas. Nesse sentido, cabe destacar a análise contrastante produzida por Paula (2013) acerca das duas vertentes extensionistas: a vivida na Europa e, posteriormente, nos EUA. O autor evidencia que o caráter das atividades extensionistas na Inglaterra se tornaram enfocadas em envolver diversas instituições - o Estado, a Igreja e os partidos, numa tentativa de oferecer contrapontos às consequências do nascimento do capitalismo. Já nos EUA, a prática extensionista se tornou uma “mobilização da universidade no enfrentamento de questões referentes à vida econômica no sentido da transferência de tecnologia, da maior aproximação com o setor empresarial” (Paula, 2013, p. 10).

O panorama apresentado, portanto, tem relação com a evolução da prática extensionista no “Norte Global”. No que tange ao “Sul Global” e mais especificamente, a América Latina, Gimenez (2017) destaca, com base em Angeles (1992) que no período colonial e no período republicano, não havia interesse por parte das universidades em expandirem suas atividades para além do seu entorno. Em 1905, a fundação da Universidade de La Plata, na Argentina, representou um importante marco, uma vez que a instituição inseriu, formalmente, em seu estatuto a responsabilidade de realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em 1918, também na Argentina, surgiu um movimento de estudantes que passou a compreender a universidade como um espaço inatingível e pouco acessível ao restante da sociedade - a chamada Reforma Universitária (Paula, 2013) - também intitulada como Reforma de Córdoba⁹, buscando a ampliação do espaço e das atividades de interação com outros agentes, sendo

⁸ “*El concepto de misión social de la Universidad ha formado parte de una construcción histórica cuyas primeras referencias las encontramos a partir de las primeras décadas del siglo XIX en las universidades europeas. Comenzaba, de manera muy embrionaria y difusa, a identificarse una misión social de la Universidad preocupada por dar respuestas a la población en términos educativos en general y en particular en aspectos vinculados a la capacitación y formación en oficios frente al surgimiento de una nueva clase social emergente como resultado del proceso de la revolución industrial en pleno desarrollo en la mayoría de los países europeos en ese entonces*” (Menéndez, 2015, p. 11).

⁹ Intitulada de Reforma de Córdoba por ter sido encapada na cidade de Córdoba, na Argentina.

considerada, assim, um grande marco para a extensão universitária latino-americana (Gimenez, 2017).

No contexto dessa Reforma, a extensão assumiu um papel de participar ativamente da “resolução dos problemas sociais, econômicos e políticos, bem como em uma ação permanente de divulgação das ciências e da cultura direcionadas especialmente aos setores marginalizados pelo ensino universitário” (Menéndez, 2015, p. 12, tradução nossa¹⁰). Ou seja, a extensão nasceu, no contexto latino-americano, como uma tentativa de proposta de democratização do espaço acadêmico, tornando-o acessível. Cabe destacar que na gênese desse pensamento pairava a noção de que o conhecimento produzido no interior das universidades era o “único possível” e cabia, então, a sua disseminação (Menéndez, 2015). Isto posto, perdurou na região, por muitos anos, a noção de uma extensão paternalista (Gimenez, 2017). Através da vida e obras de Paulo Freire esse conceito e noção se diluiu no futuro (Menéndez, 2015).

Na década de 50, a partir da fundação da União de Universidades da América Latina (UDUAL), diversas reuniões e encontros passaram a acontecer, marcando o início dessas discussões mais profundas sobre a extensão universitária. Destaca-se, nesse cenário, a “Segunda Conferência Latino-americana de Extensão”, em 1972, no México, em que se estabeleceu objetivos e metas para o aprimoramento da extensão na região (Gimenez, 2017). No entanto, nas décadas seguintes, os países enfrentaram, em seu plano político, regimes autoritários, de ataque direto às universidades e sua autonomia. Nos anos 80 a extensão universitária volta a ser debatida e retorna com mais intensidade no interior das universidades (Menéndez, 2015).

Traçada a gênese do movimento extensionista na América Latina, cabe, neste momento, traçar a trajetória extensionista no Brasil. Como colocado por Carbonari e Pereira (2007) as primeiras atividades de extensão, no Brasil, se deram entre 1911 e 1917, na “Universidade Livre de São Paulo”, através de conferências e palestras abertas à comunidade. O “Estatuto da Universidade Brasileira” pincela a relação entre universidade e sociedade, como apontado anteriormente na presente dissertação. Na década de 60 as atividades extensionistas evoluíram: da difusão do conhecimento passou-se a tentar ofertar “respostas que contribuíssem para a transformação social” (Carbonari; Pereira, 2007, p. 23). A Reforma Universitária de 68,

¹⁰ “*La necesidad de participar en la solución de los problemas sociales, económicos y políticos, así como en una acción permanente de divulgación de las ciencias y la cultura dirigidas especialmente a los sectores sociales marginados de la enseñanza universitaria.*” (Menéndez, 2015, p. 12).

como também já abordado anteriormente, previa o máximo de rendimento com investimentos baixos, cerceando a atuação da extensão e enfocando majoritariamente no ensino e na pesquisa.

Em 1975, no plano do MEC, a extensão passa a ser vista com um caráter de “retroalimentação”, isto é, ao mesmo tempo que atende outras instituições e a população, também ganha insumos para avançar nas suas atividades de ensino e pesquisa (Carbonari; Pereira, 2007). No entanto, essa terminologia não é suficiente para estabelecer uma relação dialógica, ou seja, como uma via de mão dupla. Ainda que citasse a “retroalimentação”, a ideia que permanecia era que os intelectuais da academia portavam o conhecimento técnico e científico e que a sociedade era incapaz de compreender seus problemas e solucioná-los sem o auxílio da academia, não contribuindo diretamente com a produção científica (Carbonari; Pereira, 2007),

O marco apontado pela literatura extensionista como o divisor de águas para a construção de uma relação dialógica entre universidade e sociedade está na Universidade de Recife, a partir das contribuições de Paulo Freire (Paula, 2013). A percepção e metodologia de Freire colocam em xeque a construção extensionista vivenciada até o momento, criticando e desenvolvendo novos instrumentos de interação entre o saber técnico-científico e a cultura popular. Em sua obra “Extensão ou Comunicação”, de 1969, as bases de uma comunicação efetiva com a sociedade são postas. Emerge, assim, “uma cultura, necessariamente, dialogal, educativa e comunicacional”, justamente surgindo o conceito com o qual interpretamos, atualmente, que a extensão deve ser operada (Paula, 2013, p. 17): como uma via de mão dupla.

Paula (2013) consegue apresentar uma síntese da trajetória da extensão universitária no Brasil, em três grandes etapas, a saber:

I) anterior a 1964, cuja centralidade foi dada pela campanha pela Escola Pública e pela aproximação com o movimento das Reformas de Base, a partir de obra e de prática de Paulo Freire; II) a etapa que vai de 1964 a 1985, polarizada pela emergência e demandas dos movimentos sociais urbanos; III) a terceira etapa corresponde ao período pós-ditadura e se caracteriza pela emergência de três grandes novos elencos de demandas: 1) as decorrentes do avanço dos movimentos sociais urbanos e rurais; 2) as que expressam a emergência de novos sujeitos e direitos, que ampliaram o conceito de cidadania; 3) as demandas do setor produtivo nos campos da tecnologia e da prestação de serviços (Paula, 2013, p. 19).

Como apresentado no subtópico anterior, a Constituição de 88 marcou a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Segundo Nogueira (2013) antes mesmo da sua promulgação havia no interior dos órgãos, como o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e no Ministério da Educação, a discussão sobre o papel que

ganharia a extensão. Em dezembro de 1985 dirigentes da extensão das Universidades Federais da Região Norte realizam um encontro de pró-reitores da região, juntamente com a representação do MEC, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Projeto Rondon, e elaboram um documento que expressava o compromisso prioritário da universidade com a ampliação da busca por soluções para sanar as dificuldades sociais (Nogueira, 2013). A partir dessa reunião um grupo passa a atuar como o “Fórum de Extensão das Universidades da Amazônia” (Nogueira, 2013, p. 5) e seu tópico de discussão central passa a ser a interiorização das universidades para auxílio na formação de docentes do ensino fundamental e médio.

Em paralelo, Nogueira (2013) relata que o Nordeste, no entanto, se caracteriza como a primeira a criar, de fato, um fórum de pró-reitores de maneira formalizada e abrangente: o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, em 1987. Em setembro realiza-se mais uma reunião, e a partir da Carta de Fortaleza, há o primeiro indicativo para a necessidade da existência de um fórum nacional para tratar da questão extensionista (Nogueira, 2013).

Na região Sudeste, ainda em 87, também fora criado o “Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas da Região Sudeste”, que levaram a elaboração de uma carta bastante similar a Carta de Fortaleza, nomeada “Carta de Outro Preto” (Nogueira, 2013). Neste ano de profundo protagonismo, em novembro, realizou-se em Brasília o “I Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras”, com a representação de 33 universidades federais e estaduais. Este evento marca um divisor fundamental para a história extensionista no Brasil, uma vez que seu produto foi a criação do “Fórum Nacional de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - o ‘Fórum PROEX’ (FORPROEX)” (Nogueira, 2013).

De acordo com Cristofolletti (2017) a entidade nasceu pautada em um conceito de extensão totalmente dialógico, entre universidades e segmentos sociais, que serviria para a melhoria das condições de vida das populações. Outro ponto que também merece destaque é a institucionalidade do pilar da extensão, para igualá-la em importância aos demais pilares já existentes: ensino e pesquisa. Como colocado por Cristofolletti (2017): “buscando fugir do assistencialismo, a construção do Fórum baseou-se na ideia de ‘processo contínuo e sistemático’, que articula as duas funções universitárias tradicionais e volta-se à cidadania, igualdade e democracia” (Cristofolletti, 2017, p. 21). Essa, portanto, consolida-se como uma entidade basilar no pilar da extensão universitária, sobretudo para as universidades públicas brasileiras até o presente.

Realizando um salto temporal, a fim de elucidar as principais contribuições do FORPROEX, em 1999 a entidade elaborou o “Plano Nacional de Extensão Universitária”. Em 2012 há a apresentação pela entidade da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012). Os objetivos da Política Nacional balizaram quinze pontos, dentre os quais cabe destacar: a extensão admite o caráter de processo acadêmico, sendo indispensável para a formação dos estudantes, da qualificação dos docentes e do intercâmbio com a sociedade; o reconhecimento, sobretudo, do Poder Público e da sociedade brasileira da extensão como altamente relaxante dentro da dinâmica universitária; mobilizar a extensão como parte das soluções dos problemas sociais do país; defesa do financiamento público voltado para as ações extensionistas; estímulo ao emprego das tecnologias para melhoria da qualidade da educação; tornar a avaliação da extensão como um dos parâmetros de avaliação das universidades e atuar na cooperação latino-americana (FORPROEX, 2012).

Dentre os pontos mencionados, cabe um maior destaque a dois objetivos, em especial, uma vez que articulam a temática central dessa dissertação: as políticas públicas e a inovação. Estava previsto, nos objetivos 6 e 7, respectivamente:

6) Criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas; 7) Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País (FORPROEX, 2012, p. 10).

Isto posto, torna-se evidente que a prática extensionista, nos seios das universidades públicas, articula por meio de todas as suas ações, o compromisso de gerar uma conexão dialógica com a sociedade, que pode se expressar por meio de políticas públicas e geração de inovação. Sendo assim, justifica-se mais uma vez a importância conferida, para a presente análise, a revisão da trajetória extensionista tanto internacional quanto nacional.

Retomando o panorama de categorização dos pilares da universidade, Etzkowitz e Leydesdorff (1997) evidenciam que a partir do século XIX a universidade se defrontou com a necessidade de revistar, mais uma vez, os pilares fundamentais de sua missão e orientação, passando a integrar o desenvolvimento econômico e regional como uma parte fundamental para a produção do conhecimento científico. Iniciou-se, assim, uma nova transição, em que as universidades passaram a “depende cada vez mais da relevância do contrato social firmado entre ciência e a sociedade” (Gimenez; Bonacelli, 2018). Tratou-se da ascensão da Segunda Revolução Acadêmica, no Norte Global, em que a preocupação com o desenvolvimento local

passou a fazer parte integrante da orientação das atividades realizadas no interior da universidade, dando origem à chamada Terceira Missão.

No entanto, essa preocupação com o desenvolvimento local, do ponto de vista econômico pode ser problematizada, visto que trouxe para o interior das universidades uma nova faceta: a mercadológica. De acordo com Almeida e Cruz (2010) a Segunda Revolução Acadêmica, no “Norte Global”, teve seu início após a Segunda Guerra Mundial, corroborando o argumento já destacado anteriormente na Introdução: a ciência despontou como uma protagonista em meio aos conflitos armados. Nesse cenário e a partir de experiências observadas em universidades norte-americanas, como *MIT*, *Stanford* e *Harvard*, surgiu, dentro do conceito da Terceira Missão, por exemplo, a caracterização da “Universidade Empreendedora”, em que as instituições passam a ofertar transferência de conhecimento para a sociedade e relacionando-se mais intensamente com as empresas, passando a atuarem como elementos fundamentais para impulsionar o desenvolvimento econômico e social (Almeida; Cruz, 2010).

Como destaca Compagnucci e Spigarelli (2020), a questão do empreendedorismo é somente um pilar dentro da ampla gama de funções abarcadas no conceito de Terceira Missão. Para os fins da presente dissertação, não esgotaremos a percepção e a problematização acerca do conceito de Universidade Empreendedora, mas apontamos esse quadro como sintomático perante transformações vivenciadas na sociedade, isto é, da ascensão de regimes políticos e econômicos de caráter neoliberais.

Dibbern (2019) vai de encontro com essa argumentação, apontando em sua análise que o debate acerca de quais problemáticas e atores a universidade deveria se envolver, nas décadas de 1980 e 1990, passou a ser mediado pelas exigências mercadológicas, na qual o conhecimento produzido nas universidades e pela ciência era considerado como um fator produtivo, que pode gerar vantagens competitivas as nações e indústrias, ao passo que se expressa pelas inovações tecnológicas, na lógica da economia do conhecimento. Essa problemática se relaciona com o escopo da presente dissertação na medida em que a universidade passa a se relacionar com seu entorno com mais afinco a partir de uma ótica mercadológica de produção do conhecimento orientada pelas demandas do mercado.

Como colocado por Gimenez e Bonacelli (2016) a importância proferida à relação universidade-empresa pode acabar capturando todo o conceito de Terceira Missão. Terminologias como a “Hélice Tríplice” e o “Triângulo de Sábado” nasceram para dar cabo de explicar as novas dinâmicas que as universidades passaram a fazer parte, mas conferem um protagonismo extremo à faceta empreendedora que a universidade pode assumir. A Hélice

Tríplice, por exemplo, nasce no bojo da “Universidade Empreendedora” e representa “um modelo de inovação em que a universidade/academia, a indústria e o governo, como esferas institucionais primárias, interagem para promover o desenvolvimento por meio da inovação e do empreendedorismo” (Etzkowitz; Zhou, 2017, p.3).

Dessa forma, o escopo analítico adotado para a presente dissertação dialoga somente com a extensão universitária e o compromisso social da universidade, justamente pela pontuação já realizada: o reconhecimento do termo “Terceira Missão” está conectado, historicamente, com a produção do conhecimento orientado as demandas mercadológicas.

Para os fins de caracterização da extensão no Brasil, Cristofolletti e Serafim (2020) produziram um diagnóstico: muitas práticas são executadas sem que haja embasamento teórico, isto é, não se apoiam em um conceito consolidado na literatura. Sendo assim, os autores ofereceram uma tipologia baseada nas principais concepções extensionistas que vigoram no interior das instituições. A partir dessa caracterização é possível tangenciar e dimensionar quais atividades estão no bojo extensionista. Têm-se:

- i. a concepção assistencialista, onde os acadêmicos buscam oferecer assistência à população através de repasses de conhecimento ou atuação técnica em problemas pontuais;
- ii. a prestação de serviços às empresas e governos com vistas a resolver problemas científicos e técnicos sob demandas específicas;
- iii. a extensão comunitária e suas diversas metodologias e perspectivas ideológicas, que buscam interagir, em linhas gerais, com comunidades e populações marginalizadas de forma dialógica;
- iv. a concepção de extensão enquanto divulgação científica e formação técnica a um público que não tem acesso ao ensino de graduação e pós-graduação tradicionais, como cursos, palestras e eventos;
- v. a extensão enquanto vínculo entre universidade e empresa, especialmente no que se refere à transferência e desenvolvimento de inovações tecnológicas; dentre outros (Cristofolletti; Serafim, 2020, p. 4).

Atualmente a importância atribuída pelas universidades às suas interações com os demais agentes da sociedade pode ser aferida de diversas maneiras. A fala do então reitor da USP, Marcelo Antonio Zago, em 2014, para a “Revista Cultura e Extensão USP”, quando questionado sobre os ganhos que a universidade reteria por firmar uma relação dialógica com a sociedade, apresenta uma dessas facetas. Em suas palavras:

A USP ganha de mais importante com essa integração [com a sociedade] é tornar suas atividades mais realistas. A Universidade precisa, em muitos aspectos, de certo afastamento para ser capaz de fazer uma análise mais distanciada e imparcial, principalmente quando falamos de sua produção acadêmica. Por outro lado, precisa de proximidade com a sociedade quando falamos de seus cursos de graduação, porque deve entender quais são as necessidades da sociedade para contemplá-las em seus cursos. E, também, tendo proximidade com a sociedade, a Universidade percebe aspectos da vida atual que podem ser relevantes para o pensamento crítico. É uma maneira de acompanhar, de se informar sobre o que ocorre com a sociedade, pois, caso contrário, teríamos uma vida muito separada, isolada (Cristo; Sumares, 2014, p. 12).

Mediante a todo o panorama traçado, pode-se aferir que a construção da relação das universidades com agentes externos se deu de forma evolutiva, nascendo, inicialmente, da percepção de alguns docentes sobre uma possível aplicação do conhecimento produzido internamente para além de seus muros. Essa visão inicial estava ligada com a premissa de que o conhecimento produzido naquele local era superior à própria sociedade, ou seja, que somente a universidade teria cabo de ofertar algo para a sociedade, sem um retorno. Aos poucos, essa visão foi se diluindo, dando espaço para a uma “retroalimentação”. Com a ascensão das contribuições de Paulo Freire, principalmente no âmbito da América Latina, a necessidade por uma interação dialógica surgiu, isto é, a construção do conhecimento passa a necessitar de ferramentas dialéticas, conformando, de fato, uma via de mão dupla.

CAPÍTULO 02: RELAÇÃO UNIVERSIDADE-POLÍTICA PÚBLICA - UMA REVISÃO DA LITERATURA

O objetivo do presente capítulo é versar a respeito da produção científica mais recente que analisa experiências pautadas na relação entre as universidades e o Poder Público, expressando, sobretudo, as principais recomendações ou possíveis recomendações advindas dessa relação, para a conformação ou uma possível conformação de políticas públicas. Apresenta-se, assim, a revisão estruturada de acordo com distintas áreas de políticas públicas no Brasil, para evidenciar a conexão firmada entre as universidades e suas contribuições a partir da produção de um conhecimento orientado às demandas do tecido social. São evidenciados também desafios presentes na conformação das interações, uma vez que o planejamento e a execução nem sempre seguem o mesmo percurso. Embora os projetos de cooperação e convênios almejem a realização de atividades factíveis, as externalidades e características de ambos os agentes precisam ser considerados para o resultado.

2.1. DESENHO METODOLÓGICO DA REVISÃO

Realizou-se, no âmbito da pesquisa mais ampla, uma consulta à base *Dimensions*, atualmente descrita pela literatura como sendo a portadora do banco de dados com a maior cobertura de periódicos (Singh, 2021). A *Dimensions* é capaz de fornecer dados acerca da data de publicação, do tipo de acesso (aberto ou fechado), do tipo de artigo (*editorial, other journal content, research article, review article*), dos autores, das instituições envolvidas, do financiamento, do número de citações dos trabalhos e das áreas do conhecimento em que estão situados.

As palavras-chave e operadores booleanos utilizadas foram: *"(third mission" OR "university extension" OR "university engagement" OR "university community engagement" OR "social impact") AND (university*) AND ("public polic*" OR "public sector" OR "public authority" OR "government" OR "public sector university relationship" OR "university government partnership" OR "municipal" OR "federal" OR "legislative"*.

Dessa extração inicial, obtiveram-se um total de 570 trabalhos. Como critério de seleção para uma primeira rodada de análise estabeleceu-se o seguinte: priorizar, dentre estes estudos, aqueles que apresentassem alguma experiência/iniciativa ou estudo de caso evidenciando, diretamente, elementos inovadores para a literatura que versa sobre a relação

Universidade e Poder Público/Setor Público/Política Pública. Aplicando esse novo critério, foram obtidos 146 trabalhos. A seguir, apresentamos uma caracterização e análise destes trabalhos.

2.2. ANÁLISE DA LITERATURA

Para essa caracterização, apresentam-se, a seguir, casos relatados nos trabalhos que envolvem distintas dimensões de políticas públicas, buscando evidenciar que a relação entre universidade-governo-sociedade está presente no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de diversos âmbitos e temáticas. Isto é, são diversas temáticas em que a relação entre os agentes se faz presente, possibilitando ganhos para todos os agentes envolvidos nas interações.

Como escolha metodológica optou-se pelos trabalhos que versavam somente sobre experiências brasileiras. Isto é, dentre os 146 trabalhos, foram encontrados diversos casos de interação ao redor do mundo, em países como, por exemplo: Argentina, Austrália, Colômbia, Eslováquia, Estados Unidos, Finlândia, Japão, Índia, Itália e México. Ao todo, 45 versavam sobre experiências brasileiras. Destes 45 foram priorizados do ponto de vista metodológico aqueles que apresentassem temáticas distintas, e se concentrassem na relação entre universidade, sociedade e Poder Público, sem a participação direta de empresas ou do Setor Privado. São apresentados, assim, casos que contribuíram diretamente com a produção de conhecimento para políticas públicas e/ou que detém de um potencial para o possível emprego no âmbito de políticas públicas, nas áreas de: saúde, economia, migração, educação inclusiva e planejamento urbano.

Desse modo Pereira *et al.* (2014) apresenta por meio de um relato de experiência o caso de um serviço de saúde desenhado no interior da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) para atender exclusivamente a pacientes indígenas. Trata-se do “Ambulatório do Índio¹¹”, projeto de extensão responsável pelo “acolhimento, promoção e educação em saúde indígena” (Pereira *et al.*, 2014, p.1), que possibilita a complementaridade dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, oferecendo um serviço público à sociedade.

O projeto está inserido em um contexto do surgimento de novas concepções de gestão de saúde pública, ao passo que evidenciam que “a introdução de mudanças na arquitetura dos serviços de saúde e a reorganização dos processos de trabalho têm sido inovações em toda

¹¹ O nome do Ambulatório está sendo reproduzido na presente dissertação da mesma forma que foi registrado no artigo, isto é, embora se reconheça que essa terminologia (“Índio”) está incorreta, os idealizadores do projeto o nomearam dessa forma. A presente dissertação apenas reproduz de forma fidedigna o seu nome.

a rede do SUS” (Pereira *et al.*, 2014, p.5). Portanto, há uma demanda crescente na sociedade e no sistema de saúde pública por abordagens inovadoras no tratamento de pacientes, ao passo que esse serviço ofertado pela universidade pode responder diretamente a essas demandas. Cabe destacar que a incorporação de novas práticas salutaras tem reconhecido a competência cultural como elemento fundamental para o atendimento de pacientes. Há, dessa forma, a identificação de um esforço por parte da universidade em desenhar práticas de atendimento que possam ser possivelmente incorporadas às políticas públicas de saúde em âmbito nacional, causando um impacto positivo para a área de saúde pública a nível nacional.

Matsuda e Lennan (2019) por sua vez versaram a respeito da relação firmada entre incubadoras de cooperativas populares e as universidades e, de forma mais específica, do caso da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O contexto de inserção do estudo dialoga diretamente com o campo das políticas públicas de fomento à Economia Solidária e a criação de novos postos de trabalho a partir de sua vigência, sendo que as incubadoras de tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs) nasceram exclusivamente no bojo das universidades. Trata-se de uma experiência que apresenta o protagonismo das universidades e a atenção a uma demanda social - a criação de novos postos de trabalho, bem como a capacitação e troca de experiências, podendo direcionar as políticas que tratam da geração de novos empregos. Em 2022 “a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes)” (Júnior; Seabra, 2022). Sendo assim o conhecimento depreendido dessa relação poderá ser de grande valia para a conformação de tais políticas públicas.

Azevedo e Brandt (2020) partem do contexto de aumento do fluxo migratório de refugiados e imigrantes para o Brasil nas últimas décadas. De acordo com a sua perspectiva é de suma importância para toda a sociedade entender como se dá a relação dos imigrantes “sob o ponto de vista do acesso a direitos, serviços e a garantia e criação de políticas públicas do Estado” (Azevedo; Brandt, 2020, p.1). As autoras utilizam dados fornecidos pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), órgão que é fruto direto de uma cooperação entre universidade e setor público para respaldar o estudo. Firmada no ano de 2013 entre a UnB e o Ministério Público do Trabalho (MPT), por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), a cooperação resultou no Observatório que tem como meta “ampliar o conhecimento sobre os fluxos migratórios internacionais no Brasil, mediante estudos teóricos e empíricos e apontar estratégias para a inovação social de políticas públicas dirigidas às migrações internacionais” (Brasil, 2019). Por si só a concepção do OBMigra já ilustra a importância da interação entre a

universidade e o setor público, trabalhando, neste caso em específico, para conceber um órgão para promover estratégias e direcionar a elaboração de políticas públicas no âmbito das migrações, baseado na produção de conhecimento científico direcionado.

Retornando ao estudo, Azevedo e Brandt (2020) analisaram as ações encampadas por dois grupos - o primeiro é o Grupo de Assessoria Jurídica a Imigrantes e Refugiados (Gaire), idealizado no interior da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o segundo é o Grupo Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional (Migraidh) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Os grupos se encontram atualmente no bojo da extensão das respectivas universidades, mas cabe revisitar a sua trajetória formativa dentro das universidades. Sendo assim, o Gaire nasceu em 2006 como grupo de estudo e pesquisa, e em 2007 adotou uma postura extensionista. Seu principal objetivo é prestar assistência jurídica a refugiados e imigrantes, em função do “alto grau de desconhecimento da legislação brasileira por parte dessas pessoas e da sociedade em geral” (Azevedo; Brandt, 2020, p.11). O Migraidh nasceu em 2013 a partir de uma tese de doutorado que versava acerca da violência do Estado, ao impossibilitar a inclusão de imigrantes em uma série de atividades cotidianas. Isto posto, o projeto busca “compreender, investigar e assessorar na perspectiva jurídica as vulnerabilidades e desafios dessa população migrante no Brasil” (Azevedo; Brandt, 2020, p.11). Como resultado direto das atividades do Migraidh, destaca-se a criação de uma política de oferta de vagas para imigrantes no âmbito da universidade que perdurou até 2019.

Ao analisar estes dois casos pode-se afirmar que se tratou de uma experiência que atendeu diretamente a uma demanda social - a inclusão de imigrantes, bem como a possibilidade do direcionamento às políticas que tratam da migração no estado do Rio Grande do Sul, mas, também, no país. A existência dessa interlocução entre a universidade e o poder público dialoga diretamente com o campo das políticas públicas de migração. De forma exemplificada, em 2022, a Comissão Mista sobre Migrações e Refugiados (CMMIR), começou a debater no plano federal, a inclusão do artigo 120 na Lei de Migração que “prevê a regulamentação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia e será feita a partir da parceria do governo federal com estados e municípios para o atendimento a imigrantes e refugiados que chegam ao Brasil” (Agência Senado, 2022). Dessa forma, o conhecimento gerado a partir de grupos como o Gaire e o Migraidh, pode servir de subsídio direto para a regulamentação prática da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.

Daxenberger *et al.* (2020) versaram a respeito de um projeto extensionista firmado no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), conjuntamente com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Associação de Pais e Amigos do Excepcional (Apaes) - entidade

do Terceiro Setor, entre os anos de 2016 e 2018 para atender pessoas com deficiência, prestando serviços nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, educação física e pedagogia. De forma mais específica, o projeto valeu-se da prática da “equoterapia” para promover a inclusão social e escolar de estudantes com deficiência.

A equoterapia é uma prática reconhecida desde 1997 pelo Conselho Federal de Medicina constituindo-se como um “método terapêutico educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiências e/ou com necessidades especiais (chamado na equoterapia de praticantes)” (Daxenberger *et al.*, 2020, p. 2). O projeto buscou relacionar não somente práticas classificadas como extensionistas, mas também de ensino e pesquisa em benefício da comunidade atendida. Desse modo atendeu um grupo de 24 praticantes, que notaram evoluções no tocante a “coordenação motora, equilíbrio, tônus muscular, a condição de controle e adequação postural, na marcha, diminuição de sialorréia nos praticantes com comprometimento na área motora e, conseqüentemente, desenvolvimento escolar” bem como “evolução na interação social, comunicação oral espontânea, comunicação em Língua brasileira de Sinais (Libras), controle emocional, concentração, memória, autoestima, segurança, contato visual, diminuição da hiperatividade, da agressividade” (Daxenberger *et al.*, 2020, p. 5).

Embora o projeto em específico não tenha surtido ainda, na prática, ação direta sob políticas públicas de educação inclusiva, cabe elucidar que a equoterapia já passou a vigorar como uma prática integrante do SUS. Em agosto de 2023, na cidade de Sorocaba, em São Paulo, um convênio entre a prefeitura e uma instituição terapêutica passou a ofertar a terapia para pacientes autistas (Pandori, 2023). Tendo isso em vista, projetos como o desenvolvido no âmbito da UFPB podem subsidiar a expansão da prática a nível federal, considerando a evolução das políticas públicas de educação inclusiva no Brasil.

Araújo (2021) em sua dissertação intitulada “Contribuições da Extensão Universitária às Políticas Públicas voltadas ao Planejamento Urbano - Pau Dos Ferros/RN, um recorde da Governança Territorial” versa a respeito de práticas extensionistas desenvolvidas no âmbito da Universidade Federal Rural do SemiÁrido (UFERSA), entre os anos de 2015 a 2020, e, que, de fato “culminaram na elaboração de políticas públicas relacionadas ao planejamento urbano do município de Pau dos Ferros/RN” (Araújo, 2021, p. 8). Foram selecionados, para a análise, os seguintes projetos:

I) O Programa Acesso à Terra Urbanizada e Regularização Fundiária, que tinha dentro do seu escopo o Projeto de Extensão de abrangência local, com o objetivo de elaborar a minuta do Plano Diretor Participativo do município de Pau dos Ferros); II) SMART CITY PAU DOS FERROS: Desenvolvimento de sistemas integrados de apoio ao cadastramento multifinalitário (Cadastro Multifinalitário e Aplicativo); III) Reinvente seu Bairro (Aparelho Público – Espaço Multiuso Dom Bosco, em frente a Capela do Dom Bosco, no bairro Frei Damião (Araújo, 2021, p. 32).

O autor relaciona a existência de tais projetos no interior da UFERSA a elaboração do Plano Diretor Participativo¹² da cidade de Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte. Esse instrumento tornou-se obrigatório para os municípios, definindo as ferramentas de planejamento urbano que serão aplicadas. Um dos docentes envolvidos diretamente no “Programa Acesso a Terra Urbanizadas” relata ter sido contemplado com um edital para o desenvolvimento de um estudo que seria empregado diretamente na execução do Plano Diretor. Ademais a equipe da universidade atuava diretamente na chamada da população a fazer parte do planejamento urbano. Obviamente durante esse processo foram relatos entraves e desafios, como a comunicação com o Poder Público e as estratégias de engajamento necessárias para despertar o interesse da população (Araújo, 2021). Ao final, a execução prática das ações não se deu da forma idealizada, apontando a questão da comunicação entre os agentes envolvidos como um empecilho. Do ponto de vista das universidades, Araújo (2021) destacou a ausência de acompanhamento sistemático do corpo discente e docente ao projeto.

No que tange ao Projeto “Reinvente seu Bairro” derivou-se das aulas de Arquitetura e Urbanismo da universidade e conformou-se em um projeto que recebeu apoio direto da Pró-reitoria de Extensão da UFERSA para a sua execução. De forma mais específica, o projeto pretendeu “a realização de um diagnóstico urbanístico contendo uma análise de uso e ocupação do solo, de aspectos sócio-ocupacional e econômico, ambiental e de gestão pública, além do entendimento da relação entre densidade e infraestrutura instalada” (Araújo, 2021, p. 42) de um determinado bairro da cidade. Como produto elaborou-se um projeto arquitetônico de equipamento público à disposição do Poder Público local para implementação (Araújo, 2021). No entanto cabe destacar que parte das ações endereçadas pelo projeto não foram plenamente implementadas pelo governo municipal, atribuindo como uma das possíveis causas a dificuldade do Poder Público em aproveitar adequadamente a mão de obra que estava à disposição para dar cabo de concretizar todas as atividades propostas.

¹² “O Plano Diretor Estratégico é uma lei municipal que orienta o crescimento e o desenvolvimento urbano de todo o município. Elaborado com a participação da sociedade, é um pacto social que define os instrumentos de planejamento urbano para reorganizar os espaços da cidade e garantir a melhoria da qualidade de vida da população” (São Paulo, 2023a).

Por fim, há o relato descritivo do projeto intitulado “*Smart City* Pau dos Ferros: Desenvolvimento de sistemas integrados de apoio ao cadastro” firmado a partir da cooperação direta dos cursos da área de Tecnologia da UFERSA com a Prefeitura. Como objetivo central estava prevista a promoção “da integração da sociedade com os serviços públicos municipais” (Araújo, 2021, p. 45) sobretudo de educação, saúde e moradia. Dentre os três projetos esse foi o que “apresentou relação favorável ao desenvolvimento dos objetivos propostos” (Araújo, 2021, p. 65). O projeto logrou êxito na implementação, principalmente no mapeamento de imóveis na cidade, gerando, para o setor público, “o aumento da arrecadação do Imposto Territorial Urbano” (Araújo, 2021, p. 65).

Ao final de sua exposição, Araújo (2021) aponta que a análise das três interações permitiu identificar que não basta somente a universidade dar cabo de entregar suas contribuições, mas é necessária uma sistematização institucional entre os atores políticos, isto é, o conhecimento de quem são os atores políticos e a manutenção de uma relação dialógica com eles. O entendimento acerca do jogo político que cerca as interações, principalmente quando as interações são mediadas por agentes do setor público que não ocupam cargos permanentes é de suma importância para o sucesso dos projetos e iniciativas conjuntas.

Mediante as contribuições ofertadas neste capítulo é notório que não se pretendeu esgotar a discussão. Tratou-se da exposição de uma coleta pontual de trabalhos que versavam sobre a interação entre universidades e o Poder Público. A coleta abrangeu diferentes países ao redor do mundo e para fins metodológicos apresentou somente alguns estudos que versavam especificamente sobre o Brasil, uma vez que é o escopo da presente dissertação. Deste modo notou-se que as interações firmadas entre universidades e Poder Público podem contribuir para a produção de conhecimento de distintas áreas de políticas públicas, e em um dos casos, de fato contribuiu.

Os projetos que ainda não conformaram efetivamente matéria de políticas públicas ou o conhecimento científico gerado em seu interior não foi utilizado de outras formas no setor público, possuem um alto potencial de subsidiar discussões políticas latentes no país. É possível depreender da análise, também, que desafios são postos durante as interações. O planejamento pode conformar metas e objetivos que não serão concretizados na prática. Os entraves, tanto do ponto de vista das próprias universidades como do setor público são matéria de investigação, e certamente irão permear o escopo desta dissertação. A seguir, é evidenciado com mais detalhamento os objetos específicos de estudo, apresentando suas características e formação histórica.

CAPÍTULO 03: ANÁLISE DOS CONVÊNIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS

O objetivo deste capítulo é apresentar com mais afinco os objetos de destaque da presente dissertação: os convênios. Para isso, versa a respeito do percurso metodológico que foi trilhado para delimitar o recorte escolhido. Posteriormente situa a ótica pela qual dois conceitos de ampla abrangência na literatura são abordados neste estudo. Em seguida apresenta as três universidades estaduais paulistas - USP, Unesp e Unicamp, as caracterizando por meio de seu processo formativo, bem como de seus dados estatísticos atuais. Por fim, versa sobre os três possíveis estudos de caso que serão analisados.

3.1. O DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A construção da presente dissertação partiu dos princípios contidos nas missões das três universidades públicas paulistas - USP, Unesp e Unicamp. A missão de uma instituição reflete a sua essência, isto é, a sua função operacional. Como colocado no Planejamento Estratégico 2021-2025 da Unicamp, a missão também reflete o compromisso público que aquela instituição detém. Sendo assim estão contidas nas missões da USP, Unesp e Unicamp os compromissos de: “promover o conhecimento para uma sociedade democrática, justa e inclusiva (Unicamp, 2020); “gerar, difundir e fomentar o conhecimento, contribuindo para a superação de desigualdades e para o exercício pleno da cidadania” (Unesp, 2021); “promover e desenvolver todas as formas de conhecimento, por meio do ensino e da pesquisa” (USP, 1998). O elemento comum nas três missões é a produção de conhecimento. Esse conhecimento, portanto, nasce no interior das universidades e pode materializar-se para além dos muros físicos, contribuindo, por exemplo, para a formulação e implementação de novas políticas públicas ou ainda para a implementação de processos inovativos no setor público, objetos do presente escopo.

Cabe justificar também a escolha metodológica que elegeu as chamadas “irmãs” estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp) como objetos de estudo. Essas três instituições possuem uma característica comum: são autarquias de ensino do Governo Estadual de São Paulo, ou seja, são integrantes da Administração Pública Indireta e classificadas como universidades de pesquisa. As três respondiam em 2019 por 35% da produção científica total do Brasil, produção essa que cresceu, aproximadamente, 1.700% nos últimos 30 anos (Naoye *et*

al., 2019). Sendo assim, contribuem diretamente para a formação do sistema público paulista de ensino superior e do arcabouço científico do estado e do país.

Como consta no Decreto-Lei de nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, autarquia corresponde a um “serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada” (Brasil, 1967). Isto é, são instituições que possuem autonomia financeira, autonomia para a proposição de suas atividades, bem como liberdade de cátedra, mas ainda se encontram submetidas às normativas legais de direito público, características que serão abordadas de forma mais detalhada ainda neste capítulo.

A autonomia é uma característica fundamental para as instituições, que podem planejar a longo e médio prazo as suas ações, como colocou o ex-reitor da USP, Vahan Agopyan (Naoe *et al.*, 2019). A autonomia relaciona-se diretamente com o orçamento disponível para cada uma das três, como exposto a seguir:

No lugar de um orçamento imprevisível, que precisava ser negociado ano a ano com os políticos do Executivo e do Legislativo de São Paulo, a autonomia deu às três universidades estaduais paulistas um quinhão fixo da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado — 5,0295% para a USP, 2,1958% para Unicamp e 2,3447% para a Unesp, em valores atuais —, e liberdade para decidir como gastar esse dinheiro (Naoe *et al.*, 2019).

No que tange a análise dos três convênios em áreas de excelência, busca-se aferir quais são os tipos de aprendizado e principais contribuições mútuas provenientes dessas interações e, principalmente, em que medida colaboraram para gerar inovação no setor público.

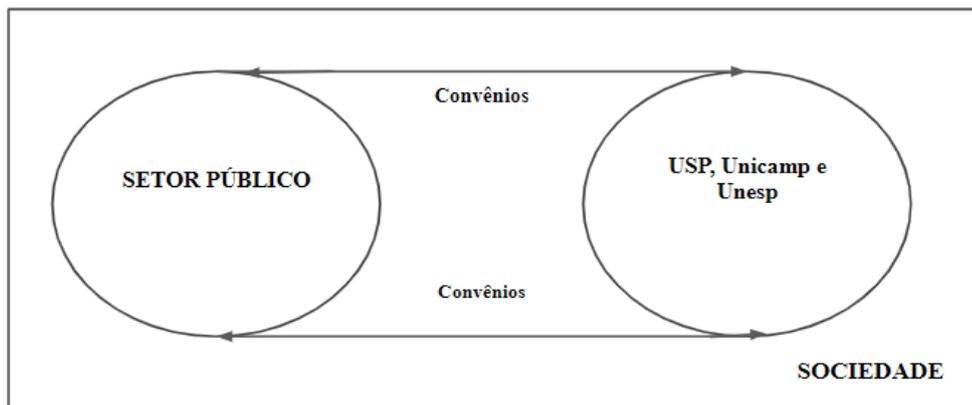
Para dimensionarmos a importância das relações firmadas entre as universidades supracitadas partiremos de Sakashita *et al.* (2019) que ofertou uma análise a respeito dos convênios estabelecidos pela Unicamp entre 2000 e 2012. A pesquisa concentrou-se majoritariamente na relação universidade-indústria, no entanto, destacou que “o ente mais atuante da interação [com a universidade], foi o setor público, ou seja, uma aproximação do Estado, dominante na intensidade, na frequência e nos valores financeiros envolvidos nos convênios” (Sakashita *et al.*, 2019, p. 16). Sendo assim, constata-se que as universidades, sobretudo aquelas com enfoque em pesquisas, passaram por um processo intenso e busca relativamente recente de firmar interações com agentes fora de seus muros. Cabe, então, analisar se os objetivos e metas desses convênios foram alcançados, e em que medida houve uma troca mútua de fluxos de conhecimento tanto para alavancar os processos da

Administração Pública quanto para o fortalecimento da produção de pesquisas orientadas às necessidades demandadas pela sociedade.

Ainda de forma mais específica, o recorte aqui apresentado visa imprimir também a ótica particular do setor público a respeito da temática, surgindo para suprir uma lacuna presente na própria literatura que versa sobre a cooperação¹³ entre universidade e governo.

Mediante ao contexto apresentado, o presente estudo busca ofertar uma análise inovadora, capaz de expor a percepção das instituições públicas sobre as conexões que são firmadas com as universidades. Acreditamos que é necessária uma investigação que reúna as principais contribuições e desafios, justificando sua execução perante a sociedade. A figura a seguir ilustra o recorte da presente discussão:

Figura 1 - Esquema ilustrativo representando o escopo da presente discussão



Fonte: Elaboração Própria (2023)

Na imagem acima, elaborada para representar de forma ilustrativa o escopo da presente pesquisa, as linhas denotam, justamente, o aprendizado via fluxos de conhecimento que pode ser construído entre o setor público e as universidades por meio dos convênios. As universidades respondem pela produção de conhecimento científico, atestado em suas missões como um compromisso público. Esse conhecimento pode ser empregado nos processos de formulação dos processos inovativos para os entes da Administração Pública. Da mesma forma, pode responder, também, pela produção de conhecimento relativa ao avanço do desenvolvimento da CT&I no país. O setor, por sua vez, pode atuar na execução prática de novas políticas públicas ou ainda na implementação prática de processos inovadores.

¹³ O termo “cooperação” empregado nessa frase assume apenas o sentido do ato de cooperar, isto é, de interação. Sendo assim, não faz jus ao instrumento normativo.

Entende-se, todavia, que as trocas encampadas pelos entes destacados ocorrem de forma mútua e dinâmica, justificando a escolha pelo uso das setas em dois sentidos. Sendo assim, acredita-se que as conexões encampadas pelas instituições públicas da Administração Pública e pelas universidades são capazes de transformar seu funcionamento, como, por exemplo, auxiliando o setor público no emprego de melhorias processuais, bem como orientando cada vez mais a produção de conhecimento no interior das universidades, atentando-as para as necessidades das instituições públicas e da sociedade.

3.1.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E SEUS INSTRUMENTOS JURÍDICOS NORTEADORES

O arcabouço normativo brasileiro prevê instrumentos jurídicos que possibilitam às instituições da Administração Pública Direta firmarem conexões com distintos entes, sejam esses de caráter público ou privado. No bojo das interações com os entes que também possuem caráter público destacam-se as parcerias firmadas com as universidades públicas, entes da Administração Pública Indireta. Do ponto de vista das universidades públicas, o compromisso social tornou-se altamente relevante nas últimas décadas, estimulando o estabelecimento de interações extramuros. Tais interações podem ser validadas por meio de convênios.

Mediante ao contexto apresentado faz-se necessária a análise dos procedimentos adotados durante a realização desses convênios, bem como de seus resultados, uma vez que ao serem firmados são estabelecidos objetivos e metas a serem cumpridas. Ademais, a análise dos convênios é relevante perante a sociedade, uma vez que, em determinados contextos recursos públicos são aplicados para sua execução e seu gasto deve seguir, assim, o que está previsto no arcabouço normativo do país.

O termo Administração Pública segundo Di Pietro (2022) pode ser empregado no Brasil em dois sentidos, sendo eles: o subjetivo e o objetivo. Quando empregado no sentido subjetivo se refere “aos entes que exercem a atividade administrativa, compreendendo pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer a função administrativa” (Di Pietro, 2022, p. 102). Em outras palavras a composição da Administração Pública em seu sentido subjetivo é o “conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado” (Di Pietro, 2022, p. 102). Em seu sentido objetivo passa a designar “a própria função administrativa que incumbe, predominantemente, ao Poder Executivo” (Di Pietro, 2022, p. 102).

Isto posto, há, ainda, mais uma forma de “subcategorizar” a Administração Pública partindo de seu sentido subjetivo. Trata-se da divisão entre a Administração Pública Direta e a Administração Pública Indireta, conceito chave para a presente discussão. Para elucidar com mais afinco essa categoria analítica, retomamos, de forma exemplificada, o Decreto-Lei de nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Em seu artigo 4º, na íntegra, está disposto:

A administração federal compreende:

I – a administração direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios;

II – a administração indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) autarquias;
- b) empresas públicas;
- c) sociedades de economia mista;
- d) fundações públicas (Brasil, 1967)

Ainda que esse decreto em específico verse sobre a esfera federal, a gênese de seus princípios é incorporada nas outras duas esferas - estadual e municipal, com pequenas ressalvas, como apontado por Di Pietro (2022). No âmbito estadual, o inciso “I” passa a ser composto pelos organismos que formam o Poder Executivo Estadual, isto é, o Governo do Estado e suas Secretarias Estaduais. No âmbito municipal o inciso “I” passa a ser composto pelas instituições que formam o Poder Executivo Municipal, ou seja, a Prefeitura Municipal e suas Secretarias Municipais. Trazendo para o escopo do presente projeto a legislação do Estado de São Paulo versa da seguinte maneira a respeito do inciso “II”: a Administração Indireta passa a ser denominada como Administração Descentralizada (Di Pietro, 2022).

Nesse sentido, praticamente todas as organizações aqui estudadas estão sob a égide do direito público, portanto, suas conexões precisam, obrigatoriamente, serem mediadas pelo arcabouço normativo, e, por essa razão, os instrumentos jurídicos foram criados justamente para suprir essa necessidade.

No entanto, cabe destacar que a Embrapa, um dos órgãos aqui estudados, qualifica-se como uma empresa pública de direito privado. Na qualidade de empresa pública ela ainda faz parte dos órgãos que compõem a Administração Pública Indireta. Assim, cumpre observar que ela apresenta algumas peculiaridades em relação as demais entidades estudadas nessa dissertação. Segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) a fundação pública de direito privada é “dotada de personalidade jurídica própria, criada em virtude de lei para desenvolver atividades não privativas de estado na área social. Tem autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos órgãos de direção e funcionamento custeado

por recursos públicos diretos do Tesouro do Ente que a instituiu e/ou de outras fontes” (CONASS, 2023).

Os convênios, a nível da União, segundo o Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007 podem ser definidos da seguinte forma:

I - acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação (Brasil, 2007).

Além deste Decreto, outra normativa presente no processo de contratualização e de convênios é a Lei 8.666, de 1993, base para contratos na Administração Pública. Esta lei foi revogada pela nova lei de licitações, Lei 14.133 de 2021.

3.1.2. INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: UM BREVE PANORAMA

Tendo em vista que a presente dissertação está inserida em um programa de pós-graduação cujo enfoque central reside na análise da Ciência, Tecnologia e Inovação reconhece-se a importância desses elementos, em particular a inovação, que são gerados no bojo da interação universidade com outros entes via convênios firmados.

O termo “inovação” foi abordado de forma exaustiva por diversas correntes na literatura científica desde o advento das primeiras análises a respeito do funcionamento do sistema econômico capitalista. Para versar a respeito do capitalismo passou a ser obrigatório tratar também desse conceito. De forma ilustrativa a inovação tornou-se o “combustível” para a manutenção das engrenagens do sistema capitalista do ponto de vista da corrente schumpeteriana, por exemplo. Para Schumpeter, o clássico expoente da temática, tratar do capitalismo imputa obrigatoriamente tratar de um processo que é evolutivo, fundamentado na sistemática destruição criadora. O impulso primordial que mantém o sistema em funcionamento precede da criação de novos bens de consumo, de novos métodos de produção ou transporte, de novos mercados e de novas formas de organização industrial, ou seja, da inovação, que é capaz de garantir vantagens competitivas as firmas do setor privado (Schumpeter, 1961, p. 110).

No sistema capitalista coexistem operando dois tipos de organização: as de caráter público e as de caráter privado. Para as empresas privadas, sem o caráter público, a busca por novos produtos, serviços ou processos sempre foi condição basilar de existência: caso não

introduzissem novidades no mercado e buscassem por novas ferramentas organizacionais internas, estariam fadadas à falência. No que tange às organizações públicas, esse modo de funcionamento, isto é, a necessidade por buscar novas ferramentas organizacionais nem sempre esteve intrínseco ou fora condição para o seu funcionamento. Cabe destacar, no entanto, que a trajetória da Administração Pública brasileira é marcada, historicamente, por uma série de tentativas de reformas administrativas que buscaram incorporar ferramentas importadas da gestão privada para o interior da gestão pública.

No bojo dessas reformas destaca-se a reestruturação mais recente do sistema capitalista, em face do advento da Revolução das Tecnologias da Informação, que segundo Castells (1999) apresentou uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade. Cavalcante e Cunha (2017) corroboram tal percepção, apontando que o século XX foi marcado por transformações políticas, sociais e econômicas que resultaram em uma reorganização do papel do Estado e de suas instituições. Os autores colocam que as organizações públicas passaram “cada vez mais a se preocupar com o fomento da prática inovadora em resposta às constantes mudanças econômicas, políticas, sociais e tecnológicas em um mundo mais globalizado e em rede, limitadas por expectativas crescentes dos cidadãos, problemas complexos e orçamentos apertados (Cavalcante; Cunha, 2017, p. 19).

No Brasil o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Brasil, 1995) elaborado pelo então Ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser-Pereira, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, é um produto notável desse contexto de transformações, uma vez que o planejamento previsto no documento introduziu a necessidade da incorporação, no setor público, de diversos conceitos provenientes da esfera privada, sendo um deles a eficiência. Ou seja, imputou uma necessidade na esfera pública pela diminuição de seus custos operacionais e um conseqüente aumento da produtividade, oferecendo a máxima qualidade nos serviços públicos prestados aos cidadãos (Filardi; Castro; Zanini; 2020). Uma das formas de alcançar a eficiência é buscando melhorias processuais, ou seja, buscando novos arranjos organizacionais internos.

Para compreender mais a fundo como a temática da inovação passou a ser introduzida no setor público, e ainda, quais formas pode assumir, parte-se da taxonomia produzida por Kattel e Karo (2016). Os autores elegeram seis grandes formas em que a inovação pode ser observada na esfera pública, apresentadas no quadro a seguir, formulado com base nas contribuições mais recentes realizadas por Cavalcante e Cunha que foram adaptadas ao contexto brasileiro (2017):

Tabela 2 - As formas de Inovação no Setor Público

“Investimento público em ciência, tecnologia e inovação (CTI)”	Forma mais tradicional de atuação do Estado. Na forma de pesquisa básica e aplicada, o setor público cria as condições para o mercado inovar e também gera as grandes fontes de inovação (Mazzucato, 2013). Isto ocorre com as atuações de órgãos brasileiros de fomento, a exemplo da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).
“Inovação via compras públicas (<i>procurement</i>)”	Muitas inovações surgem como consequência de exigências expressas pelo Estado sobre produção e aquisição de novas tecnologias e produtos que estão sendo desenvolvidos pelo mercado, incorporando valores e princípios, tais como a sustentabilidade. Estas exigências de compras se materializam, por exemplo, nas contratações públicas sustentáveis do governo federal.
“Inovações institucionais econômicas”	São novas soluções institucionais que visam alterar as regras do jogo na economia, como o caso da criação de agências reguladoras pelo governo federal brasileiro pós-reforma gerencial de 1995.
“Inovações institucionais políticas”	Inovações que alteram as regras do jogo político. São exemplos as iniciativas voltadas a aumentar a participação da sociedade no processo decisório, como o orçamento participativo ou a criação de conselhos deliberativos de políticas públicas.
“Inovações nos serviços públicos”	São os esforços governamentais para modificar substantivamente a forma como um serviço é prestado, tais como a simplificação e/ou digitalização do atendimento na saúde ou previdência. Esse seria o formato mais usual e remete, sobretudo, à incorporação das tendências de gestão com vistas à melhoria de processos administrativos e/ou prestação de serviços à sociedade.
“Inovação organizacional”	Criação de organizações ou alteração de processos decisórios ou de gestão, inclusive mediante a utilização de laboratórios de inovação, voltados a processos de aprendizagem e experimentação.

Fonte: Cavalcante; Cunha (2017, p. 17); Kattel; Karo (2016)

De forma geral, depreende-se que a busca pela aplicação de formas de inovação e melhorias para o setor público é permanente e irreversível. O novo capitalismo que emergiu com a Revolução das Tecnologias da Informação obriga a adoção de iniciativas governamentais que passem a aplicar novas tecnologias, como a ascensão dos chamados Governos Digitais ao redor do mundo. É nesse contexto que o presente estudo se concentra: buscar analisar três convênios e possíveis correlações que se poderão obter a partir da taxonomia de inovação produzida por Kattel e Karo (2016), combinando a produção do conhecimento científico no interior das universidades de pesquisa. Ou seja, aponta-se em que medida os convênios estudados expressam os tipos de inovação cunhados por Kattel e Karo (2016).

3.2. AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS

Apresenta-se a seguir a trajetória formativa de cada uma das universidades. A escrita está organizada de acordo com a data de fundação de cada uma delas. Sendo assim, versa primeiramente sobre a criação da USP (1934), em seguida da Unicamp (1965) e, por fim, da Unesp (1976). Exibe também alguns dados atuais que caracterizam as universidades, dimensionando a relevância das instituições tanto para o cenário nacional quanto para o internacional.

3.2.1. A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A USP como já apontado de forma breve no Capítulo 01 foi oficialmente fundada em 1934, sendo, portanto, a universidade paulista mais antiga do estado. Paula (2002) versa com mais detalhamento acerca da sua criação apontando que eventos como: a Revolução Constitucionalista de 1932¹⁴ e a conformação do grupo de intelectuais que estava à frente do jornal *O Estado de S. Paulo* - figuras como: “Júlio de Mesquita Filho¹⁵, o secretário do jornal e redator Armando de Salles Oliveira, um dos diretores da Sociedade Anônima desde 1914 e um dos interventores do movimento de 32, e Fernando de Oliveira, redator entre 1923 e 1926

¹⁴ A Reforma Constitucionalista de 1932 ou Revolução de 1932 não é um consenso entre historiadores. “Segundo alguns, tratou-se efetivamente de um movimento constitucionalista, de inspiração liberal-democrática; para outros, o levante teria sido uma revanche das oligarquias cafeeiras derrotadas em 1930; há, ainda, quem interprete o conflito pela chave do separatismo paulista” (Galisi, 2023). De forma geral, pode-se compreender o Movimento a partir da seguinte análise: “A Revolução Constitucionalista de 1932 se relaciona diretamente com seus antecedentes políticos. O Brasil vivia uma enorme agitação em razão da Revolução de 1930, que alçou Getúlio Vargas ao poder. As medidas de Vargas visavam reduzir a influência das oligarquias regionais sob os estados. Dissolvidos os Legislativos e Executivos locais, nomearam-se interventores federais para cada unidade da federação. Os interventores, por vezes, se desentendiam com os contextos locais - e justamente desse descontentamento nascem as distensões que levaram à revolta dos paulistas” (Galisi, 2023).

¹⁵ “O Doutor Júlio de Mesquita Filho, “Seo Julinho”, dirigiu o jornal o Estado de S. Paulo, ESTADÃO, desde a morte, em 1927, de seu pai, Júlio Mesquita, até 1969, quando faleceu” (Silveira, 2023).

(Paula, 2002, p. 149), tiveram papéis fundamentais como pontapés e sujeitos articuladores para esse processo. Armando de Salles Oliveira, interventor do movimento de 32, destacou-se com profundo protagonismo na gênese da USP por ocupar o cargo que naquele momento corresponderia ao governador do estado e responsável pelo decreto de origem da instituição (Magalhães, 2022).

Paula (2002) destaca, também, a influência do modelo alemão de universidade para a conformação da USP, traçando alguns pontos comuns, a saber:

Encontramos várias aproximações entre a concepção alemã e a paulista de universidade, na época de sua fundação: preocupação fundamental com a pesquisa e com a unidade entre ensino e investigação científica; ênfase na formação geral e humanista, ao invés da formação meramente profissional; autonomia relativa da universidade diante do Estado e dos poderes políticos; concepção idealista e não-pragmática de universidade, em detrimento da concepção de universidade como prestadora de serviços ao mercado e à sociedade; fraco vínculo entre intelectuais e poder político, ou seja, ligação não-imediata entre *intelligentzia* e poder; concepção liberal e elitista de universidade; estreita ligação entre a formação das elites dirigentes e a questão da nacionalidade (Paula, 2002, p. 151)

Nota-se, deste modo, uma influência positiva do modelo alemão, principalmente no que concerne a busca por autonomia no funcionamento da instituição. Logicamente: do ponto de vista econômico há uma dependência do Estado para o seu funcionamento. No entanto, a liberdade para gerenciar o ensino e a pesquisa é fundamental para a “transmissão incessante da verdade científica” (Paula, 2022, p. 151) ao passo que os “homens da ciência” não devem estar comprometidos com interesses políticos em detrimento da ciência (Paula, 2022). Apesar de seus fundadores estarem diretamente conectados com o cenário político, principalmente Salles de Oliveira na figura de interventor, esse contexto interno é bastante relevante, pois a USP conseguiu conservar uma certa autonomia perante o governo Vargas, que se demonstrava autoritário perante as instituições. Na obra “A Universidade da Comunhão Paulista: O projeto de criação da Universidade de São Paulo” (1982), de Irene de Arruda Ribeiro Cardoso, a autora critica o discurso liberal cunhado por Júlio de Mesquita Filho para a fundação da USP, que afirmava que o “pensamento diretor” da criação da universidade era totalmente liberal e contrário ao totalitarismo mas aponta que em alguma medida para o estabelecimento da universidade nos primeiros anos, algumas concessões e acordos tiveram de ser realizados com o Regime do Estado Novo, principalmente pela figura de Armando de Salles Oliveira estar tão intrinsecamente conectada ao regime vigente (Cardoso, 1982).

A despeito do contexto político em que está inserida a gênese da USP, como já mencionado, ela se deu a partir da aglutinação de outras instituições. Nesse sentido, destaca-se

que foi a primeira universidade brasileira a contar com uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), que convidou diversos pesquisadores e intelectuais estrangeiros - franceses, italianos, alemães, portugueses, espanhóis e estadunidenses - para conformar o quadro de docentes, haja vista o atraso brasileiro na formação de suas universidades (USP, 2023a). Atualmente, a USP dispõe de campi em diversas cidades do estado de São Paulo, a saber: quatro campi na capital paulista¹⁶, dois campi na cidade de São Carlos¹⁷ e demais campi nas cidades de Bauru¹⁸, Piracicaba¹⁹, Pirassununga²⁰, Lorena²¹ e Ribeirão Preto²². São, ao todo, 42 unidades de ensino e pesquisa e 6 institutos especializados, conforme disposto no mapa a seguir:

¹⁶ “Nos campi de São Paulo, dispõe das seguintes unidades: Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), Escola de Comunicações e Artes (ECA), Escola de Educação Física e Esporte (EEFE), Escola de Enfermagem (EE), Escola Politécnica (Poli), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), Faculdade de Educação (FE), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Faculdade de Medicina (FM), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ), Faculdade de Odontologia (FO), Faculdade de Saúde Pública (FSP), Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG), Instituto de Biociências (IB), Instituto de Ciências Biomédicas (ICB), Instituto de Energia e Ambiente (IEE), Instituto de Estudos Avançados (IEA), Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), Instituto de Física (IF), Instituto de Geociências (IGc), Instituto de Matemática e Estatística (IME), Instituto de Medicina Tropical de São Paulo (IMT), Instituto de Psicologia (IP), Instituto de Química (IQ), Instituto de Relações Internacionais (IRI) e Instituto Oceanográfico (IO)” (USP, 2024).

¹⁷ “Na cidade de São Carlos estão a Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU), Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC), Instituto de Física de São Carlos (IFSC) e o Instituto de Química de São Carlos (IQSC).” (USP, 2024).

¹⁸ “No campus de Bauru, conta com a Faculdade de Odontologia (FOB).” (USP, 2024)

¹⁹ “Em Piracicaba estão o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA) e a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ).” (USP, 2024)

²⁰ “Em Pirassununga está a Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA).” (USP, 2024)

²¹ “Em Lorena está a Escola de Engenharia de Lorena (EEL).” (USP, 2024)

²² “Em Ribeirão Preto estão a Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EEFERP), Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP), Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP), Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP), Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) e Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (FORP).” (USP, 2024)

Figura 2 - Municípios em que estão situadas as faculdades e institutos da USP



Fonte: USP Municípios (2023)

De acordo com os dados presentes no Anuário Estatístico de 2023 (que dispõe do ano base de 2022), são ao todo 97.358 alunos matriculados, em 333 cursos de graduação e 264 de pós-graduação. Sendo assim são 60.120 alunos de graduação (1º semestre) e 29.430 de pós-graduação (13.912 de mestrado e 15.518 de doutorado). No que tange ao quadro de docentes são 5.151 no total. Em relação ao quadro de técnicos-administrativos são 12.857. A respeito da extensão são 1.397 cursos extracurriculares, com um total de 188.998 participantes.

Nos dados mais recentes do *ranking QS World University Rankings*²³, publicados na matéria “USP é a melhor universidade da América Latina e Caribe, segundo QS” (Yamamoto, 2023), foi classificada como a 85ª melhor universidade do mundo (no ranking mundial) e como a 1ª melhor universidade da América Latina no ranking *QS Latin America & The Caribbean Ranking*. Em relação às áreas/disciplinas, isto é, no *QS World University Rankings by Subject*, em 12 áreas ficou entre as 50 melhores do mundo, sendo elas: “Odontologia (14ª); Engenharia de Petróleo (24ª); Antropologia (27ª); Agricultura e Silvicultura (28ª); Engenharia de Minas (30ª); Enfermagem (36ª); Línguas Modernas (41ª); Ciência Veterinária (42ª); Arquitetura (44ª); Sociologia (44ª); Engenharia Civil e de Estruturas (45ª); e Direito (47ª)” (Yamamoto, 2023). No ranking *Times Higher Education (THE)*²⁴ a USP despontou no conjunto das 201-250ª melhores universidades do mundo em 2023 (USP, 2023b).

²³ “O *QS World University Rankings* é uma das classificações universitárias anuais publicadas pela Quacquarelli Symonds (QS), do Reino Unido. Este ranking é uma das três classificações internacionais de Instituições de Ensino Superior mais influentes e amplamente observadas” (Unicamp, 2023b).

²⁴ “O *THE World University Rankings* elenca as melhores universidades do mundo, tendo como enfoque suas principais missões institucionais: ensino (o ambiente de aprendizagem); pesquisa (volume, rendimento e reputação); citações (influência da pesquisa); rendimento da indústria (transferência de conhecimento) e

3.2.2. A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Seguindo a linha temporal, a Unicamp - como também já apontado de forma breve no Capítulo 01 - foi oficialmente fundada em outubro de 1966, a partir do Decreto nº 45.220, de 9 de setembro de 1965 que criou a Comissão Organizadora da Universidade (Unicamp, 2002). No entanto foi concebida através da Lei Estadual nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962, em que estava prevista como finalidade da Unicamp: “I) ministrar o ensino universitário e pós-graduado; II) promover a pesquisa pura e aplicada; III) formar e treinar técnicos de nível médio e superior” (São Paulo, 1962).

Deste modo, tangenciar a gênese da Unicamp imputa obrigatoriamente em retomar também o pensamento do Prof. Zeferino Vaz, sendo considerado o responsável por materializar o projeto da universidade. Schwartzman (2015) aponta que Vaz deixou a Universidade de Brasília (UnB) com a missão de organizar a Unicamp, que no início dos anos 60 representava uma “alternativa” à USP, que “já se mostrava abarrotada de estudantes e de pessoal” (Schwartzman, 2015, p. 346). Crítico, por exemplo, ao isolamento das universidades a realidade socioeconômica e cultural das sociedades, defendia um maior entrosamento com as indústrias, para conhecer as suas problemáticas e ofertar recomendações adequadas (Pereira; Martins, 2018).

Na obra “O Conceito de Universidade no Projeto da Unicamp” o Prof. Fausto Castilho fornece por meio de uma densa e relevante entrevista, as nuances desse processo de criação da universidade, em que participou ativamente. Em primeiro lugar, há o diagnóstico de que a Unicamp se diferenciou significativamente das outras universidades no Brasil, sendo construída “quase que completamente na ausência de estruturas anteriores” (Castilho, 2008, p. 17). Esse dado merece relevância, uma vez que a presente dissertação já versou a respeito da prática comum na gênese das universidades brasileiras: tratava-se de agrupamentos de faculdades e/ou escolas. No caso da Unicamp, suas unidades foram pensadas desde o primórdio para operarem, de fato, como uma universidade, e não somente como produto da aglutinação de outras instituições já existentes. Como corroborado por Castilho (2016) no prólogo da obra “Zeferino Vaz: ideia de universidade” (2018) acerca das unidades organizacionais da Unicamp naquele momento:

perspectivas internacionais (funcionários, estudantes e investigação). O desempenho das instituições é aferido por meio de um conjunto de 13 indicadores, que são ponderados a fim de fornecer comparações mais abrangentes e equilibradas” (USP, 2023b).

Essas unidades não deveriam funcionar ao acaso, mas, sim, de uma forma articulada. Os Institutos se responsabilizariam pela criação do conhecimento e pelo ensino básico. As Faculdades, pelo ensino profissionalizante. Colégios técnicos completariam a estrutura da nova universidade. A concepção da Unicamp, portanto, se baseou num plano articulado, evitando-se um crescimento desordenado, ocasional, sem uma clara concepção de universidade (Castilho, 2016, p. 14).

Isto posto, até mesmo a sua estrutura física - modelo radial²⁵ - foi pensada para representar a compatibilização entre a estrutura que a universidade demandava e a estrutura funcional da cidade universitária. De fato, temporalmente, constitui-se como uma universidade jovem, mas se reconhece como detentora de tradição em seus pilares fundamentais (ensino, pesquisa, extensão) (Unicamp, 2023a).

Atualmente a Unicamp dispõe de seis campi, alocados em quatro cidades do interior do estado de São Paulo, sendo eles: em Campinas - o campus de Barão Geraldo e o Colégio Técnico de Campinas (COTUCA); em Limeira - o campus I (Colégio Técnico de Limeira - COTIL/Faculdade de Tecnologia - FT/Secretaria de Administração Regional - SAR) e o campus II (Faculdade de Ciências Aplicadas - FCA); em Piracicaba (Faculdade de Odontologia - FOP) e, por fim, em Paulínia (Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas da Universidade Estadual de Campinas - CPQBA). Possui 24 unidades de ensino e pesquisa, alocados em 10 institutos (Artes, Biologia, Computação, Economia, Estudos da Linguagem, Filosofia e Ciências Humanas, Física, Geociências, Matemática, Estatística e Computação Científica, Química) e 14 faculdades (Ciências Aplicadas, Ciências Farmacêuticas, Enfermagem, Engenharia de Alimentos, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Elétrica e de Computação, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Ciências Médicas, Educação Física, Odontologia, Educação e Tecnologia). (Unicamp, 2023a).

A seguir, apresenta-se o mapa situando os municípios em que estão seus campi:

²⁵ Radial refere-se a uma estrutura que se desenvolve baseada em um ponto central de referência. O campus físico da Unicamp em Barão Geraldo, na cidade de Campinas (São Paulo), possui uma disposição em que seus institutos estão agrupados em torno de um ponto central, conformando, assim, a logo da universidade - todas as áreas do conhecimento convergindo e construindo um ponto comum.

Figura 3 - Municípios em que estão situados as faculdades e institutos da Unicamp



Fonte: Naoe *et al.* (2019)

Oferece, ao todo, 65 cursos de graduação e 168 de pós-graduação. Como consta no Anuário Estatístico de 2023, conta com: 21.390 alunos matriculados (incluindo os de forma especial), 8.771 funcionários, dentro destes - 1.697 docentes de carreira MS, 229 docentes alocados em outras carreiras e demais servidores não docentes 6.845. No que tange a extensão os dados fornecidos são a respeito da modalidade dos cursos: são 1.037 cursos realizados, com 12.505 alunos matriculados. No que se refere a produção científica e inovação tecnológica, são 2.473 linhas de pesquisa ativas e 4.203 projetos com financiamento (Unicamp, 2023a).

No ranking *QS World University Rankings by Subject*, foi classificada como a 3ª melhor na América Latina e a 220ª no mundo (Garcia, 2023). Neste indicador, é possível também aferir quais as áreas/disciplinas a universidade ficou entre as 50 e 100 melhores, sendo elas: “Engenharia do Petróleo (24ª); Odontologia (29ª); Engenharia Agrícola (46ª); Antropologia (51ª); Estudos do Desenvolvimento (51ª); Línguas Modernas (76ª); Engenharia Química (79ª); Sociologia (86ª); e Engenharia Elétrica (95ª)” (Garcia, 2023). No ranking *Times Higher Education* (THE) está alocada entre as 351-400ª melhores universidades do mundo (Garcia, 2023).

3.2.3. A UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Por fim, concluindo a tríade histórica, apresenta-se a formação da Unesp. No capítulo 01, de tal modo como USP e Unicamp, versou-se brevemente a respeito da sua criação, que se deu em 1976, fruto da junção de institutos isolados. De forma mais específica, têm-se

que embora seja resultante de um processo de aglutinação de instituições já criadas, elas detinham sim de uma certa identidade comum, como as “Faculdades de Filosofia” em diversos municípios, de acordo com o exposto a seguir:

Um grupo bastante expressivo, formado por sete unidades universitárias, num conjunto de 14, ocupando amplo espaço, constituído pelas chamadas Faculdades de Filosofia, voltadas preferencialmente para a formação de professores que deveriam compor os quadros das escolas secundárias do Estado. Desse conjunto fizeram parte a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, a de Araraquara, de Franca, de Marília, de Presidente Prudente, de Rio Claro e de São José do Rio Preto. Outros Institutos Isolados foram criados com a finalidade de formação profissional como a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, a mais antiga de todas essas escolas, fundada em 1923 e incorporada ao patrimônio estadual em 1956. As outras foram as duas odontologias, de Araçatuba e de São José dos Campos, a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal, a de Engenharia de Guaratinguetá e a Medicina de Botucatu (Jorge, 2022).

Nos eventos que antecederam a sua criação, é imprescindível citar a fundação, em 1969, da Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (Cesesp), no âmbito da Secretaria da Educação, para gerir a administração de tais instituições que funcionam isoladamente. Internamente na Secretaria, havia uma série de tensões, desencadeadas em função do volume de atribuições conferidas ao órgão, que era o responsável por “toda matéria relativa ao ensino, desde a educação primária até o nível superior” (Jorge, 2022) do estado de São Paulo. Sendo assim, desde o início do ano de 1975, havia discussões sobre uma nova maneira de organizar os institutos isolados, sendo que uma das possibilidades era justamente a integração em uma federação ou uma universidade (Jorge, 2022). Em 1976, seguindo determinações do governador Paulo Egydio Martins, e sob aprovação do Secretário de Educação, a administração das instituições deixa de ser responsabilidade da Cesesp de forma desintegrada e passa a conformar uma só instituição: a universidade, como uma autarquia, e, portanto, de responsabilidade do governo do Estado de São Paulo (Jorge, 2022).

Para os fins da presente análise, cabe destacar a produção cinematográfica intitulada “A história da Unesp”, produzida pela TV Cultura (Fundação Padre Anchieta), em 2012, e que por meio de entrevistas com figuras que participaram ativamente desse processo, foi capaz de remontar todo o processo histórico de criação da Unesp. Há um trecho específico em que o Secretário de Educação, entre os anos de 1975 e 1979, José Bonifácio Coutinho Nogueira, cita a consolidação da USP e o processo de consolidação da Unicamp como empreitadas de sucesso naquele momento, inspirando a criação de uma terceira universidade. A ideia era suscitar o “espírito universitário” que pairava no estado de São Paulo e criar uma instituição com planejamento único, diferentemente do que acontecia nas instituições isoladas, que contavam cada qual com um planejamento descentralizado. Luiz Ferreira Martins, Reitor da Unesp entre

1976 e 1980, elucidou que a aglutinação dos institutos foi um processo que não recebeu aprovação imediata por parte das instituições que seriam aglutinadas, mas que o propósito demandava uma visão de integração no médio e longo prazo. Paulo Egydio Martins, o governador da época, também participou dessa produção, revelando em sua entrevista que parte da resistência à aglutinação era pautada na visão de que a existência da figura de um reitor ou de um comando central poderia prejudicar a autonomia das instituições.

Cabe destacar, assim, que o plano de fundo da gênese da Universidade Estadual Paulista se deu em um momento político altamente repressivo no Brasil, em função do Regime Militar em vigência, acirrando as tensões acerca da aglutinação naquele período ser mais uma decisão arbitrária. Desse modo, nota-se que o processo de concepção da Unesp foi permeado por tensões, mas bem-sucedido. Em 1977, a universidade teve seu estatuto aprovado, e era constituída, naquele momento, por 14 campus²⁶ e sua sede seria provisoriamente alocada na capital, São Paulo (Jorge, 2022).

Outro marco de destaque para a presente análise na trajetória da Unesp foi a criação do Programa de Núcleos de Ensino (NE), em 1987. De acordo com o Estatuto dos Núcleos de Ensino da Unesp, trata-se de um programa que “objetiva propor ações educacionais em todos os níveis da Educação Básica pública da rede Estadual e Municipal de ensino” (Unesp, 2020). Sua constituição se deu a partir de um grupo de docentes, que apresentou a proposta que visava “incentivar o desenvolvimento de ações que contribuíssem para uma maior inter-relação entre universidade, escolas públicas e sociedade e, conseqüentemente, para o melhor enfrentamento de problemas sociais” (Mendonça; Barbosa; Vieira, 2010, p. 7). Tratava-se, assim, de uma das primeiras ações para promover a interação dialógica da universidade com a sociedade, ao passo que pretendia “trabalhar no diagnóstico da educação pública no Estado de São Paulo e elaborar uma política pública que atendesse às demandas da população nas áreas sociais, estimulando a articulação dos vários órgãos públicos para lograr tal objetivo” (Mendonça; Barbosa; Vieira, 2010, p. 21). Seus princípios e valores são:

Fomentar, promover e aprimorar a Educação Pública paulista por meio do desenvolvimento de projetos que assegurem a Formação Humana em seu sentido

²⁶ “Artigo 3º - Ficam incorporados à Universidade, como unidades universitárias, os seguintes institutos isolados de ensino superior: I - Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Araraquara; II - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis; III - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca; IV - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília; V - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente; VI - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro; VII - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto; VIII - Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara; IX - Faculdade de Odontologia de Araçatuba; X - Faculdade de Odontologia de São José dos Campos; XI - Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu; XII - Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá; XIII - Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal” (São Paulo, (Estado), 1976).

amplo, tanto na aquisição de conhecimentos quanto na promoção da Cidadania, da Democracia, da Tolerância, da Qualidade de Vida, da Dignidade, do Respeito pelo outro, dos Direitos Humanos Universais e de uma Cultura de Paz (Unesp, 2020).

O projeto está em vigência até os dias atuais, vinculado diretamente a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd/Unesp), contando com um edital anual para a seleção de projetos que visem a integração entre a universidade e seu corpo docente e discente e alunos da “Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), turmas hospitalares, jovens e adolescentes privados de liberdade, da Educação do Campo, Educação Quilombola, Educação Indígena e Educação Inclusiva” (Unesp, 2020). Citar esse projeto no bojo da presente discussão é pontuar quando a preocupação com uma interação mais dialógica entre a universidade e agentes da sociedade teve início, e sua perpetuação até os dias atuais demonstra a importância e relevância da iniciativa.

Atualmente, a UNESP constitui-se de 34 faculdades e institutos, alocados em 24 diferentes cidades do interior paulista²⁷, sendo elas: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Dracena, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Itapeva, Jaboticabal, Marília, Ourinhos, Presidente Prudente, Registro, Rio Claro, Rosana, São José do Rio Preto, São João da Boa Vista, São José dos Campos, São Paulo, São Vicente, Sorocaba e Tupã, como se observa no mapa abaixo:

²⁷ “Em Araçatuba estão localizadas as Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina Veterinária. Em Araraquara estão localizadas as Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Ciências e Letras, Faculdade de Odontologia e o Instituto de Química. Em Assis está a Faculdade de Ciências e Letras. Em Bauru estão Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Faculdade de Ciências e Faculdade de Engenharia. Em Botucatu estão a Faculdade de Ciências Agrônomicas, Faculdade de Medicina, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia e Instituto de Biociências. Em Dracena está a Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas. Em Franca está a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Em Guaratinguetá está a Faculdade de Engenharia. Em Ilha Solteira está a Faculdade de Engenharia. Em Itapeva está o Instituto de Ciências e Engenharia. Em Jaboticabal está a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias. Em Marília está a Faculdade de Filosofia e Ciências. Em Ourinhos está a Faculdade de Ciências, Tecnologias e Educação. Em Presidente Prudente está a Faculdade de Ciências e Tecnologia. Em Registro está a Faculdade de Ciências Agrárias do Vale do Ribeira. Em Rio Claro está o Instituto de Biociências e o Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Em Rosana está a Faculdade de Engenharia e Ciências. Em São João da Boa Vista está a Faculdade de Engenharia. Em São José do Rio Preto está o Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Em São Paulo está o Instituto de Artes e como unidades complementares o Instituto de Física Teórica e o Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais. Em São Vicente está o Instituto de Biociências/Câmpus do Litoral Paulista e como unidade complementar o Instituto de Estudos Avançados do Mar. Em Sorocaba está o Instituto de Ciências e Tecnologia. Em Tupã está a Faculdade de Ciências e Engenharia.” (Unesp, 2023a).

Figura 4 - Municípios em que estão situados as faculdades e institutos da Unesp



Fonte: Unesp (2023a)

Valendo-se dos dados presentes no Anuário Estatístico de 2023, são ao todo, 53.578 discentes de Graduação e Pós-Graduação. De forma específica, são 39.244 alunos matriculados na graduação, em 136 opções de cursos. Na pós-graduação são 14.334 alunos matriculados em 263 cursos, distribuídos em 152 programas. No que tange ao quadro de pessoal, são 8.287 docentes e servidores técnicos-administrativos, sendo, destes, 3.087 docentes.

No ranking *QS World University Rankings by Subject*, foi classificada como a 10ª melhor na América Latina (Yamamoto, 2023), e a 477ª no mundo (Unesp, 2023b). Em relação às áreas de concentração/disciplinas, recebeu destaque na área de Odontologia (30ª) e Ciência Veterinária (51ª-70ª) (Unesp, 2023b). No ranking *Times Higher Education (THE)* despontou no conjunto das 601-800ª melhores universidades do mundo (São Paulo, 2023c).

3.3. TRÊS ESTUDOS DE CASO

Inicialmente, apresentamos a primeira caracterização acerca dos dados dos convênios, obtidos nas bases de dados abertas das três universidades.

No Portal Transparência Unicamp, constam, em outubro de 2023, um total de 3.154 convênios, sendo, destes, 2.962 com status de “Ativo” e 192 já “Encerrados”. Incluídos nesse montante, estão tanto agentes do Poder Público, do Poder Privado e outras universidades de pesquisa. No entanto, notou-se a presença significativa de agentes que conformam somente o Poder Público, como, por exemplo: Secretarias, Prefeituras e Ministérios.

Consultando o Anuário Estatístico da Unicamp de 2023, constam dados que corroboram a ideia de um aumento crescente histórico desses instrumentos, na categoria “Produção Científica da Unicamp” - em 2020 eram 147 convênios, em 2021 eram 173 e em 2022, 179:

Tabela 3 - Dados Acadêmicos da Unicamp entre 2020 e 2022, com destaque aos Convênios²⁸

DESCRIÇÃO	2020	2021	2022
LINHAS DE PESQUISA	2.429	2.368	2.473
PROJETOS COM FINANCIAMENTO	3.856	3.831	4.203
PROJETOS COM FINANCIAMENTO INICIADO NO ANO	371	291	527
PROJETOS FAPESP INICIADOS NO ANO	802	777	1.122
CONVÊNIOS	147	173	179

Fonte: Unicamp (2023a). Dados fornecidos pelo Escritório de Dados Institucionais e Suporte à Decisão, parte integrante da Coordenadoria Geral da Universidade (EDAT/CGU) e pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP)

No que tange à Extensão, o Anuário Estatístico levanta dados referentes aos Cursos extensionistas, uma das modalidades possíveis dentro do terceiro pilar. Sendo assim, a trajetória histórica, de 2014 a 2022, dos convênios/contratos que foram aprovados pelo Conselho de Extensão (CONEX) está disposta na tabela a seguir:

²⁸ De acordo com o Anuário, os dados referentes a 2022 sofreram impacto e variações em função da pandemia de COVID-19.

Tabela 4 - Convênios / Contratos aprovados pelo CONEX na Unicamp, entre 2014 e 2022²⁹

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
INSTITUTOS E FACULDADES									
BIOMÉDICAS									
FCF	-	-	2	-	-	6	1	2	-
FCM	12	19	14	16	19	28	11	20	14
FEF	-	1	1	2	3	-	2	1	2
FENF	2	1	3	2	4	5	1	-	3
FOP	4	19	16	11	26	7	8	8	3
IB	3	1	3	1	3	9	11	8	2
CBMEG	-	-	-	-	-	-	-	1	-
TECNOLÓGICAS									
FCA	14	8	25	22	21	22	7	18	1
FEA	6	4	2	1	2	-	4	11	1
FEAGRI	-	3	7	5	3	10	4	6	-
FECFAU	12	3	3	22	18	19	28	27	15
FEEC	3	3	3	2	4	4	-	6	3
FEM	2	3	1	-	1	4	6	2	1
FEQ	7	5	5	3	9	4	2	8	4
FT	2	5	5	11	10	9	5	5	-
EXATAS									
IC	1	5	2	4	5	6	3	6	2
IFGW	1	3	-	1	7	3	2	4	-
IG	-	3	2	3	5	5	2	5	-
IMEEC	3	5	3	-	4	6	-	5	3
IQ	4	3	3	1	7	5	2	-	1
HUMANAS E ARTES									
CEL	-	-	8	3	-	3	2	-	-
FE	6	10	11	20	29	15	10	16	16
IA	5	2	4	7	5	5	2	3	-
IE	10	4	15	14	4	12	7	22	3
IEL	11	11	34	21	23	21	4	15	11
IFCH	-	-	-	2	1	4	-	1	1
COLÉGIO TÉCNICO									
COTIL	-	2	1	-	-	-	1	1	-
COTUCA	-	2	-	2	1	4	2	1	-
TOTAL	108	125	173	176	214	216	127	202	86

Fonte: Unicamp (2023a). Dados fornecidos pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC)

Cabe destacar, também, que o Anuário dispõe de um levantamento acerca dos convênios específicos de P&D, isto é, convênios firmados nas *startups* instaladas no Parque Científico e Tecnológico da Unicamp, demonstrando a importância atribuída à relação universidade-empresa, fato conectado com a promoção da lógica mercadológica no interior das universidades (debate apresentado no Capítulo 01 da presente dissertação). Deste modo, têm-se:

²⁹ Como colocado no Anuário, em 2022 houve a “retirada dos cursos de especialização do âmbito da extensão, passados para pós-graduação lato sensu, houve uma redução nos cursos aprovados desse tipo. Também houve mais reoferecimento de cursos, do que a criação de novos.” (Unicamp, 2023a, p. 138).

Tabela 5 - Dados relativos ao Parque Científico e Tecnológico da Unicamp, entre 2017 e 2022

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
EMPRESAS INSTALADAS	29	30	32	35	41	42
POSTOS DE TRABALHO	337	336	440	532	729	681
POSTOS DE TRABALHO EM P&D (PESQUISA E DESENVOLVIMENTO)	240	270	293	432	539	453
CONVÊNIOS DE P&D ASSINADOS COM A UNICAMP (NO ANO)	-	-	15	5	11	6
CONVÊNIOS DE P&D VIGENTES COM A UNICAMP	19	12	25	13	18	21

Fonte: Unicamp (2023a)

No Portal de Convênios da Unesp foi localizado um contingente total de 612 convênios vigentes, isto é, com status de validade ativa. Destes, destacam-se também a presença significativa de agentes do Poder Público, como Secretarias Municipais e Prefeituras Municipais das cidades em que a universidade detém seus campi. Uma limitação presente neste Portal é justamente a impossibilidade de consulta a convênios que não estão mais ativos, isto é, que já encerraram seu período de vigência. Tal entrave configurou-se como um desafio, uma vez que a presente dissertação busca, preferencialmente, por convênios que já tenham sido encerrados, para fornecer uma análise completa acerca de seus resultados.

No Portal de Convênio da USP a base está organizada de acordo com as suas faculdades e institutos. Deste modo, retomando as suas áreas de excelência a nível mundial, classificadas pelo mais recente dado do *QS World University Rankings by Subject*, são elas: Odontologia; Engenharia de Petróleo; Antropologia; Agricultura e Silvicultura.

A Faculdade de Odontologia possui aprovados em sua base atual 213 convênios, entre universidades, atores do setor privado e público, destacando-se Secretária de Saúde e Ministérios. A unidade em Bauru possui aprovados em sua base atual 74 convênios, dentre estes, universidades, atores do setor privado e público. A Escola Politécnica, berço de suas engenharias, possui aprovados em sua base, 699 convênios, entre universidades, atores do setor privado e público. A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, por sua vez, possui, aprovados em sua base atual, 762 convênios, entre universidades, atores do setor privado e

público. Por fim, a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq) possui, em sua base, 904 convênios aprovados, entre universidades, atores do setor privado e público. Cabe destacar, assim, que se tratou de uma caracterização inicial, com a finalidade única de demonstração da importância dos instrumentos para as universidades.

Essa primeira caracterização norteadora também buscou por notícias nos portais midiáticos das instituições - Jornal da USP, Jornal da Unesp e Jornal da Unicamp acerca de convênios firmados. Quando noticiados, buscou-se também pelos portais do setor público, para dimensionar em que medida também eram divulgados por estes meios. Essa estratégia de busca em demais portais institucionais nasceu em face da dificuldade, por exemplo, encontrada com o Sistema de Convênio da Unesp, que fornece somente os convênios vigentes atualmente em curso.

Por fim, destaca-se o contato direto realizado com as instituições, que será exposto a seguir.

3.3.1. ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Inicialmente, apresentaremos alguns critérios norteadores que embasaram a primeira rodada de seleção dos convênios.

Almejava-se, assim, encontrar convênios em que seus executores fossem representados somente pelas universidades (na forma de suas instituições representativas/docentes/núcleos de pesquisa/laboratórios/entidades vinculadas diretamente a elas) e órgãos do Poder Público. Isto é, que fossem firmados exclusivamente entre as universidades supracitadas e instituições do setor público, esquivando-se daqueles em que a composição estivesse pautada, também, pela presença do setor privado como seus executores. Como entidades do setor público destacam-se aquelas que fazem parte da Administração Pública Direta e Indireta, acolhendo, em um caso especial, as empresas públicas. Embora elas estejam legalmente no escopo das entidades regidas pelo direito privado, ainda sim fazem parte da Administração Pública Indireta e serem um instrumento relevante ao Estado Brasileiro.

Como caracterização secundária, ansiava-se encontrar convênios com caráter de pesquisa e, também, que pudessem exprimir ou impulsionar características e extensionistas, ou seja, que perpassam, em alguma medida, pelas instâncias que cuidam da promoção da extensão nas universidades e/ou suscitasse a preocupação a interação com demais entes através de alguma de suas atividades. Outro fator de suma importância foi a área do conhecimento: aquelas em que a universidade em questão detinha de saber notório saber, isto é, cujo reconhecimento

da produção científica naquela área já tivesse sido validado perante seus pares - por meio de indicadores e/ou métricas.

De igual modo, a escolha dessa primeira seleção também pautou, do ponto de vista do Poder Público, a possibilidade de que suas contribuições fossem empregadas no avanço de políticas públicas e/ou pudessem ser utilizadas com tal finalidade. Igualmente, buscou-se aqueles em que melhorias, do ponto de vista da inovação - Kattel e Karo (2016), pudessem ser identificadas.

A seguir apresentam-se os convênios que foram selecionados nesta primeira rodada de apuração.

3.3.2. DESCRIÇÃO DOS CONVÊNIOS

Em relação à Unicamp a escolha se deu a partir de um convênio firmado entre ela e o Ministério Público do Trabalho (MPT)³⁰. De forma mais específica, a universidade foi representada pelo Núcleo de Pesquisas sobre Mercado de Trabalho e Pessoas com Deficiência (NTPcD), integrante do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT), do Instituto de Economia (IE), com a Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região (PRT15ª)³¹, braço do MPT na cidade de Campinas.

O convênio foi intermediado em uma de suas etapas pela Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp)³². Sua vigência foi entre os anos de 2010 e 2022, e

³⁰ “O MPT é um dos ramos do Ministério Público da União (MPU). Sua atribuição é fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, procurando regularizar e mediar as relações entre empregados e empregadores. Suas atribuições específicas são: I) Promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho para defesa de interesses coletivos em sentido amplo (estão incluídos os interesses difusos, coletivos em sentido estrito e os individuais homogêneos), quando desrespeitados direitos sociais constitucionalmente garantidos aos trabalhadores; II) Manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, quando entender por existente interesse público que justifique; III) Arbitrar ou mediar dissídios coletivos e fiscalizar o direito de greve nas atividades essenciais; IV) Propor as ações necessárias à defesa dos direitos e interesses dos menores, decorrentes de relações de trabalho, além de recorrer às decisões da Justiça do Trabalho tanto nos processos em que for parte como naqueles em que officie como fiscal da lei” (Brasil, 2021).

³¹ As estruturas administrativas das Unidades do Ministério Público do Trabalho são chamadas Procuradorias Regionais do Trabalho (PRT) e Procuradorias do Trabalho em Município (PTM). As PRT's funcionam, em sua maior parte, nas capitais dos estados, com exceção da PRT 15ª Região, com sede em Campinas/SP. “À PRT-15ª estão vinculadas 8 Procuradorias do Trabalho nos Municípios de: Araçatuba, Araraquara, Bauru, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba (Brasil, 2021). Sua composição é formada pelos cargos de membros (Procuradores do Trabalho e Procuradores Regionais do Trabalho), servidores (Analistas e Técnicos, das áreas de Administração, Gestão Pública, Direito, Medicina do Trabalho, Engenharia de Segurança do Trabalho, Suporte e Infraestrutura, Tecnologia da Informação e Comunicação, Desenvolvimento de Sistemas, Segurança Institucional e Transporte) e estagiários.”

³² A FUNCAMP “é uma fundação de direito privado sem fins lucrativos, criada por escritura pública (Estatuto da FUNCAMP, art. 1º) e mantida com recursos próprios” “A principal atividade da Funcamp é ser interveniente entre terceiros e a Unicamp no que se diz respeito aos recursos financeiros, físicos e humanos em favor de convênios e contratos, viabilizando projetos acadêmicos que contribuem para o desenvolvimento da educação pública superior e da pesquisa científica e tecnológica do Brasil, soluções para unir a produção do conhecimento científico às necessidades da sociedade civil” (Funcamp, 2023).

situa-se no bojo da produção de conhecimento das áreas de humanas. O título “Pessoa com deficiência e trabalho: Estudos sobre a dinâmica populacional e o comportamento do mercado formal de trabalho no estado de São Paulo, no período de 2010 a 2022” também nomeou a pesquisa acadêmica derivada deste convênio, que logrou publicar um *e-book* intitulado “Pessoa com Deficiência e Trabalho: Estudos para o estado de São Paulo e um breve panorama nacional e internacional.” A partir da leitura da obra, é possível aferir o contexto e principais objetivos da interação, a saber:

O convênio foi motivado pela necessidade de estudar a situação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, por um lado, na perspectiva de conhecer a realidade desse segmento dos trabalhadores e analisar a aplicação da política de cotas pelas empresas. Por outro lado, teve a finalidade de produzir subsídios para os formuladores de políticas públicas e para as instituições que atuam na inclusão das pessoas com deficiência no trabalho (Darin, 2022, p.1).

O reitor da Unicamp (2021-2024), Prof. Antônio José de Almeida Meirelles, na matéria intitulada “Pesquisa Unicamp/MPT sobre pessoa com deficiência e mercado de trabalho vira livro”, publicada no Portal Unicamp, avaliou a interação constante da Unicamp com o MPT, e a importância da geração do conhecimento capaz de subsidiar a elaboração de políticas públicas:

O reitor da Unicamp avalia que os esforços de colaboração entre a Universidade e o MPT existem há muito tempo e se tornam ainda mais profundos com esse trabalho. “É a Universidade cumprindo sua missão, que é a de produzir informações e conteúdo científico que possam subsidiar a elaboração de políticas públicas”, disse ele. “Conteúdos que têm o poder de transformar a realidade”, acrescentou o reitor. “Espero que essa seja mais uma das muitas ações de colaboração que ainda poderemos fazer em conjunto”, concluiu (Nunes, 2022).

A reportagem também conta com as considerações do Prof. José Dari Krein. A pesquisa produziu dados a respeito da população com deficiência e a ocupação de postos de trabalho e, nesse sentido, coloca que 54% das vagas destinadas às pessoas com deficiência não foram preenchidas, em um movimento de boicote promovido por parte de algumas empresas durante a contratação, figurando um cenário discriminatório (Nunes, 2022).

Participaram da coleta dos depoimentos as Procuradoras Danielle Olivares Corrêa, Coordenadora Regional da Coordenadoria de Promoção da Igualdade e Combate à Discriminação no Mercado de Trabalho e Adriane Reis de Araújo, Coordenadora Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades do MPT. Para elas, é notório que a produção científica desse convênio servirá para embasar os processos no âmbito do Ministério. Por fim, há a constatação do desembargador e presidente (naquele momento) do Tribunal Regional do

Trabalho da 15ª Região (TRT15ª), Samuel Hugo Lima, que há a possibilidade de o emprego dos conhecimentos científicos dessa interação serem matérias de leis para o país.

No que tange a presente dissertação os dados relativos aos números do convênio foram obtidos pelo contato direto com o Cesit. O acesso à íntegra da documentação passou pela validação da FUNCAMP, uma vez que não está disponível para consulta pública. O contato também foi efetuado com a Comissão para Análise de Convênios e Contratos (CACC), parte integrante da Secretaria Geral da Unicamp.

No que se refere a Unesp, o convênio escolhido foi produto da interação firmada entre a atual Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL)³³, com as unidades da Unesp em Presidente Prudente e Sorocaba. O convênio recebeu apoio direto da Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX), e situa-se no bojo da produção de conhecimento da área de biológicas e C&T. Firmado em 2016 a sua finalidade central foi “estabelecer e regulamentar um programa de cooperação que conjugue esforços técnicos, operacionais, acadêmicos e científicos, para a execução de projetos nas áreas de Gestão de Resíduos e Restauração Ecológica” (São Paulo, 2016).

Seu funcionamento se deu mediante a elaboração de dois planos de trabalho. Nesse sentido, o primeiro documento versava a respeito da gestão de resíduos e da implantação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos:

O primeiro é voltado à conjugação de esforços técnicos, acadêmicos e científicos na área de Gestão de Resíduos. A Unesp, nestes tópicos, se propõe a organizar e disponibilizar resultados de pesquisas anteriores e que possam ser aplicados para desenvolver subsídios que contribuam para a implantação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos; adequar, na medida do possível, pesquisas em andamento e direcionar pesquisas futuras para cumprimento de determinadas diretrizes, metas e ações do Plano; colaborar com a SMA na organização de eventos nos quais esses resultados sejam discutidos e analisados; e propor cursos de capacitação/extensão e projetos de extensão que colaborem com as diretrizes, metas e ações do Plano (São Paulo, 2016).

O segundo documento versava sobre a proteção de recursos hídricos e a recuperação de áreas de preservação:

O objeto principal do segundo Plano de Trabalho é a proteção dos recursos hídricos e a recuperação, restauração e preservação de áreas relevantes, tais como áreas de preservação permanente (APP), na Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de

³³ “A Secretaria foi criada pelo Decreto nº 67.435, de 1º de janeiro de 2023, permitindo a integração de ações de planejamento, bem como a execução das políticas públicas estaduais relacionadas ao meio ambiente, aos recursos hídricos e expansão e melhoria do saneamento básico, à produção de energia e a realização da mineração sustentável e a qualidade da prestação de serviços logísticos e das rodovias estaduais” (SEMIL, 2023). Seu nome foi reestruturado, e em 2024 usa-se a sigla SEMIL.

Recursos Hídricos Pontal do Paranapanema (UGRHI-22) e, notadamente, na bacia do manancial do alto curso do Rio Santo Anastácio, que abastece cerca de 30% da cidade de Presidente Prudente, importante polo regional do oeste paulista. Esse plano de trabalho acontecerá dentro do âmbito do Programa Nascentes, o maior programa de restauração ecológica do Estado (São Paulo, 2016).

Como elucidado, o segundo plano esteve no âmbito do Programa Nascentes, de grande destaque para a Secretaria, sendo considerado “o maior programa de restauração ecológica do Estado” (São Paulo, 2016). No que tange a presente dissertação os dados relativos ao convênio foram solicitados à PROEX.

No que concerne à USP, a escolha se deu a partir de um convênio firmado entre a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)³⁴. Mais especificamente, trata-se da unidade Embrapa Instrumentação³⁵. Para a escolha deste convênio, cabe, com mais afinco, um mergulho na trajetória metodológica. Isto posto, pautou-se no pré-levantamento acerca de áreas de excelência da USP, bem como a incidência de colaboração com as instituições do Setor Público. Deste modo, houve o contato direto com o setor responsável pelos convênios no interior da Esalq, que produziu um levantamento dos documentos formalizados. A partir desse desenho procurou-se, especialmente, por convênios de pesquisa já finalizados. O levantamento levantou um total de 5 convênios digitalizados. Justifica-se o montante a partir das informações depreendidas pelo setor responsável: antes do ano de 2013, os processos não eram registrados via sistema, e a documentação física está arquivada. Após 2013, inicia-se o cadastramento dos convênios, mas esse processo não está finalizado. Para esse desenho metodológico (parceria Esalq/Embrapa) atestou-se uma incidência de convênios relativos à transferência de material e para fins da pós-graduação.

Partindo desses 5 convênios, uma nova busca na base pública da USP se deu, com o intuito de aferir as minutas. As minutas não se encontram em modo público, mas há o descritivo que permite acessar a temática, o número do processo, a submodalidade e a

³⁴ “A Embrapa é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), que foi criada em 1973 para desenvolver a base tecnológica de um modelo de agricultura e pecuária genuinamente tropical. A iniciativa tem o desafio constante de garantir ao Brasil segurança alimentar e posição de destaque no mercado internacional de alimentos, fibras e energia. Na execução dessa tarefa, em permanente diálogo com produtores, organizações científicas e lideranças do Estado e da sociedade civil, a Embrapa se pauta por: excelência científica em pesquisa agropecuária, qualidade e eficiência produtiva em cultivos e criações, sustentabilidade ambiental, aspectos sociais, parcerias com o setor produtivo” (Embrapa, 2023).

³⁵ “A Embrapa Instrumentação é uma das 43 Unidades Descentralizadas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária. O centro de pesquisa foi criado em 18 de dezembro de 1984, no município de São Carlos (SP) e possui um quadro técnico de 85 empregados, sendo 32 pesquisadores, 29 analistas, 20 técnicos e 04 assistentes (Embrapa, 2023).

coordenação responsável. Trata-se, assim, do processo 13.1.03264.11.9, convênio de cooperação técnica, firmado entre os anos de 2014 e 2015. Em específico, esse convênio contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Mediante a tais informações, o título da pesquisa derivada é: “Desenvolvimento de Sistemas Automatizados para Avaliação do Vigor de Sementes baseado no Desempenho das Plântulas.” Cabe destacar, assim, que a submodalidade ao qual esse convênio está vinculado no sistema USP é Acadêmico Nacional.

A partir das referidas informações, identificou-se a dissertação intitulada “Vigor-S: sistema para avaliação automatizada do vigor de sementes de soja”, que relata o produto resultante do convênio: o sistema Vigor-S. Desenvolvido com base em outro sistema que não está disponível para uso dos agricultores e empresas agrícolas no Brasil, este encontra-se disponível gratuitamente para o uso. Rodrigues (2019) também elenca o seu potencial na diminuição de custos, como um sistema com potencial para diferenciação no setor agrícola:

Pesquisadores da Universidade de São Paulo - USP/ESALQ e Embrapa/Instrumentação Agropecuária se uniram para o desenvolvimento de um sistema acessível aos profissionais da área de tecnologia de sementes no Brasil. Dessa parceria, foi desenvolvido com apoio financeiro da Fapesp (projeto temático "Análise de imagens na pesquisa em tecnologia de sementes") o sistema Análise Automatizada do Vigor de Sementes (Vigor-S), inicialmente para avaliação de plântulas de soja e de milho. Assim como o SVIS®, o Vigor-S fornece informações referentes aos índices de vigor, uniformidade de desenvolvimento e comprimento médio de plântulas. Esses sistemas avaliam o índice de vigor com base na rapidez e uniformidade de desenvolvimento das plântulas da amostra em relação ao máximo valor estimado (Rodrigues, 2019).

O sistema Vigor-S foi divulgado por meio do Portal da Esalq, destacando o seu potencial inovador:

O sistema Vigor-S, desenvolvido em parceria com a Embrapa Instrumentação e com o financiamento da Fapesp, proporciona a obtenção de informações valiosas para a composição de programas de controle de qualidade em empresas produtoras de sementes de soja. A validação desse sistema para avaliação do vigor de lotes de sementes de soja foi tema da dissertação de mestrado da engenheira agrônoma Mayara Rodrigues, sob orientação do professor Julio Marcos Filho e com a colaboração do professor Francisco Guilhien Gomes Junior (Albuquerque, 2021).

Ainda sobre a relação desenvolvida entre a USP e a Embrapa, cabe pontuar uma análise feita, empregando a plataforma *Dimensions*, que buscou compreender de que forma a produção de conhecimento científico impacta o setor agropecuário, mais especificamente entre os anos de 2019 a 2023. Isto porque o Brasil apresenta vantagens comparativas do ponto de vista internacional em uma série de setores produtivos. Há uma característica basilar que é

capaz de esclarecer a razão desse protagonismo nessas áreas: trata-se do acúmulo de conhecimento científico e competências tecnológicas envolvidas nos processos de produção destes setores, bem como do estabelecimento de conexões entre distintos entes, como governos, empresas e instituições de ensino e pesquisa.

É nesse cenário que a agropecuária brasileira desponta como uma das áreas econômicas capazes de liderar a produção mundial de insumos, como é o caso da soja. Trata-se de uma produção que detém, historicamente, um vasto acúmulo científico, conectado diretamente com as demandas do setor, sendo capaz de impulsionar e incrementar a sua produção cada vez mais. Justifica-se, assim, a presente análise para os fins desta dissertação: o convênio firmado entre a Esalq e a Embrapa é um exemplo claro e conciso que ilustra empiricamente a relevância que os esforços científicos detêm para o setor que é considerado o grande motor da economia brasileira. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelaram que o setor agropecuário, especialmente no ano de 2023, influenciou positivamente o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, uma vez que apresentou uma alta recorde na história, graças à produção de soja e milho. O setor cresceu de 2022 para 2023 um total de 15,1% (Belandi, 2023).

Desse modo, Suzigan e Albuquerque (2011) afirmam categoricamente que em todos os produtos nos quais o Brasil detém vantagens comparativas no cenário internacional, fora observado um longo processo de aprendizagem e acumulação de conhecimentos científicos e competências tecnológicas em seus bastidores, envolvendo, assim, importantes articulações entre os esforços produtivos, dos governos e das instituições de ensino e pesquisa. De forma mais específica, os autores descreveram quais foram estes produtos e estas áreas, sendo elas, a saber:

Nas ciências da saúde, a produção de soros e vacinas (...) nas ciências agrárias, a produção e exportação de soja e outros grãos, como o algodão, a celulose e as carnes (...) na metalurgia, a vasta produção de minérios e desenvolvimento de aços e ligas metálicas (...) na engenharia aeronáutica, a produção de aeronaves (...) nas geociências pela produção de petróleo e gás (Suzigan; Albuquerque, 2011, p. 2, tradução nossa³⁶).

³⁶ “In health sciences, the production of serums and vaccines by Oswaldo Cruz Institute and Butantan Institute; in agrarian sciences, production and exports of soybean and other grains, cotton, cellulose and meats by firms and planters interacting with Campinas Institute of Agronomy (IAC), Federal University of Viçosa (UFV), Embrapa (Brazilian Agricultural Research Corporation), and several regional education and research institutes; in mining, materials engineering and metallurgy, production of ores and development of steels and special metal alloys by mining and steel corporations in collaboration with Federal University of Minas Gerais (UFMG); in aeronautical engineering, aircraft production by Embraer (Brazilian Aeronautics Corporation) supported by a specialized research institute — the Aeronautics Technical Center (CTA) and a specialized higher education institution — the Aeronautics Technology Institute (ITA); in geosciences, oil and gas production by Petrobras (Brazilian Oil Corporation), specially the drilling technologies for deep waters developed in interaction with Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), State University of Campinas (Unicamp) and many other education and research institutions all over the country” (Suzigan; Albuquerque, 2011, p. 2).

Deste modo, nestes setores e produtos considerados de grande êxito, estavam prevalecendo interações entre: “as universidades, os institutos públicos de investigações, as empresas, os agricultores e a sociedade em geral” (Suzigan; Albuquerque, 2011, p.2, tradução nossa³⁷), conformando conhecimentos que seriam aplicados para a melhoria da sua produção.

A área das Ciências Agrárias, assim, recebe destaque neste contexto, como sendo um dos setores de grande protagonismo produtivo do Brasil. Suzigan e Albuquerque (2011) afirmaram que a competitividade internacional do país em produtos agropecuários e agroindustriais foi justamente resultado da criação e articulação de instituições de ensino e pesquisa voltadas para o estudo de temáticas pertinentes à produção. Essa análise nos permite afirmar que o conhecimento científico orientado especificamente para essa área possibilitou um avanço positivo na produção de seus insumos.

Remontando ao contexto histórico da produção agrícola, e, principalmente, da soja, tem-se que o seu cultivo, em solos brasileiros foi iniciado segundo Gazzoni (2023) em 1882. Infelizmente nesse período não se obteve sucesso imediato, uma vez que o material genético da semente estava adaptado ao clima frio e temperado de países como China, Japão e Estados Unidos, contrastando com o clima tropical brasileiro, sobretudo do estado da Bahia, local em que os primeiros testes foram realizados. Entre as décadas de 1920 a 1940 no Rio Grande do Sul, o plantio da soja obteve seu princípio de êxito, graças aos estudos do Professor Guilherme Minssen, docente da Escola Superior de Agronomia e Veterinária (entidade que atualmente pertence à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS), iniciados em 1901 (Gazzoni, 2023). O primeiro desafio posto ao plantio da soja, portanto, foi o seu cultivo nas regiões em que o clima era desfavorável à germinação da semente. Era necessário, assim, um conhecimento direcionado, capaz de tornar possível a expansão da semeadura da leguminosa no solo de outras regiões climáticas.

A literatura que versa acerca da produção da planta no Brasil indica que na década de 1970 o “esforço de PD&I na cultura de soja ganha dimensão e sofisticação crescente, envolvendo uma plêiade de atores, tanto públicos quanto privados” (Gazzoni, 2023, p. 16). A década de 70 é considerada pelos especialistas como um divisor de águas para o plantio da soja no país, mediante a fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que passou a desenvolver uma extensa rede nacional de centros de pesquisa e criou expertise em diversos subcampos da agropecuária e industrial do país (Suzigan; Albuquerque, 2011). Há

³⁷ “In other words, in these successful areas, sectors and products the interactions are operating between, on the one hand, universities and public research institutes, and on the other hand, firms, farmers and society at large” (Suzigan; Albuquerque, 2011, p. 2).

que se destacar, também, a importância crucial que a formação dos engenheiros agrônomos, no início do século XX, pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) - pertencente, nos dias atuais, a Universidade de São Paulo (USP) - teve para esse processo de criação de expertise e conhecimento direcionado (Suzigan; Albuquerque, 2011).

Gazzoni (2023) coloca que os cientistas foram capazes de alterar geneticamente o período juvenil de germinação da semente da soja, possibilitando a sua expansão e plantio em outras localidades. Tal conquista é dita como uma “quebra de paradigma em escala global”, uma vez que era impossível o seu desenvolvimento em áreas tropicais. Ainda sobre os conhecimentos científicos aplicados para o plantio nesse momento, desenvolveu-se um tratamento especial para solucionar a questão da acidez do solo no Cerrado, região brasileira que na atualidade lidera a produção de soja. Deste modo era inviável promover a aplicação de processos químicos que degradariam continuamente a terra, passando-se a cultivar a soja de forma alternativa - na palha, técnica que é empregada até os dias atuais (Gazzoni, 2023). Posteriormente na década de 1980 a soja enfrentaria outra problemática, acompanhada da sua rápida expansão: a proliferação de pragas. Nesse cenário, foi de suma importância contar com conhecimento especializado no controle biológico, desempenhado pela organização responsável pelo manejo da soja, o braço da Embrapa: a Embrapa Soja (Suzigan; Albuquerque, 2011).

Eliseu Alves, pesquisador e um dos membros fundadores da EMBRAPA, cunhou a seguinte frase: “O conhecimento é a pedra que move a agricultura brasileira” (Embrapa, 2014). Em uma entrevista concedida à Agência de Notícias da Embrapa, em 2014, Alves também refez a trajetória formativa da agricultura, a nível nacional e internacional, apontando que a partir da década de 40, em países como Estados Unidos e Japão, o conhecimento empregado nessa área passou já a ser organizado e institucionalizado. O Brasil, nesse panorama, como já apontado, se inseriu somente a partir da década de 70, com a própria fundação da Embrapa. Desse modo o país alçou posições de prestígio e destaque frente à produção agropecuária mundial na contemporaneidade, fato que pode ser explicado a partir da análise de diversas variantes.

Lamas (2020) em seu artigo intitulado “A importância da pesquisa científica para a agropecuária” corrobora novamente o argumento central apresentado até aqui, uma vez que afirma que “a pujança da agricultura contemporânea está apoiada na ciência, na capacidade empreendedora dos agricultores e na capacidade dos profissionais que se dedicam à assistência técnica, pública e privada de interiorizar as modernas tecnologias” (Lamas, 2020, p.1). Nesta afirmação o termo “ciência” compreende os conhecimentos que são gerados pelas: “Universidades, Institutos Federais, pelas organizações estaduais de pesquisa, pelas instituições

privadas que fazem pesquisa e pela EMBRAPA” (Lamas, 2020, p.1). O pesquisador também apresenta dados qualitativos para sustentar o seu diagnóstico: em função do avanço do conhecimento científico a produtividade da agricultura, e mais especificamente ainda, da soja, aumentou expressivamente nos últimos 40 anos no Brasil: foram 86% (Lamas, 2020, p.1). Para a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) a pesquisa científica e a formação de tecnologias também foram as grandes responsáveis por produzirem uma agricultura pujante e fortalecida no Brasil. Segundo a agência as projeções da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) indicam que o Brasil estará na liderança mundial em 2024 na agricultura (FAPESQ, 2016). Para a produção de soja esse patamar já fora atingido muito anteriormente. Outro ponto de destaque evidenciado pela agência é a produtividade agropecuária brasileira: segundo dados do Ministério da Agricultura, “cada hectare semeado no Brasil é capaz de produzir até três toneladas de alimento” (FAPESQ, 2016, p.1). Na década de 1990 esse valor era de apenas uma tonelada/hectare” (FAPESQ, 2016, p.1). Essa evolução na produtividade é facilmente conectada com a ascensão de novas tecnologias e formas de cultivo e aproveitamento dos solos.

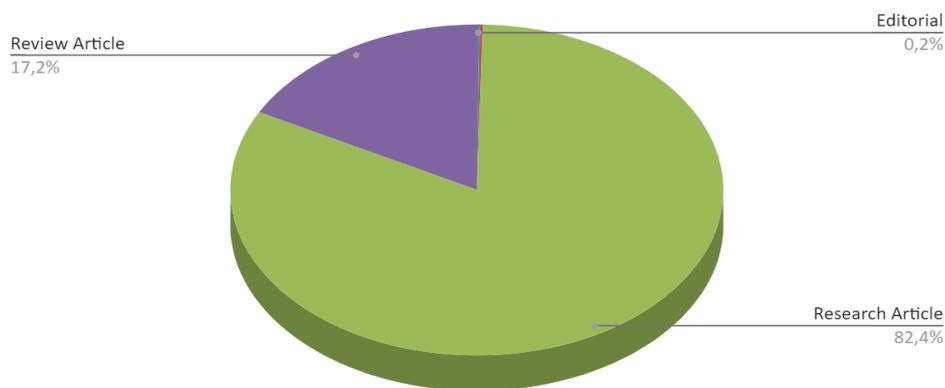
Tanto Alves como Lamas apontaram em suas argumentações e trabalhos que para a continuidade do protagonismo brasileiro no setor agropecuário é de suma importância que continuem existindo investimentos em conhecimento, tanto por parte do setor público quanto do privado. Para os especialistas, o futuro da agropecuária brasileira segue nas mãos da pesquisa de ponta combinada com uma macroeconomia estável no país (Embrapa, 2014). Silva-Matos, Oliveira e Pereira (2020) afirmaram nesse sentido que as práticas empregadas no cultivo de alimentos e criação de animais, na contemporaneidade, só foram potencializadas em função das inovações tecnológicas, uma vez que as contribuições científicas possibilitam a conformação de técnicas certeiras e com comprovação experimental. No entanto, trata-se de estudos que lidam diretamente com recursos naturais, ou seja, que foram continuamente explorados pelo homem, e, portanto, estão em constante alteração, implicando em técnicas que precisam de contínuas revisões. As novas descobertas seguem estimulando o dinamismo do setor agrário, facilitando as atividades e otimizando as etapas da cadeia produtiva (Silva-Matos; Oliveira; Pereira, 2020).

Outra análise feita na *Dimensions* caracteriza-se como uma análise bibliométrica introdutória, acerca da produção científica agropecuária, hospedada na plataforma. As palavras-chave e operadores booleanos utilizadas foram: ("*agriculture*" AND "*Brazil*" AND "*university*" AND "*soy*" AND "*soybean*") aplicando, também, o filtro "*Research Organization*" como "*Universidade de São Paulo*" OR "*Brazilian Agricultural Research Corporation*" OR "*São*

Paulo State University”, limitando os anos entre 2019 a 2023. Também se aplicou o filtro “Brazil” em País Financiador” e “Artigos” no “Tipo de Publicação.” Essa extração, realizada em novembro de 2023, apresentou-se como a mais acurada, após a realização de uma série de outras buscas na plataforma. Seus resultados apresentavam-se muito mais coesos, justificando a escolha por essa análise e por esses buscadores. Foram obtidos, assim, um contingente inicial de 523 trabalhos. Após a sua extração, foram organizados em uma planilha de Excel, para dar início às análises não contempladas na própria base. A seguir, são expostos e detalhados estes resultados.

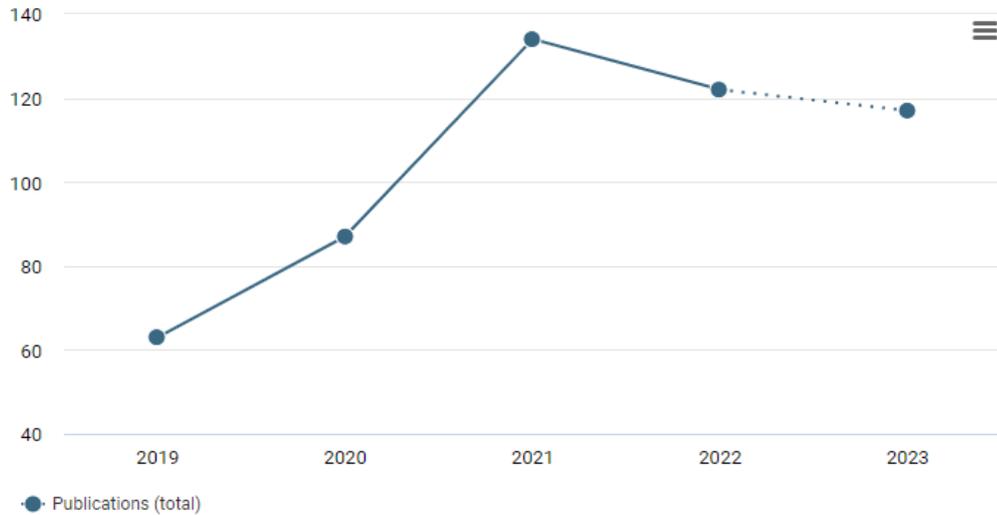
Dentre os 523 trabalhos, e mais especificamente, dos artigos científicos, 431 foram classificados na categoria “*research article*”, 90 foram classificados como “*review article*” e apenas 1 como “editorial”. Os *review articles* são aqueles caracterizados por apresentar uma produção mais qualitativa no tratamento dos dados, isto é, explorando os conceitos teóricos já cunhados com mais profundidade. Já os *research articles* apresentam, geralmente, contribuições derivadas de pesquisas científicas tidas como inéditas. Deste modo, observa-se o gráfico que apresenta de forma ilustrativa a distribuição de classificação dos artigos:

Gráfico 1 - Tipos de Artigo



Fonte: Elaboração Própria (2023)

Outro dado relevante acerca da produção selecionada é a sua evolução temporal. A própria base é capaz de gerar o levantamento da divisão por anos, como observa-se a seguir:

Gráfico 2 - Evolução por Anos da produção dos Artigos

Fonte: *Dimensions* (2023)

Desse modo em termos absolutos têm-se: no ano de 2023 a plataforma contabilizou um contingente de 117 artigos; no ano de 2022 um total de 122; no ano de 2021 um total de 134; no ano de 2020 um total de 87 e, por fim, no ano de 2019 um total 63. A produção entre os anos de 2019 a 2021 apresentou um crescimento sempre positivo. No ano de 2022 observou-se uma queda levemente acentuada, seguindo a mesma tendência em 2023. Como hipótese tem-se a possibilidade dessa redução estar intimamente conectada à pandemia mundial de COVID-19, que redirecionou os esforços e a agenda da comunidade científica brasileira para a produção de estudos que versassem sobre a doença. O impacto também pode estar conectado com os próprios desafios experienciados pela comunidade acadêmica brasileira na continuidade da coleta de dados em suas pesquisas de campo.

Como resultados posteriores aponta-se a análise mais bem construída e relevante deste trabalho, derivada a partir dos dados coletados na plataforma: as categorias de pesquisa em que estão inseridos os artigos. A *Dimensions* classifica os trabalhos de acordo com “*The Units of Assessment (UoA)*” que são 34 categorias de pesquisa utilizadas pela “*Research Excellence Framework (REF)2021*”, no Reino Unido. Elas estão agrupadas em 4 grandes áreas do conhecimento, a serem expostas de forma detalhada a seguir:

Tabela 6 - As 34 categorias de pesquisa presente no *The Units of Assessment (UoA)*

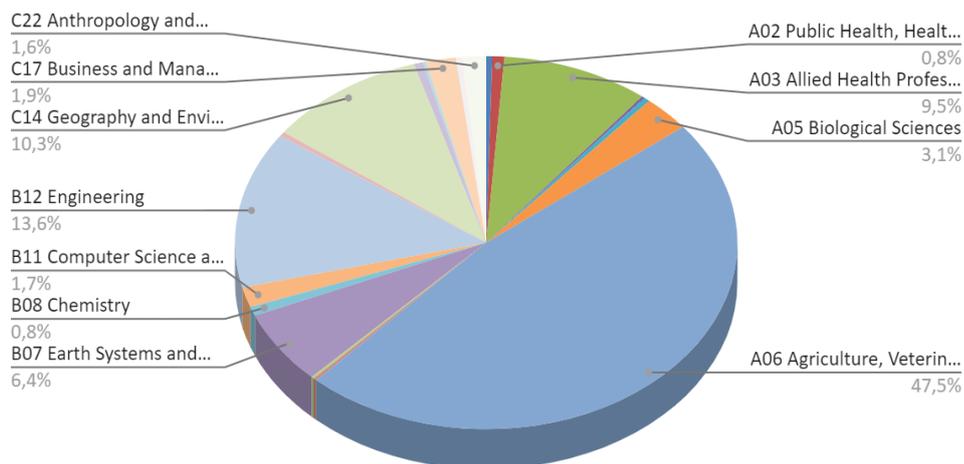
Categoria em Inglês		
A	1	Clinical Medicine
	2	Public Health, Health Services and Primary Care
	3	Allied Health Professions, Dentistry, Nursing and Pharmacy
	4	Psychology, Psychiatry and Neuroscience
	5	Biological Sciences
	6	Agriculture, Food and Veterinary Sciences
B	7	Earth Systems and Environmental Sciences
	8	Chemistry
	9	Physics
	10	Mathematical Sciences
	11	Computer Science and Informatics
	12	Engineering
D	13	Architecture, Built Environment and Planning
	14	Geography and Environmental Studies
	15	Archaeology
	16	Economics and Econometrics
	17	Business and Management Studies
	18	Law
	19	Politics and International Studies
	20	Social Work and Social Policy
	21	Sociology
	22	Anthropology and Development Studies
	23	Education
	24	Sport and Exercise Sciences, Leisure and Tourism
	25	Area Studies
	26	Modern Languages and Linguistics
	27	English Language and Literature
	28	History

E	29	Classics
	30	Philosophy
	31	Theology and Religious Studies
	32	Art and Design: History, Practice and Theory
	33	Music, Drama, Dance, Performing Arts, Film and Screen Studies
	34	Communication, Cultural and Media Studies, Library and Information Management

Fonte: *Research Excellence Framework (REF)2021*

Na análise específica dos artigos, produziu-se o seguinte gráfico:

Gráfico 3 - Grandes Áreas Temáticas dos Artigos e seus Percentuais



Fonte: *Elaboração Própria (2023)*

Isto posto, 245 trabalhos (47,5%) estão classificados no campo da Agricultura, Veterinária e Ciência dos Alimentos; 70 trabalhos (13,6%) trabalhos estão no campo da Engenharia; 53 trabalhos (10,3%) estão no campo da Geografia e Estudos Ambientais e 49 trabalhos (9,5%) estão no campo das Profissões Aliadas da Saúde, Odontologia, Enfermagem e Farmácia. Tal caracterização é altamente relevante pois é capaz de denotar a interdisciplinaridade contida nos estudos que versam sobre a produção da soja. O percentual mais expressivo vai de encontro às hipóteses formuladas na presente coleta: há uma concentração de estudos na área da Agricultura, Veterinária e Ciências dos Alimentos.

No entanto é possível afirmar que a produção científica entre essas instituições não mobiliza somente a área tida como mais tradicional (do ponto de vista histórico de pesquisa), mas também acaba por assumir um caráter interdisciplinar, possibilitando a construção de um

conhecimento que alimenta diversas outras áreas de aprendizagem. A riqueza e a complexidade mobilizada pela agropecuária brasileira, e em especial, pela soja, movimenta a economia brasileira, mas também a ciência do país, demonstrando, assim, a sua contínua relevância e importância para a economia, a sociedade e o próprio Sistema Nacional de Inovação (SNI).

3.3.3. ANÁLISE DOCUMENTAL DOS CONVÊNIOS

Como destacado anteriormente, a análise documental é uma etapa fundamental da caracterização da presente dissertação. Embora as universidades contem com sistemas públicos de convênios, notou-se alguns entraves ao seu uso. No que compete ao sistema da Unesp, apenas há a vigência dos convênios em exercício atual. No sistema da USP, é necessário deter de algumas informações específicas para aferir dados com mais afinco. Na Unicamp, por sua vez, o sistema com a fundação de caráter privado não é unificado, perpassando por eventuais autorizações legais para o acesso.

Em função desse cenário, foi necessário o contato direto com as universidades, órgãos públicos, docentes e pesquisadores para depreender a documentação dos convênios: planos de trabalho e termos de compromisso.

O Termo de Convênio (assim nomeado em documento oficial) firmado entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo (SMA na época³⁸, ou também Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo) e a Unesp, em 2016, possuía a finalidade de estabelecer e regulamentar um programa de cooperação para a execução de dois projetos: ‘Gestão de Resíduos’ e ‘Restauração Ecológica’ (SMA; Unesp)³⁹. Foram estabelecidos, formalmente: I) as responsabilidades dos partícipes; II) a administração do convênio; III) suas etapas de execução; IV) os termos de vigência, denúncia e rescisão; V) o recurso financeiro; VI) o plano de trabalho.

Isto posto, as responsabilidades dos partícipes envolviam o cumprimento do Plano de Trabalho e assegurar-se pelo trabalho desempenhado por toda a equipe, ou seja, de que todos os envolvidos nas atividades estivessem cientes de suas responsabilidades. A administração envolveu o estabelecimento dos coordenadores do convênio, sendo dois docentes representantes da Unesp e dois coordenadores pela SMA. Esse número foi estratégico, uma vez que se tratava de dois projetos em curso.

³⁸ No momento em que o convênio foi firmado, isto é, em 2016, a Secretaria recebia essa denominação.

³⁹ Documento que não está em domínio público, portanto, não gera referência. Mas cabe apresentar a fonte da informação. Refere-se, então, ao documento que firmou a parceria entre Unesp e SMA.

No que tange às etapas de execução, as ações previstas estavam diretamente relacionadas com atividades em andamento já realizadas pela SMA e pela universidade. O Plano de Trabalho ditaria todo o andamento, sendo que as ações poderiam ser alteradas por meio de Termos Aditivos, mediante a aprovação da equipe, salvo em caso de alteração do objeto. Também estava previsto a duração de 5 (cinco) anos para o seu desenvolvimento a partir de sua assinatura. Deste modo, sua vigência compreendeu os anos de 2016 a 2021.

Um ponto que merece destaque no texto é o inciso que versava sobre o conceito de denúncia - em caso de descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas, tanto no texto original como nos Termos Aditivos, o convênio poderia ser encerrado. Cabe aclarar que, nesse caso, se trata da interação de dois órgãos públicos, que funcionam, portanto, sob a égide de direito público, e estão condicionados aos cinco princípios fundamentais da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Brasil, 1988), bem como da *accountability*. Ou seja, é possível concluir que todas as ações e atividades estavam devidamente protegidas e asseguradas por meio do arcabouço jurídico do país. Dentro dessa temática, é possível reportar, também, o conceito de “fé pública”, que salvaguarda os servidores públicos envolvidos nas práticas laborais durante o Serviço Público, atestando mais uma vez sua responsabilidade e integralidade com sua ocupação. Também estava presente a eleição de um foro específico da Justiça, encarregado de “dirimir eventuais dúvidas ou controvérsias decorrentes do convênio” (SMA; Unesp).

Este convênio do qual tratamos não previa repasse de recurso entre os partícipes. No entanto as despesas de sua execução estariam a cargo das dotações orçamentárias próprias dos órgãos. Para cada uma das temáticas, estava previsto na Lei Orçamentária de 2016 a destinação de recursos para a execução das ações do Convênio, “em especial para as contratações de serviços de realização de eventos e oficinas” (SMA; Unesp). Para demais gastos, o instrumento permitia a realização de acordo com outras entidades, respeitando os dispositivos legais, bem como direitos autorais e de propriedade. Sendo assim, ainda que não houvesse o repasse direto para a sua execução, ainda estavam envoltos subsídios públicos (individuais das duas organizações), que carecem de fiscalização e prestação de contas perante as autoridades públicas.

Em relação ao Plano de Trabalho, foram constituídos um para cada projeto, versando sobre: a identificação do objeto, sua justificativa, objetivos, equipe completa, descrição das etapas e prazos para execução. Cabe, portanto, elucidar que no que tange a temática de Resíduos Sólidos, em 2014, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos representou “um

processo que objetivava provocar uma gradual mudança de atitude e hábitos na sociedade paulista” (SMA; Unesp).

Sendo assim, era necessário encabeçar iniciativas que pudessem tratar da pesquisa e da integração do tema em todo tecido social. Estavam no bojo das atribuições da universidade a disponibilização de dados e resultados de pesquisa, bem como propor cursos de capacitação/extensão e projetos de extensão conectados com o Plano de Resíduos Sólidos. A SMA estava previsto disponibilizar dados já existentes e contribuir com as pesquisas no assunto, bem como organizar eventos. Para as pesquisas previstas foram delimitadas linhas de pesquisa, considerando a atuação da universidade em seus três pilares - ensino, pesquisa e extensão, e os dispostos no Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

Na temática de Restauração Ecológica o campus da Unesp em Presidente Prudente já se dedicava extensamente a participar de grupos e Comitês de recuperação e preservação da região do Paranapanema: tanto da Bacia Hidrográfica quanto dos recursos hídricos do Pontal, e possuía uma larga produção acadêmica tanto de pesquisa como extensão dedicadas ao tema (SMA; Unesp). Por sua vez, a SMA possuía um projeto intitulado “Projeto Nascentes” - de 2014, para proteção da biodiversidade e preservação dos recursos hídricos. Desse modo, a união de ambas as iniciativas - tanto da universidade quanto da secretaria, representava a possibilidade de ofertar ações cada vez mais elaboradas na temática da restauração ecológica.

Sendo assim, o objeto principal do convênio era:

A proteção dos recursos hídricos e a recuperação, restauração e preservação de áreas relevantes, tais como áreas de preservação permanente (APP), na Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos Pontal do Paranapanema e, notadamente, na bacia do manancial do alto curso do Rio Santo Anastácio, que abastece cerca de 30% da cidade de Presidente Prudente, importante polo regional do oeste paulista (SMA; Unesp).

Estavam previstas seis etapas de execução, dentre: organização e disponibilização de dados já existentes em ambas as instituições, organização de eventos para divulgação da temática, capacitação de agentes da universidade na temática, adequação de pesquisas, cursos de capacitação/extensão e projetos de extensão relevantes.

O convênio de cooperação técnica (assim nomeado em documentos oficiais) intitulado: “Desenvolvimento de Sistemas Automatizados para Avaliação do Vigor de Sementes baseado no Desempenho das Plântulas”, firmado pela USP/Esalq e pela Embrapa por meio do seu Centro Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Instrumentação Agropecuária – CNPDIA em 2014, previa as obrigações das instituições, seus representantes legais, a

propriedade intelectual, os recursos, sua vigência de 1 (ano), isto é, de 2014 a 2015, os procedimentos para denúncia e foro e, por fim, o plano de trabalho.

Desse modo, as responsabilidades envolvidas na execução do convênio tinham ligação direta com manter uma conduta ética, no uso das infraestruturas técnicas e patrimônios por ambas as partes, bem como pelo sigilo sobre inovação e aperfeiçoamento tecnológico. No que tange a propriedade intelectual, estabeleceu-se que a utilização dos inventos e aperfeiçoamentos de processos e produtos era propriedade de ambas as partes, sendo que a utilização, licenciamento e cessão deveriam ser previamente reguladas em contrato específico.

No instrumento legal o convênio não previa repasse específico de recursos financeiros, exonerando cada órgão a arcar com as despesas. Embora não tenha preconizado destinação financeira prévia, o projeto residiu no bojo de uma pesquisa de maior abrangência financiada pela Fapesp, depreendendo pesquisadores que desenvolveram suas investigações por meio de financiamento específico.

Cabe destacar também que o convênio foi publicado no Diário Oficial da União, em março de 2014. A possibilidade da denúncia também estava presente, isto é, a possibilidade de qualquer partícipe findar o convênio. Também estava presente a eleição de um foro específico da Justiça, encarregado de “dirimir eventuais dúvidas ou controvérsias decorrentes do convênio” (Embrapa; USP)⁴⁰.

No que tange ao Plano de Trabalho, sua escrita versou sobre a justificativa da temática, bem como a importância da relação entre as partes. A Embrapa Instrumentação detém por sua vez de um Laboratório de Imagem e Modelamento de excelência. A Esalq/USP de um Laboratório de Análise de Imagens do Departamento de Produção Vegetal, também extremamente equipado para o desenvolvimento de pesquisas na área. Tratava-se, então, de uma investigação que pautava a análise de imagens na agricultura, a partir de pesquisas preliminares de um sistema já existente. Como diagnóstico esse programa deveria ser aperfeiçoado: “o principal fator limitante para sua utilização em programas de controle de qualidade das empresas de sementes no Brasil é o tempo excessivo para a realização das análises” (Embrapa; USP). Sendo assim, era necessário a elaboração de um *software* adequado à realidade brasileira. Busca-se, então, a execução do Sistema Vigor-S.

Mediante a sua execução, foi estabelecido um cronograma de atividades, que envolviam: levantamento de bibliografias e estudo de algoritmos e processamento de imagens,

⁴⁰ Documento que não está em domínio público, portanto, não gera referência. Mas cabe apresentar a fonte da informação. Refere-se, então, ao documento que firmou a parceria entre USP e Embrapa.

testes, modelagem, desenvolvimento de algoritmos de pré-processamento e segmentação, desenvolvimento da interface e testes de validação (Embrapa; USP).

O convênio firmado pela Unicamp por meio do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) com o MPT intitulado “Pessoa com deficiência e trabalho: estudos sobre a dinâmica populacional e o comportamento do mercado formal de trabalho no estado de São Paulo, período de 2010 a 2021” celebrado em 2018 contou com o Termo de Compromisso e seu Plano de Trabalho. Por meio do Termo de Compromisso, foram estabelecidos os seguintes termos: o objeto, o recurso financeiro destinado, seus representantes legais, a necessidade de prestação de contas e dos produtos.

Este convênio, então, apresenta uma particularidade, quando comparado com os demais já abordados: possui destinação financeira de uma das partes envolvidas, isto é, financiamento próprio para a execução de suas atividades e ações. Portanto os instrumentos legais e disposições já aplicados nos convênios anteriores tornam-se ainda mais explícitos por meio deste convênio, que passou pela sua etapa de prestação de contas. Desse modo é possível aferir particularidades nessa análise.

No Plano de Trabalho, elaborado pela universidade, estavam contidos os seguintes itens: I) justificativa; II) descrição do projeto; III) área de abrangência; IV) período de execução; V) detalhamento e métodos; VI) resultados dos projetos; VIII) cronograma de atividades; VIII) referências bibliográficas.

Na apresentação há o reforço da consolidação do centro de estudos como um dos pioneiros desde os anos 1990 nos estudos do mundo do trabalho, das questões econômicas e das políticas sociais, corroborando o critério de escolha utilizado na presente análise: áreas do conhecimento de notório saber. Quando tangenciada a estrutura do NTPcD, há a constatação da escassez de dados científicos para tratar da questão laboral do ponto de vista das pessoas com deficiência. Torna-se explícito a existência de divergências metodológicas nesse campo de estudos, gerando resultados que não detectam com precisão a vivência laboral dessa população (Cesit)⁴¹. Cabe destacar que se torna explícito, a partir da constatação sobre a falta de dados científicos sobre o tema, que este foi um dos principais propósitos a serem sanados mediante a execução deste convênio.

No que tange a justificativa da pertinência da temática, há a menção a Lei Federal nº 8.213, 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o sistema de cotas para a inserção das pessoas

⁴¹ Documento que não está em domínio público, portanto, não gera referência. Mas cabe apresentar a fonte da informação. Refere-se, então, ao documento que firmou a parceria entre Unicamp e MPT.

com deficiência no mercado de trabalho (Cesit). Segundo essa lei, empresas com 100 (cem) ou mais funcionários detêm a obrigatoriedade de alocar, em seu quadro de pessoal, 2% a 5% dos cargos com pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados (Cesit). A problemática reside justamente no descumprimento desta normativa. Tal descumprimento é originário em “percepções preconceituosas e estigmatizadas” (Benevides; Garcia; Alencar, 2019, p. 3) acerca da população com deficiência. No entanto, o monitoramento acerca do cumprimento do dispositivo legal torna-se complexo, uma vez que não existem dados científicos atualizados e concisos para respaldar o seu cumprimento. Este é o principal objetivo deste convênio, como observa-se a seguir:

Busca-se identificar, caracterizar, quantificar e interpretar os dados alusivos às pessoas com deficiência, no sentido de propiciar informações e análises contundentes capazes de subsidiar as ações da Coordenadoria de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade) da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região em sua atuação relacionada a esse segmento populacional, bem como permitir o aperfeiçoamento das políticas públicas sobre a inclusão desse grupo de pessoas no mercado de trabalho formal. (Cesit).

De posse dos principais objetivos do convênio, os dados que se pretendiam mapear eram os seguintes: “Quantas pessoas com deficiência estão potencialmente aptas ao trabalho? Qual a situação socioeconômica dos municípios (selecionados) (PIB)? Quantas pessoas estão empregadas no mercado de trabalho formal? Quantos são os trabalhadores com deficiência? Quais são as características pessoais, ocupacionais e de rendimentos? Quantas pessoas com deficiência possuem vínculo empregatício relacionado às novas modalidades de contratação (terceirização, intermitente, trabalho parcial, etc)? Quantas empresas (matriz) cumprem a lei de cotas? Quantas não cumprem? Quais as características das empresas (natureza jurídica, número total de empregados, setor de atividade econômica e localização geográfica)? Qual o total de estabelecimentos, identificados por matriz e suas filiais no estado de São Paulo que devem cumprir a Lei de Cotas?” (Cesit).

No restante do documento constam dados relativos à forma do tratamento dos dados, a área de abrangência, o período de execução (naquele momento estabelecido de um ano, com possibilidade de prorrogação), o detalhamento metodológico, a previsão de 5 produtos (quatro relatórios técnicos, um e-book e um site acessível para comunicação dos dados). Por fim, há a apresentação do cronograma, a equipe destinada e a reafirmação dos preceitos contidos no Termo de Compromisso, já depreendido anteriormente.

Como já destacado a análise documental constituiu-se como uma fase importante para a presente investigação, uma vez que possibilitou o conhecimento dos termos,

objetivos e instrumentos contidos nos convênios. Durante a fase das entrevistas, foram relatadas possíveis melhorias nos textos documentais. Determinados órgãos públicos realizaram uma atualização de seus dispositivos internos para findar convênios. Essas atualizações surgiram através da necessidade observada em outras experiências, e, também, nas experiências relatadas na presente dissertação. Tais atualizações estarão presentes no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 04: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM GESTORES PÚBLICOS, DOCENTES E PESQUISADORES: APRENDIZADOS E CONTRIBUIÇÕES MÚTUAS

O objetivo do presente capítulo é versar a respeito das entrevistas semiestruturadas realizadas com docentes, pesquisadores, gestores e servidores públicos envolvidos na execução dos convênios, expressando assim os resultados depreendidos a partir do questionário previamente elaborado e validado perante o Comitê de Ética. O roteiro está contido no Apêndice I.

Apresentam-se os principais achados de pesquisa, em consonância com os objetivos centrais da presente dissertação. São evidenciados: a gênese da institucionalização dos convênios, isto é, o *modus operandi* de aproximação das instituições públicas; os principais desafios e dificuldades enfrentados durante as ações; os resultados e aprendizados mútuos - tanto no nível individual quanto institucional; a incorporação destes resultados pelos órgãos e ordenamentos da sociedade civil e, por fim, outros achados que possibilitam atestar a materialidade para constituição de políticas públicas futuras.

Como já citado anteriormente (ver introdução), os e-mails dos servidores foram solicitados às instituições, e/ou mapeados a partir dos portais dos órgãos, e dos docentes, coletados por meio dos *websites* das instituições. Para o entendimento acerca de quem são os indivíduos envolvidos nas entrevistas, têm-se a seguinte tabela:

Tabela 7 - Sistematização dos entrevistados e suas respectivas instituições

DOCENTE/ PESQUISADOR	INSTITUIÇÃO A QUAL PERTENCE	GESTOR/ SERVIDOR/ TÉCNICO	INSTITUIÇÃO A QUAL PERTENCE
A	UNESP	A	SMA
B	UNESP	B	SMA
C	USP	C	EMBRAPA
D ^{42*}	USP*	D	MPT
E	UNICAMP		

⁴² *Quando há menções ao Docente/Pesquisador identificado como “D” cabe destacar que as informações fornecidas por ele foram obtidas por meio da troca de e-mails. Somente neste caso em específico não houve o emprego do roteiro de entrevistas como nos demais casos. No entanto suas contribuições apresentam-se como relevantes ao contexto em que são citadas. Sendo assim justifica-se a sua inclusão na tabela.

F	UNICAMP		
---	---------	--	--

Fonte: Elaboração Própria (2024)

Isto posto, as entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro de 2023 a março de 2024. De forma mais específica: uma no mês de novembro de 2023, uma no mês de janeiro de 2024, cinco no mês de fevereiro de 2024 e duas no mês de março de 2024. Todos os indivíduos envolvidos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, presente no Apêndice II, documento que versava a respeito dos procedimentos empregados. Como consta neste documento os sujeitos poderiam escolher o local de realização das entrevistas: ou de forma presencial nas dependências da unidade das universidades e/ou dos órgãos públicos ou, ainda, de forma virtual, via plataforma de videoconferências Google Meet. Dessa forma foram realizadas sete entrevistas via Google Meet e duas de forma presencial. Em média as entrevistas tiveram duração de cinquenta e sete minutos (aproximadamente uma hora), sendo que uma se prolongou, em função dos fatos narrados pelo sujeito com mais detalhamento. O acréscimo ocorreu, então, com total anuência do participante. Outras, por sua vez, tiveram uma duração menor, em função das respostas mais diretas, com um nível de aprofundamento distinto.

A seguir são categorizados e apresentados os principais achados destas entrevistas.

4.1. O ESTABELECIMENTO DE VÍNCULOS ENTRE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Como apontado por Dominici (2017) a articulação entre vários agentes públicos é uma faceta primordial para a conformação de políticas públicas. Trata-se de uma literatura enfocada em promover reflexões acerca da abordagem intersetorial, isto é, da ligação entre diversos agentes sendo participantes das políticas públicas.

A autora coloca que a maioria das políticas públicas é na verdade “setorializada”, isto é, não conta com a ligação entre diversos agentes durante o seu planejamento e implementação. Como diagnóstico existem fatores culturais, institucionais e políticos envolvidos: determinados órgãos não permitem a participação de outros setores, mesmo quando tangenciam temáticas que seriam privilegiadas pelo conhecimento deste setor e/ou atores. Como consequência pode-se elencar até mesmo o desperdício de recursos que poderiam ser captados por meio da cooperação (Dominici, 2017).

Sendo assim, o trabalho intersetorial é indispensável às atividades promovidas pelo setor público e as políticas públicas, uma vez que as problemáticas as quais ele pretende atuar são altamente complexas e a *expertise* de diversos agentes poderia auxiliar na governabilidade

de tais problemáticas. A temática dos convênios suscita justamente a relevância que o estabelecimento de parcerias entre órgãos públicos detém para as políticas públicas e para a inovação no país. Há outra literatura dentro do campo da Sociologia da Ciência e da Tecnologia (Amantino-de-Andrade, 2004), empregada também pela área da Administração, que trata justamente do modo em que as conexões são estabelecidas nas organizações: em rede.

Malvezzi e Nascimento (2020) produziram um estudo acerca da aplicação dos conceitos da Teoria Ator-Rede (TAR)⁴³ para analisar as “redes intersetoriais, os atores-rede envolvidos, o fluxo das associações, os consensos e as controvérsias que permeiam as relações e os elementos capazes de influenciar as políticas públicas e as transformações sociais” (Malvezzi; Nascimento, 2017, p.1). As autoras afirmam que a existência das redes, isto é, das múltiplas conexões que interligam as organizações, têm crescido tanto no campo de estudos das políticas públicas quanto nas organizações do Estado. As redes funcionam de maneira a aumentar a descentralização das estruturas e impulsionam o estabelecimento de conexões com organizações da sociedade civil. Também é interessante destacar que a conformação das redes implica obrigatoriamente que a troca de informações não se dá de forma contínua, mas sim, em um “movimento contínuo de entrelaçamento e prolongamentos de práticas infinitas” (Malvezzi; Nascimento, 2017, p.1).

Desse modo, a partir dessas considerações, torna-se notável a necessidade de estabelecer vínculos entre os agentes. No bojo da presente discussão procurou-se aferir de que formas as conexões entre os órgãos foram estabelecidas. Isto é, procurou-se dimensionar de que forma as interações entre as instituições públicas nasceram, resultando na formalização dos convênios destacados.

No que concerne ao convênio firmado entre Unesp e SMA, foram entrevistados dois técnicos e dois docentes, responsáveis pelos dois projetos - Gestão de Resíduos e Restauração Ecológica. No relato dos docentes a aproximação se deu a partir dos trabalhos que a própria universidade já desenvolvia há muitos anos. Os representantes da universidade estavam presentes em instâncias de representação, como Comitês Consultivos de Gestão nas temáticas. Isto posto, não se foi possível dimensionar uma data concreta para a aproximação, mas esta foi derivada de um processo longo, como explica o docente A⁴⁴:

⁴³ TAR ou ainda “*Actor-network theory (ANT)*” é uma teoria do campo da Sociologia da Ciência e Tecnologia, que tem como principais expoentes Michel Callon, John Law e Bruno Latour (Amantino-de-Andrade, 2004).

⁴⁴ Entrevista de pesquisa concedida em 28 de fevereiro de 2024, via Google Meet.

(...) De uma forma geral, eu imagino que por conta dos trabalhos que nós estamos desenvolvendo há muitos anos (...) então, em algum momento nesse processo, por conta das atividades na universidade e as atividades representando a universidade em colegiados, a gente se aproximou da Secretaria do Meio ambiente e tivemos a oportunidade, em algum momento (...) também de colaborarmos na elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, eu não me lembro exatamente do ano, se foi 2013, 2014. E, por conta disso, avançou já naquele momento, essa colaboração mais próxima. (...) Então não é assim, uma data certa do início, mas é um processo. Eu acho que isso é muito importante para as políticas públicas: de gestão colegiada do meio ambiente. Porque isso colocou os órgãos de Estado mais próximos dos outros setores da sociedade, inclusive das universidades, dos usuários de recursos hídricos, das empresas, das ONGs, dos sindicatos. (...) Isso daí surge, toma café aqui, almoça ali, conversa, surgem ideias e surgem as parcerias, porque em algum momento desse, desse caminhar, nós tivemos esse trabalho e aí, formalmente, 2016 se estabelece pela, pela iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão Universitária, com o apoio das unidades de Sorocaba e de Presidente Prudente, o convênio para a gente trabalhar e ajudar a implementar políticas públicas ou mesmo a pensar políticas públicas nessas áreas (Docente A).

O docente B corroborou o cenário apresentado pelo docente A, evidenciando que também colaborou na elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, por meio das audiências públicas: “(...) A gente começou a trabalhar junto justamente nessa época do Plano Estadual. Junto com a Secretaria de meio ambiente, tinha a obrigação de apresentar uma proposta, né, para a sociedade (...) A gente fez o plano e não faz mais nada? Essa força motriz envolveu a ideia do convênio” (Docente B)⁴⁵.

Para os servidores públicos a aproximação com a universidade também foi um processo, principalmente com a presença da universidade em espaços públicos com teor consultivo. O servidor A corrobora o relato dos docentes, ao afirmar que a participação nas instâncias e Comitês Consultivos os posicionou nos debates caros à Secretaria principalmente no tocante à temática dos Resíduos Sólidos⁴⁶. A partir das contribuições do servidor foi possível desenhar o histórico: em 2010 há a Política Nacional de Resíduos Sólidos, gerando uma movimentação, embora a Política Estadual de Resíduos já estivesse em vigor desde 2006. Isto posto, em 2010 a Política Nacional estabeleceu instrumentos importantes e obrigações para a Secretaria, como a formulação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Em meados de 2012 a Unesp auxiliou o acompanhamento dos debates. Em 2014, há a efetiva publicação do Primeiro Plano Estadual de Resíduos, passando por consultas públicas e audiências:

(...) A gente precisava de alguma entidade que tinha que estava locada no estado inteiro e com a universidade que tem, que tinha esse papel, era a Unesp. A Unesp se ofereceu pra gente realizar as audiências públicas do plano nas suas unidades. Então foi em Bauru, Presidente Prudente, Sorocaba. E a USP também tocou Ribeirão Preto, né? Forneceu a unidade de Ribeirão Preto pra audiência pública (Servidor A).

⁴⁵ Entrevista de pesquisa concedida em 28 de fevereiro de 2024, via Google Meet.

⁴⁶ Entrevista de pesquisa concedida em 28 de fevereiro de 2024, via Google Meet.

Deste modo é possível perceber a partir da fala do servidor e do relato acerca da trajetória das políticas e ações para a temática de Resíduos Sólidos, que a universidade despontava como um ator social fundamental, estando presente em instâncias consultivas, mobilizando seus saberes em uma construção coletiva. Esse relato é mais uma evidência da importância da atuação da universidade para além de seus muros. O servidor ainda complementa:

(...) A Unesp, neste momento, passa a ser uma parceira mesmo sem o convênio assinado. E assim que a gente publica o primeiro plano de Resíduos em 2014, já com essa experiência de parceria com a Unesp, informal, não tinha nada formalizado, surgiu a discussão e vamos fazer o convênio agora para ver se a universidade pode apoiar o Estado na implementação do Plano Estadual de Resíduos. Só que a universidade não é responsável por implementar. Onde é que ela entra? Ela entra na questão de pesquisa. Então assim, quais são as pesquisas que a Unesp tem? Esse é o foco do convênio. Tem alguns estudos que a Unesp poderia como universidade estar subsidiando o Estado na questão de Resíduos. Então, esse foi o grande norte da gente fazer um convênio que não teria repasse de recurso (Servidor A).

O servidor B também colocou a universidade como “muito articulada” em espaços fundamentais nas temáticas⁴⁷:

A Unesp, ela é muito articulada localmente, né? Então isso no decorrer do convênio ficou muito claro para a gente assim. Então eles têm muita articulação com o Comitê de Bacias, com as prefeituras, com a Cetesb (Servidor B).

Cabe aqui novamente a reflexão da importância da universidade como um ator que mobiliza conhecimento científico para além das formas tradicionais de ensino. O servidor A destacou que as pesquisas já realizadas na universidade passaram a interessar o órgão público. O servidor B por sua vez deixa claro a sua percepção da universidade como um ator que detém capilaridade e interage com diversos atores. Como visto anteriormente, a Unesp está presente em um contingente significativo de cidades no interior paulista.

No entanto, o servidor B em sua fala destacou especialmente um agente da universidade como central na articulação, isto é, um docente responsável pela representação do órgão. Sendo assim este docente atuou como um “porta-voz” da universidade durante o processo. Nesse sentido, em outro momento, o servidor A colocou que as aproximações e institucionalizações “só têm resultado se as pessoas da ponta estão interessadas. A questão das pessoas que fazem. Se não tem o interesse das pessoas, nada acontece” (Servidor A), dialogando com o relato anterior do servidor B. Isto é, um docente estava despontando como um articulador, em face dos seus temas de pesquisa e atuação em instâncias de representação e

⁴⁷ Entrevista de pesquisa concedida em 28 de fevereiro de 2024, via Google Meet.

liderança na universidade, fazendo-se presente ativamente nas instâncias de debate de políticas públicas, que resultou na institucionalização.

Na sequência houve o questionamento acerca da participação contínua de docentes e pesquisadores da universidade nos trabalhos. O servidor A relatou que um docente coordenou toda a captação de pesquisadores:

E ele atua também em outros Comitês de Bacia que extrapola o limite da daquela região que ele atua. Nessa questão dele ser muito articulado, ele também conhece muita gente aqui da Secretaria do Estado, por participar desses colegiados, onde o Estado tem um papel fundamental também. E ele já tinha um trabalho muito forte nessa questão. Então, por já ter o contacto, já ser o porta-voz da universidade (Servidor A).

O servidor B confirmou a afirmação. Para o servidor B: “esse docente foi o grande entusiasta. Ele foi a pessoa que agregou as outras.” Cabe depreender, portanto, que os fatores que colaboram para a conformação do convênio foram: I) a representatividade da universidade em instâncias públicas e consultivas, sendo um ator importante na pauta; II) a universidade deter de linhas de pesquisas que são relevantes para temas de atuação dos órgãos de Estado; III) a representatividade de algumas lideranças pontuais da universidade.

No que tange ao convênio firmado entre a USP e a Embrapa, o gestor público C⁴⁸ envolvido na cooperação relatou sobre a gênese da cooperação:

A gente sempre teve uma proximidade muito grande com a Esalq, porque a Embrapa é ligada ao agro, né. Então a gente sempre teve muito. Professores, vários departamentos, né. Da engenharia agrícola, da área de solos, na área de planta, nutrição, enfim, várias áreas. (...) É, na verdade, esse projeto começou assim, esse tipo de aplicação começou bem antes com a Embrapa Milho e Sorgo. (...) A gente desenvolveu um software para análise de sementes, chamado CIAX, software integrado para análises de qualidade de sementes. (...) Nessa época aí a gente teve uma interação forte com a Esalq, conhecendo o departamento de sementes (Gestor C).

Embora tenha relatado o forte laço histórico das duas instituições, o gestor C forneceu mais uma evidência essencial para o entendimento acerca de como a cooperação acontece, de fato, por meio das interações entre os pesquisadores, que vislumbram uma possibilidade de cooperação:

É normalmente cooperação. Ela acontece muito, né? Com os pesquisadores. Começam a interagir, né. Se vislumbram aí uma possibilidade de colaboração. E aí depois a gente formaliza através de um convênio, né. Então, normalmente é, principalmente, agora mais recente. Na época que a gente começou a trabalhar, não tinha esse negócio, tanto convênio. Mas agora a gente formaliza, né, um convênio de cooperação. Um plano de trabalho, propõe um plano de trabalho, e a partir desse plano de trabalho é devidamente registrado, né. (...), mas assim eu diria que assim, que toda

⁴⁸ Entrevista de pesquisa concedida em 07 de fevereiro de 2024, via Google Meet.

a participação, a colaboração, ela começa muito da pesquisa, né? Com o pesquisador, né. Se interessando pelo tema, enfim, pelas competências. E aí a gente formaliza isso num plano de trabalho, num projeto, né (Gestor C).

Ou seja, a partir desse cenário relatado pelo Gestor C torna-se evidente que há uma junção de dois pilares essenciais para a ocorrência do convênio: a interação de longa data das instituições, mas, também, uma forte interação no nível individual dos pesquisadores, que acabam por estabelecer laços a partir da identificação de temáticas de estudos em comum, fato que vai de encontro com as evidências encontradas também a partir dos relatos dos gestores A e B e dos docentes A e B, do convênio da Unesp.

Para o docente C da USP, suas contribuições acerca da aproximação entre as instituições foram na descrição como se deu o convênio: este realizou um período de estudos no exterior, tendo conhecimento da tecnologia. Uma determinada equipe de docentes da Esalq - três, de forma mais específica, decidiram se aprofundar na temática. Um docente, dentre estes três, indicou o gestor C da Embrapa como possível colaborador, uma vez que este também trabalhava com a temática (como ficou corroborado por sua fala), e a partir disso, a parceria começou:

Bom, como eu disse né, a gente tinha um contato estreito com a universidade de Ohio. Eles tinham desenvolvido um sistema deles. E esse sistema tinha algumas limitações, né? Então tinha umas limitações que a gente identificou. E nós tivemos essa intenção de desenvolver um sistema nosso, né? Baseado nesse sistema americano. Então, a ideia veio a partir de uma de uma demanda, né? De ter um programa. Corrigindo algumas falhas que a gente identificou no sistema americano e tentar entregar um produto mais bem elaborado, né? Junto com junto com... ao público nacional, né? Aos usuários aqui no Brasil. Então, a gente fez o contacto com o pesquisador, da Embrapa Instrumentação, e firmamos essa parceria, né? (Docente C⁴⁹)

Para aferir mais informações sobre como a parceria foi firmada outro docente da Esalq também foi contactado. Esse, por sua vez, prestou alguns esclarecimentos via e-mail. Desse modo o Docente D colocou que a parceria entre as instituições existe desde a fundação da Embrapa e que muitos pesquisadores da empresa fizeram graduação, mestrado ou doutorado na Esalq. Ainda no início da empresa muitos docentes estavam ativamente envolvidos na definição de estratégias para a instituição. Define como “uma relação institucional e pessoal muito forte” (Docente D)⁵⁰. Em consonância, coloca que muitos projetos foram desenvolvidos a partir de iniciativas de indivíduos. No caso deste convênio em específico, o Docente também relata a parceria de longa data com a Universidade de Ohio - conveniada com a Esalq desde

⁴⁹ Entrevista de pesquisa concedida em 24 de novembro de 2023, na cidade de Piracicaba, São Paulo.

⁵⁰ Informações concedidas via e-mail no dia 6 de fevereiro de 2024.

1960. Seus apontamentos fortalecem as evidências de que as instituições detêm de uma longa data de parceria, ainda conta com indivíduos chave para a sua materialização.

Cabe depreender, portanto, que os fatores que colaboram para a conformação do convênio foram: I) a temática de investigação dos sistemas de vigor de plântulas ser um tema de pesquisa em comum em ambas as instituições; II) a proximidade das instituições; III) por fim, o conhecimento no nível individual dos pesquisadores envolvidos.

Em relação ao convênio firmado entre a Unicamp e o MPT o docente E narrou a extensa relação que o órgão público detinha com a universidade:

A Procuradoria do Trabalho e a Unicamp têm uma relação antiga, com muitos recursos. Tem muito pesquisador, alunos que são procuradores, que fazem mestrado e doutorado. Eles ficam sabendo dos temas. Os procuradores veem que a gente tem relação com os temas que eles abordam. Como atuar melhor, os problemas... e ajuda muito o nosso conhecimento direito da temática (Docente E)⁵¹.

Sendo assim, o docente relata que embora a relação se dê algumas vezes por meio de indivíduos, as instituições interagem há bastante tempo. Essa fala é corroborada a partir das contribuições ofertadas pela gestora pública envolvida no convênio, o gestor D⁵²: “O núcleo da Unicamp [Cesit] foi inaugurado há muitos anos atrás, já está consolidado. Uma das pesquisadoras do Cesit era funcionária em um órgão público ligado ao MPT. Nesse projeto foi isso. Passou-se a ter essa ligação, que uma servidora foi a ponte” (Gestor D).

O pesquisador F também relatou que o surgimento do convênio foi uma construção. E aponta que a existência de um Núcleo especializado na temática, ou seja, da existência do NTPcD garante uma determinada continuidade das parcerias: “eu posso não estar, mas a ideia e a linha de pesquisa estão ficando” (Pesquisador F⁵³). Cabe destacar também que o Gestor D elucidou que a pesquisa surgiu pela dificuldade do MPT em comprovar, perante os órgãos de justiça, que as pessoas com deficiência existem e precisam ser inseridas no mercado formal de trabalho. Trata-se, segundo o Gestor, de atuar frente a cultura capacitista que permeia toda a sociedade, combatendo-a por meio do conhecimento científico.

Desse modo é possível destacar que os fatores que colaboram para a conformação deste convênio foram: I) a relação de proximidade temporal dos órgãos; II) o intermédio de alunos e servidores no interior dos dois órgãos, promovendo um intercâmbio e trocas a respeito do que é desenvolvido por cada um deles.

⁵¹ Entrevista de pesquisa concedida em 16 de janeiro de 2024, via Google Meet.

⁵² Entrevista de pesquisa concedida em 15 de março de 2024, na cidade de Campinas, São Paulo.

⁵³ Entrevista de pesquisa concedida em 26 de março de 2024, via Google Meet.

A partir das evidências coletadas tornou-se possível aferir o modo como as conexões entre os entes públicos aqui estudados nasceram. Isto posto, é notório que algumas instituições possuem uma longa trajetória de relações institucionais, fato também comprovado pela análise da literatura (como Embrapa e USP). Outro ponto bastante relevante é a temática das pesquisas acadêmicas que possuam um profundo diálogo com as temáticas mobilizadas pelas entidades públicas. Desse modo, a pesquisa ganha uma aplicação prática. É possível constatar a importância de produzir linhas de investigação que estejam em consonância com as problemáticas sociais, uma vez que ganharão aplicação e poderão atuar no enfrentamento dessas questões.

No entanto, para a conformação de uma relação formalizada, notou-se em alguma instância a participação dos indivíduos como sujeitos indispensáveis, atuando como uma espécie de “mediadores pontuais.” A problemática colocada neste *modus operandi*, ou seja, da presença de indivíduos chave como mobilizadores das parcerias e como um dos condicionantes para sua realização é a seguinte: quando não há uma relação sólida entre os entes, do ponto de vista institucional, somente por meio de indivíduos específicos, torna-se mais complexo o andamento dos trabalhos (evidencia que ganhará mais subsídios no subtópico que versa sobre os desafios dos convênios).

Dessarte quando a relação não caminha para uma via de institucionalização, torna-se também mais complexa a relação para o desenvolvimento de outras temáticas de estudo. Ou seja, quando os indivíduos deixam de ocupar cargos em suas instituições, há um risco que as relações sejam descontinuadas. Quando há uma linha de pesquisa bem estabelecida e a relação é a dialógica, do ponto de vista institucional, as parcerias tendem a se expandir.

Isto posto, considera-se que a relação entre pesquisadores, cientistas e gestores pode ocorrer no nível individual, já que as trocas de conhecimento são flexíveis e sem uma direção pré-estabelecida, levando, assim, a findarem novas interações. No entanto, para a manutenção das relações do ponto de vista institucional, considera-se necessária também, a construção de uma relação dialógica e que perpassasse as relações no nível individual, ou seja, no nível institucional. Para isso a formalização e a constante troca de saberes deve existir.

Ademais o conhecimento científico caracteriza-se como um somatório, isto é, um acúmulo crescente de evidências e práticas. A relação entre agentes pautada em uma troca única não é capaz de construir um conhecimento científico amplo e duradouro, sobretudo quando se trata da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. No campo da inovação a descontinuidade também é um fator que complexifica o avanço dos saberes científicos.

4.2. RESULTADOS E APRENDIZADOS MÚTUOS: UMA COLETÂNEA DE ACHADOS

Um dos pontos centrais que a presente investigação buscou evidenciar são os tipos de aprendizados mútuos a partir dos convênios. Cabe destacar, como já exposto na Introdução, que por “aprendizados mútuos” entende-se as contribuições classificadas como “positivas” pelos sujeitos - tanto do ponto de vista individual quanto organizacional. Como “positivas” entende-se que pudessem contribuir: I) no acúmulo de conhecimento dos indivíduos e das organizações, II) que gerassem iniciativas inéditas no bojo das instituições públicas e contribuíssem para fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão nas universidades, III) apresentassem contribuições capazes de serem empregadas na materialidade de políticas públicas e/ou já tivessem sido empregadas, e, por fim, IV) gerassem algum tipo de inovação segundo a taxonomia cunhada por Kattel e Karo (2016).

No caso do convênio entre Unesp e SMA, o docente B relatou que o aprendizado maior foi na questão da interação e no contingente de dados que a Secretaria dispõe e às vezes não consegue gerenciar: “O maior aprendizado foi como melhorar esses dados para trabalhar na formação de pessoas e na geração de conhecimento” (Docente B). O docente A, por sua vez, corroborou a interação como um grande aprendizado, ao passo que complementou com mais detalhes dos desdobramentos para os pilares do ensino, pesquisa e extensão:

(...) Muitas vezes a universidade também está fazendo uma série de pesquisa. E a gente tende a achar que a inovação está conosco. Mas às vezes não está. Está nos órgãos do estado, nas empresas. E então essa interação possibilita isso também. A gente tem essa visão de que a interação, com os outros órgãos da sociedade, pode nos ajudar muito a melhorar os trabalhos que fazemos. Na universidade e, a responder, talvez de uma forma mais rápida ou mais eficaz aos desafios que a sociedade enfrenta, né. Então penso que são, assim, resultados importantes. E nos possibilitou articular fortemente o ensino, as disciplinas, as pesquisas e a extensão universitária.” (Docente A).

Isto é: estar em contato direto com os gestores dos órgãos confere agilidade aos processos. Quando contactados há uma resposta mais efetiva. De forma mais profunda ele também relatou quais projetos de extensão foram beneficiados diretamente e indiretamente pela parceria em curso, dentro da universidade, como os projetos desenvolvidos em conjunto com os catadores de materiais recicláveis.

Nessa mesma linha, o servidor A reforçou que a conexão foi frutífera para alimentar outros programas: “a Unesp ajudou muito a divulgar o nosso programa junto às cooperativas,

junto das prefeituras. Neste caso, que não era ligado à pesquisa em si, mas era mais ligado à capilaridade da universidade junto das prefeituras e as cooperativas (Servidor A). Cabe destacar que os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e as cooperativas que são citados nas entrevistas são pilares fundamentais para pensar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (Brasil, 2024). De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a PNRS incentiva a atividade desempenhada por estes trabalhadores, bem como a organização de cooperativas responsáveis por desempenhar atividades ligadas ao manejo de resíduos sólidos na forma de reciclagem (Brasil, 2024).

Já o servidor B relatou em um momento posterior da entrevista que este convênio em específico para a Secretaria “teve mais cara de transferência de conhecimento (...) Pensando em política pública foi muito mais como alinha a pesquisa vigente e não como inovar. Outros convênios estão. Por meio desse plano de trabalho não veio.” No entanto, deixou claro que o “escopo do plano de trabalho envolveu a linha de restauração ecológica, ela [a linha] não consegue ver um retorno para política pública. Então isso não era esperado. Era esperado a capacitação, mais transferência de conhecimento. “De todo modo, eles [os pesquisadores] continuam muito ativos localmente, então a gente ter conhecido os atores locais, ‘essas coisas’ são legados. A gente foi uma vez [realizou uma visita presencial] e isso nos trouxe contatos que carregamos até hoje. Essa proximidade com esses atores locais foi muito bacana no nosso caso [para a Secretaria]” (Servidor B).

Isto posto, como principais resultados desses convênios foram relatados:

Na parte de restauração das matas, nós fizemos eventos (...) Para restauração ecológica, eles [gestores da Secretaria] nos mandaram um conjunto de arquivos, falando de metodologia, de concepção, legislação e fizemos um evento de capacitação e eles fizeram palestras, sobre os conceitos e uma carta ‘onde’ a gente estabelecia áreas para restauração ecológica (Docente A).

Ainda sobre os resultados, o docente A disse:

Então eu entendo que sim. Foi bastante positiva a aplicação (...) na prática. Principalmente na execução de políticas públicas existentes. Enquanto isso impactou para mudar as políticas públicas? É mais difícil, para gente dizer porque a gente não trabalha diretamente na formulação das leis, não é as políticas que são transformadas em leis, mas (...) programas que são criados, né. Seja dentro da universidade, seja no nesses colegiados, né. Sim. Isso teve influência, né? Mas eu penso que muito mais foi no sentido de executar aquilo que já existia. Esse é um esse é um aspecto do nosso país, né? Tem muitas ideias, leis que existem há muitos anos e são difíceis de colocar em prática e às vezes a gente é tentado a criar algo novo, sempre criar algo novo. E deixa de cumprir aquilo que já deveria ter feito. Penso que é por aí. Executou políticas públicas? Sim. influenciou em alguma medida? Sim. Agora se inovamos nas políticas? Aí já não tenho tanta certeza, né, a não ser a defesa no nosso caso aí, muito forte, né? É da prioridade pra recuperar as matas. E a prioridade para apoiar os

catadores é a gestão de resíduos. Mas se não tiver cuidado com os catadores, eles ficam sem nada. Então, isso sim, a gente sempre bateu na tecla, todos os eventos tinham os catadores. Eles têm que ser permanentemente incluídos. E se comprar as máquinas, melhorar o processo, que eles sejam os donos dessas máquinas (Docente A).

Nesse sentido, o docente B completou: “Ressaltar só a parte que durante o período do convênio nós continuamos a trabalhar com restauração ecológica e resíduos, então fizemos bastante coisa com relação a resíduos sólidos nesse período aí que, realmente, talvez, nem tudo foi mandado para eles. A gente fez” (Docente B).

Os eventos promovidos faziam parte do planejamento previsto para este convênio, e após a realização das entrevistas, atestou-se como principais resultados: a transferência de conhecimento entre os dois entes e a promoção de capacitação, nas temáticas de Gestão de Resíduos Sólidos e Restauração Ecológica.

Do ponto de vista da inovação depreende-se que este convênio não avançou na temática segundo a taxonomia de Kattel e Karo (2016). No entanto, reconhece-se a limitação dessa taxonomia, escolhida em função de seu olhar analítico para o setor público. Nesse sentido a transferência de conhecimento caracteriza-se como um achado relevante no bojo do conceito de inovação. Embora seja originário do campo da Administração - sobretudo empresarial e conectado com os laboratórios de P&D (Diniz; Siqueira; Santos, 2018) - diversos estudos vêm bebendo dessa metodologia para analisar processos que se dão na esfera pública.

No que diz respeito às políticas públicas, como ficou evidente a partir da fala dos entrevistados, tanto docentes quanto servidores, tratou-se mais a respeito do cumprimento das políticas de Resíduos Sólidos e Conservação Ambiental já existentes do que a criação de novos insumos. No entanto, a partir das experiências relatadas, avançou-se, a partir da execução deste convênio, na interlocução com os catadores de resíduos, gerando tanto uma aproximação por parte do ente público - como a alimentação de linhas de pesquisa e extensão dentro da universidade. Embora a materialidade para novas políticas públicas não possa ser depreendida deste convênio, observou-se ações e atividades que seguiam o cumprimento de políticas públicas já existentes, sendo achados relevantes para a presente discussão.

Em relação ao convênio firmado entre a USP e a Embrapa, o docente C colocou que os resultados foram satisfatórios, uma vez que o *software* Vigor-S foi desenvolvido, ainda que considere em uma versão “beta”, ou seja, preliminar. “O sistema é utilizado em demonstração de aulas, a gente cita em aulas práticas na Esalq, nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação e pesquisas” (Docente C). Perante a Embrapa, o Gestor C colocou que houve uma boa receptividade no interior do órgão e avaliou o processo como muito positivo. Em sua fala,

há o destaque de alguns “erros” cometidos, e os aprendizados resultantes serão tratados no tópico a seguir (desafios e dificuldades). Assim, tem-se:

Foi muito positivo. Foi aprendizado, né? Com certeza. Aprendizado de todo esse processo de metodologia e tal. A relação técnica foi muito boa, muito. Sempre aconteceu muito rápido, muito tranquila, né? Então, a cooperação entre as duas. Então foi a gente... Tanto a Embrapa quanto a USP acho que se beneficiaram, né? Por exemplo, dessa relação. E a gente aprendeu nessa linha do processo, né? De como não fazer alguns erros lá que a gente fazia, né? Então isso, assim, sempre um aprendizado muito bom, né? E acho que agora está bem estabelecido, né? (Gestor C).

Outro ponto de destaque foi um treinamento de apresentação do *software*, realizado para aproximadamente 90 pessoas, que foi classificado como satisfatório para a empresa: “A gente finalizou com um *workshop* e relatório técnico. Isso foi feito, e foi feito a contento” (Gestor C). Neste evento em específico houve a disponibilização do programa para os participantes: “A gente teve bastante interesse de empresas [do Setor Privado]. *Monsanto*, *Syngenta*, várias empresas que levaram a versão beta desse produto durante o curso e usam no laboratório deles até hoje” (Gestor C).

Deste modo, é possível depreender que uma versão inovadora do sistema Vigor-S foi desenvolvida por meio dessa parceria e os resultados das publicações feitas por pesquisadores corrobora essa afirmação, uma vez que “as determinações realizadas pelo sistema Vigor-S são mais precisas, confiáveis e requerem menor tempo de trabalho para a sua obtenção” (Leite *et al.*, 2018).

A partir das entrevistas realizadas notou-se que a temática desenvolvida contribuiu para o avanço dos estudos realizados no interior da universidade e para o avanço dos pilares do ensino e da pesquisa. No que diz respeito às políticas públicas, a materialidade deste convênio não abarcou precisamente a elaboração ou melhoria de alguma política particular. Ele se destaca sobretudo no bojo da inovação, ao adaptar um *software* capaz de otimizar processos e fornecer análises mais precisas para a agricultura e empresas (também privadas) do ramo. Sendo assim de acordo com a taxonomia de Kattel e Karo (2016), já se enquadram nas atividades desenvolvidas pela Embrapa, ao contribuírem com as inovações relacionadas ao investimento público em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI). Ainda que o convênio não tenha destinação monetária específica, existiam bolsas de pós-graduação atreladas a sua execução, financiadas pela Fapesp. Sendo assim trata-se do modelo mais comum de investimento em inovação observado no país, a partir das agências de fomento às pesquisas.

Por fim, no que diz respeito ao convênio firmado entre a Unicamp e o MPT, como já citado anteriormente, a parceria surgiu para suprir uma lacuna: gerar dados sobre a população

com deficiência no estado de São Paulo. Conseqüentemente esperava-se atuar na mitigação da cultura capacitista, que impossibilita a empregabilidade para essa população. Sendo assim o docente E explicita que os resultados foram muito satisfatórios:

Em uma pesquisa inicial dessa, você avança, mas não todos os aspectos, mas do meu ponto de vista, essa pesquisa que, foi mais ou menos nesse período de um ano (...) não avançamos só no objetivo geral, mas em vários objetivos específicos que foram colocados. E publicamos um livro que serve para pessoas, para educação, para aprendizado. É um livro digital que foi discutido, por quê? Porque é um acesso mais fácil. Mesmo para algumas pessoas, dependendo da deficiência, vão ter acesso, vão poder ler (Docente E).

Isto é, o docente considera que a pesquisa pioneira e inovadora pode avançar em seus objetivos específicos, colaborando para a coleta de dados sobre as pessoas com deficiência e, também, publicando um livro, em formato digital, que pode ser amplamente acessado, servindo para o avanço da “educação, para aprendizado” de forma coletiva. Para o pesquisador F os resultados também foram satisfatórios. No âmbito individual, para ele, houve um avanço na interpretação dos dados, bem como relatado pelo docente, isto é, executar essa pesquisa possibilitou ganhos pessoais de conhecimento para ambos.

No âmbito da linha de pesquisa foi capaz de fornecer dados científicos para uma temática que carecia de análises científicas e bem estruturadas. Durante a entrevista com o gestor D novamente é retomada a importância da sistematização dos dados científicos sobre a temática - uma vez que eles eram escassos, como fora relatado no próprio Plano de Trabalho. “O projeto especificamente surgiu pela dificuldade do MPT de comprovar, perante os órgãos de justiça, que aquelas pessoas existiam, que elas precisavam de trabalho e que elas tinham escolaridade sim, e que a dificuldade maior está numa cultura capacitista” (Gestor D).

Também para o gestor D os resultados do convênio foram classificados como “excelentes”, e todos os atores do ordenamento civil podem se beneficiar deles: as pessoas com deficiência, as próprias empresas que podem elaborar estratégias para publicizar suas vagas de forma acessível, o Poder Público que poderá desenvolver políticas públicas de educação, os órgãos de fiscalização e as entidades assistenciais. No que tange a população com deficiência, elas podem conhecer melhor o contexto em que estão inseridas na coletividade, bem como quantas pessoas ocupam postos formais de trabalho, os graus de escolaridade, gerando, segundo o Gestor, um verdadeiro empoderamento dos sujeitos. Para ele o aprendizado é que não existe atuação solitária nessas temáticas.

O gestor D relatou com mais profundidade que os dados disponíveis acerca do cenário da pessoa com deficiência não auxiliavam os órgãos da Administração Pública durante o processo de tomada de decisão:

Esses dados sempre são analisados por artigo de opinião. O que a gente percebia: os órgãos tinham dificuldade da própria análise dos dados. A gente pegava artigo de opinião e obviamente as empresas, os outros órgãos, faziam o contrário - pegavam para interpretar de acordo com o entendimento deles. Faltava uma pesquisa que fosse aprofundada, e que fosse lastreada, numa metodologia segura, e que colocasse para a população de forma geral, para o sistema de justiça, a realidade dessa população por município. Assim, vai ajudar o próprio Ministério Público, dar fundamento para o próprio Judiciário e os órgãos públicos municipais e estaduais, políticas públicas mais adequadas à localidade (Gestor D).

Ainda sobre a temática, complementa:

A gente quer ver as prefeituras usando, queremos ver o Estado usar, as entidades civis organizadas. Vários eventos de sensibilização e rodas de conversa chamando todas as instituições, para falar sobre os dados e como eles podiam estabelecer essas parcerias. Um órgão sozinho não muda nada, se não tiver articulação (Gestor D).

Durante as entrevistas ficou clara as tentativas dos órgãos de promover encontros que pudessem debater os resultados da pesquisa, a fim de publicizá-los para os entes da sociedade civil. Isto é houve um esforço de divulgação científica envolto na etapa de resultados.

Como principais achados deste convênio destaca-se, principalmente, o pioneirismo no tratamento de dados científicos que não existiam anteriormente. Os objetivos presentes no Plano de Trabalho foram integralmente cumpridos. Desenvolveu-se o chamado “Observatório do Trabalho e Pessoa com Deficiência⁵⁴”, plataforma digital que possibilita a consulta dos dados resultantes da pesquisa, isto é, sobre a população com deficiência no mercado de trabalho no estado de São Paulo. Esses dados estão sendo utilizados, segundo o relato do Gestor D, como matéria para respaldar sustentações orais durante trâmites jurídicos (audiências em que há o descumprimento legal da normativa de contratação de pessoas com deficiência por empresas privadas, por exemplo).

Dentro do bojo da taxonomia de Kattel e Karo (2016) podem ser observadas as inovações institucionais políticas. Do ponto de vista do fomento do ensino, pesquisa e extensão,

⁵⁴ Acesso ao Observatório do Trabalho e Pessoa com Deficiência:

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWJkY2RiZjYtODI5NC00YWE5LWJkZDI0YjJlMTA2NmJhZjMwIiwidCI6ImI0NzQxYTgyLTZiNmUtNDNhNS1hZDZlLTUwNDQ1MTFhYWVkbNiJ9&pageName=ReportSection85190f44dac5bc957e12>>.

o convênio sofreu uma expansão - novas fases foram desenhadas, para seguir fortalecendo a temática. Isto posto, a pesquisa continuou e novos avanços são previstos.

Para a materialidade de políticas públicas, o gestor D atestou a sua crença na possibilidade de as contribuições serem empregadas, futuramente, por parte dos órgãos públicos municipais e estaduais, para serem desenvolvidas políticas públicas mais adequadas à inclusão da pessoa com deficiências nas suas localidades. Sendo assim, o projeto, em março de 2024, segue avançando. Uma etapa de verificação da aplicação em políticas públicas está prevista como parte da análise.

Outro ponto positivo e que dialoga profundamente com a presente dissertação são as contribuições que pesquisas que atuam diretamente em problemáticas sociais e interagem com outros agentes - neste caso, uma das frentes de atuação do trabalho era justamente para mitigar a cultura capacitista da sociedade brasileira. Nesse sentido, o Docente E colocou que essa prática enriquece a própria formação dos docentes, que passam a lecionar suas aulas respaldadas em um conhecimento a partir da prática:

(...) A gente olha pra gente (...) obviamente isso é algo que traz um conhecimento maior, né, e que ajuda a gente a ensinar melhor, esclarecer melhor nos nossos cursos de graduação de especialização, de extensão, que aparecem muita gente. Nosso centro é um dos centros que mais tem cursos de extensão. É muita gente. Sindicatos, até deputados federais, fizeram curso. Vereadores, deputados (...) com todos esses problemas que a gente tem, se você não pesquisa (...) fica falando sobre algo que você não tem capacidade pra mostrar como é possível, como é melhorar enfrentar, o que é necessário fazer (Docente E).

Nessa fala é possível perceber que há um ganho nítido para as universidades e para os docentes, que passam a lecionar sobre experiências, em diversos âmbitos: aulas de graduação, pós-graduação e cursos de extensão. O professor enfatizou que o Cesit oferece diversos cursos de extensão, destacando-se dentro da universidade nesse braço de atuação.

Destaca-se assim que o convênio representa um excelente caso de sucesso para a interação entre órgãos públicos e a universidade, segundo as métricas estabelecidas na presente análise: I) possibilitou o acúmulo de conhecimento científico tanto no nível individual como das duas organizações públicas, II) gerou iniciativas inéditas no bojo das instituições públicas, ao passo que contribuiu para fomentar todos os pilares das universidades, com a continuidade do projeto no âmbito da pesquisa, fornecendo subsídios para os docentes lecionam que em diversos âmbitos e, principalmente, em cursos de extensão; III) gerou insumos a serem empregados futuramente na materialidade de políticas públicas; IV) foi capaz de gerar dados científicos reunidos na forma de Observatórios digitais inovadores e inovações institucionais

políticas no interior do MPT e da própria prática jurídica e, por fim, V) considera-se que seus insumos podem contribuir para combater a cultura capacitista na sociedade brasileira.

A fim de sistematizar os principais achados, desenvolveu-se a tabela a seguir:

Tabela 8 - Principais achados de pesquisa segundo as categorias metodológicas estabelecidas

CATEGORIA ANALÍTICA DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO	CONVÊNIO UNESP E SMA	CONVÊNIO USP E EMBRAPA	CONVÊNIO UNICAMP E MPT
Contribuições no acúmulo de conhecimento dos indivíduos e das organizações	SIM	SIM	SIM
Contribuições no bojo das instituições públicas e das universidades - para fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão	SIM	SIM	SIM
Contribuições que fossem capazes de serem empregadas na materialidade de políticas públicas e/ou já tivessem sido empregadas	NÃO	NÃO	SIM
Inovações do ponto de vista da taxonomia de Kattel e Karo (2016)	NÃO	SIM	SIM
Outros tipos de inovação	NÃO	SIM	SIM

Fonte: Elaboração Própria (2024)

4.3. PRINCIPAIS DESAFIOS E DIFICULDADES NA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS

Outro pilar essencial para o cumprimento dos objetivos desta investigação é averiguar quais são os principais desafios e dificuldades relatados pelos entrevistados acerca da execução dos convênios.

Desse modo, em relação ao convênio firmado entre a Unesp e a SMA, o docente A relatou:

De fato a gente executou o convênio (...) A questão de não ter aporte de recurso, embora [contamos com] o apoio da universidade, tem coisas que a gente tem que buscar recursos: bolsas, despesas, precisava buscar capital, isso é um diferencial que exige um esforço extra. Isso foi muito bom a gente ter agilizado. O foco foi a aproximação [com a SMA]. Os desafios eram o tempo escasso e a pandemia (Docente A).

A questão do convênio não envolver repasse de recursos foi apontada pelo Servidor A como uma característica que conferiu determinada agilidade e rapidez na assinatura do convênio. No entanto, embora haja uma rapidez do ponto de vista dos processos burocráticos, isto é, na etapa de formalização do convênio, durante a sua etapa de execução algumas atividades são dificultadas, por não existir o recurso prévio, como bolsas para os estudantes e o pagamento das despesas com o deslocamento dos pesquisadores, como evidenciado acima pela fala do docente A.

Outra dificuldade relatada tanto pelos docentes quanto pelos servidores foi em relação à própria dinâmica organizacional dos órgãos - tanto da universidade quanto da Secretaria. O docente A colocou “a questão das agendas”: “Se não houve (...) interação, foi por conta das agendas. Mas a gente sempre estava junto. E o que demandava a gente tanto do nosso lado como deles, a gente procurava estar atendendo e trabalhando juntos” (Docente A). Ainda sobre a questão das agendas, o docente B também relata este fato como uma dificuldade, ao passo que também comenta que embora a previsão de duração do convênio fosse cinco anos, há uma transição dentro da universidade: alunos se formam, há um tempo limite em que podem desenvolver suas atividades: “A coisa podia ter acontecido com muito mais coisas, muito mais resultados, mas não deu. Pandemia. E a questão é gerenciar ‘tudo com tudo que tem pra fazer” (Docente B)

Ainda na questão da própria dinâmica no interior dos órgãos, o docente A expõe:

(...) A dificuldade mesmo que isso era uma das atividades, dentre muitas atividades que nós, professores, sempre estamos envolvidos. Então, o que que a gente tentava? Para poder dar conta, era juntar com as atividades do convênio de alguma forma (...) pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado. Então, foi um convênio que a gente juntou aquilo que nós estávamos fazendo (Docente A).

É interessante observar nas falas dos docentes que houve uma dificuldade oriunda dos encargos com outras atividades, tendo ligação direta com a própria dinâmica organizacional interna. Welle (2023) descreve em um breve relato que embora as atividades de extensão representem um dos pilares da universidade, muitas vezes tendem a receber menos prestígio. Em seu comentário a estudante colocou que por vezes sentiu que as ações que não mobilizaram os pilares “ensino” e “pesquisa” não eram vistas como relevantes. Esta é uma hipótese para a dificuldade para a execução das atividades que envolvam a extensão universitária, para além da sobrecarga de atividades dos docentes.

Ainda sobre as relações extramuros e a extensão, o docente B dividiu sua percepção acerca do isolamento da universidade perante as demais instituições. Isto é, ele

colocou que a universidade ainda sofre sim com o seu “encastelamento”, ou seja, com a falta de interação com distintos entes, bem como as Secretarias também. Como apontado na literatura, o movimento de abertura da universidade ainda vem sendo construído. Na prática o que é observado pelos docentes é que essa abertura ainda não está consolidada, e impossibilita uma série de atividades.

Sobre a questão das conciliações de agendas, o Servidor A coloca:

Desafio acho que da Secretaria (...) uma das questões também era dificuldade de se aproximar da universidade nos processos de rotina, né? Quando a gente ia trabalhar dentro de outras pautas que a gente tinha que aprender aqui outras políticas que se aproximam da Secretaria, da universidade e também de entender os limites da universidade. Da própria política [envolvida]: a qualidade dos próprios dados. Eles pediam muitos dados, e como trabalhar com os dados como eles se encontram hoje foi muito difícil. E o desafio foi a gente atender o convênio e tudo que tinha lá dentro, né? Porque tanto na parte da Unesp, da Secretaria, também tinha que ter algumas pessoas que vestissem a camisa pelo convênio, né. Institucionalmente, né. Se isso não tem também, da nossa parte, o convênio não sai também (Servidor A).

É importante destacar, assim, que o servidor também relata dificuldade na conciliação das próprias tarefas do convênio com as tarefas empenhadas no órgão. Outra observação importante é a respeito do engajamento - ou, como relatado por ele, o ato de “vestir a camisa” pelo convênio, imputando mobilizar constantemente sujeitos interessados nas atividades da parceria. Os servidores relataram que a Secretaria passou por diversas mudanças institucionais e organizacionais, bem como mudanças de gestão e liderança. Desse modo, as pessoas envolvidas no convênio também mudaram:

(...) É, as pessoas mudaram. Então isso também tem impacto, de certa forma. No convênio, porque quem esteve lá atrás na época da elaboração, quem participou das conversas para definição do escopo de objetivo do plano de trabalho, logo depois saiu, saiu muito antes do fim do convênio, né. Então quem fica vai pegando pelo meio do caminho assim, né? Então, essas mudanças internas de gestão impactam o convênio. Acho que isso é uma coisa importante de se destacar, podem impactar o convênio, né? Nesse caso, neste nosso caso, a gente percebe que isso aconteceu (Servidor B).

Esta é uma problemática altamente relevante para as análises feitas sobre o setor público, sobretudo no Brasil: a alternância de poder pode comprometer a continuidade de projetos, políticas e as atividades dos órgãos públicos. A literatura que versa sobre a descontinuidade de políticas públicas, como os estudos de Estevam (2010), indica que nas esferas estaduais e municipais torna-se mais visível esse quadro. Desse modo a transição de gestão pode representar uma descontinuidade das atividades já em curso, como mesmo relatado pela Servidora B, fato que impactou o convênio em estudo. Na época da elaboração uma equipe

ficou responsável por desenhar os objetivos, plano de trabalho e o escopo em que o trabalho se desenvolveria, e outra equipe ficou responsável por sua execução, atestando que as mudanças institucionais afetaram a continuidade e, em certos casos, a qualidade dos trabalhos.

Ainda sobre essa temática, o Servidor A informou que na época em que o convênio foi firmado havia um claro interesse, no interior da Secretaria, que essa parceria ocorresse, bem como avaliou que, no interior da universidade, as lideranças também estavam engajadas. No entanto, destacou que os indivíduos que ocupam os cargos de tomada de decisão influenciam diretamente no curso das atividades. As chefias representam, assim, um pilar fundamental para o andamento ou não do convênio, evidência que se relaciona com as alternâncias de gestão.

No âmbito da Secretaria, por exemplo, a gestão seguinte não adotou mais o convênio como instrumento mediador das relações, e sim, termos de compromisso. Pela experiência adquirida do Servidor A durante a sua atuação no setor público, ele acredita, pessoalmente, ser fundamental envolver a universidade nas ações do órgão. No entanto, depende diretamente de as lideranças entenderem (ou não) o papel da universidade para auxiliar nas atividades da instituição:

Eu acho que tinha que ser mais fortalecido o papel da universidade, porque também existe duas questões: a universidade fazendo uma pesquisa que não é muito o que a gente, o que o governo está está direcionando - o governo muitas vezes direcionando políticas públicas sem trazer informação qualificada com o pensamento científico (...) Então, eu acho que tem que ser fortalecido assim, desse tipo de convênio de parceria, justamente para equalizar as nossas dificuldades, as nossas fragilidades e as fragilidades também do da universidade. Fazer pesquisa que às vezes não se aplica e vice-versa, né? A gente trabalha com formação também não qualificada (Servidor A).

Esse trecho destacado retrata justamente o escopo da presente pesquisa: a necessidade de a universidade produzir um conhecimento dialógico, que será facilmente aplicado pelos órgãos do setor público, que, por sua vez, acabam, muitas vezes, direcionando suas políticas públicas sem informações qualificadas. Ainda sobre a importância das interações, o docente A coloca:

A gente poderia talvez ter tido mais, é, atenção, assim, cuidado nas entregas. A gente foi fazendo tantas coisas e fazendo junto, né? E sem essa preocupação tanto de, não sei, de formalizar as entregas. A gente não tinha essa preocupação, estávamos trabalhando juntos, fazendo coisas aí juntos. (...), Mas os estudos que eram feitos eram colocados nesse sisteminha, online e estava disponível. O quanto isso foi utilizado, ou não, pela Secretaria, tem que ver com eles. O que eu diria é o seguinte: as nossas conversas, quando a gente estava junto, eram muito boas e a gente trocava ideias, informações. E, a partir disso, a gente avançava (...) eu penso que sim para nós, particularmente a universidade. Uma parceria muito boa, tanto que a gente continua, em algumas coisas. Estamos ainda trabalhando. Estamos tentando retomar aí mais proximidade, porque a pandemia nos desarticula um pouco em muitas frentes. Nós estamos retomando, né? Não só nesse nesse caso, mas em outros também. A gente está retomando os trabalhos. O conhecimento, os dados, as informações, a legislação,

a experiência deles. E, às vezes você pensa em um projeto e tal, mas eles já às vezes tem uma experiência em outro ponto. Então, para nós foi muito, muito rica a interação com eles. Agora tem que ver da parte deles, eu sei é que eles entendem, não pode ser ser que a interação talvez não tenha tido tanto impacto como para nós. Ai é com eles, né (Docente A).

Retomando novamente a questão do isolamento das universidades, o Docente A fez contribuições para ser possível entender como a abertura está se dando na prática, e como ela é, de fato, fruto de demandas sociais:

Está em processo a transformação das universidades. É o que 'tá acontecendo'. A gente só vai ter clareza disso daqui alguns anos. Quando a gente olhar para universidades que nós tínhamos até recentemente, e aqui está sendo construída. E transformada. Essa universidade é mais aberta, com maior interação, ela também é fruto das demandas sociais. E essas demandas sociais aparecem nas leis. E aí os deputados, senadores, o Poder Executivo mesmo por pressão de várias fontes, seja organizações sociais, seja organizações institucionais (Docente A).

Sendo assim, atesta-se mais uma vez o processo de abertura das universidades. Em relação especificamente a extensão, o Docente A cita o Fórum de Pró-Reitores (sua formação foi debatida no capítulo 1), como um organismo fundamental para o mobilizar a importância deste pilar para as instituições, e há trinta anos é atuante na defesa da prática extensionista no seio das universidades. Isto é, é um movimento já iniciado há trinta anos, e que, atualmente, o Docente considera que está sendo, de fato, executado, em função, por exemplo, da extensão universitária passar a ser obrigatória, em 2018, nos currículos dos alunos de graduação:

A curricularização da extensão que é esse processo, é mexer no currículo, é alterar o currículo, e o currículo é um campo de disputa. Muitas vezes assim, de várias visões de mundo. Tem professores que querem o curso mais técnico, mais tecnológico. Temo o que considera que tais disciplinas são as principais. Mas também tem aqueles que vão lá e vão dizer: isso tudo pode ser aprendido, na interação com outros setores da sociedade (Docente A).

Por fim os docentes e servidores também relataram a pandemia de COVID-19 como um entrave à execução plena das atividades do convênio, uma vez que o deslocamento presencial foi comprometido durante determinado período.

Mediante aos resultados apresentados é possível classificar os desafios e dificuldades dos apontamentos da seguinte forma: I) a falta de recurso envolvido no projeto; II) a dinâmica organizacional dos órgãos e dificuldade dos sujeitos em conciliarem as atividades do convênio com demais atividades laborais; III) as gestões transitórias em instituições públicas, isto é, cargos que passam por alternância de poder e a conseqüente descontinuidade

de projetos e ações; IV) o próprio processo, que está em curso, de aproximação das universidades com os entes públicos e o reconhecimento de outros tipos de conhecimentos sendo validados; V) a pandemia de COVID-19 e a dificuldade de deslocamento para realização de reuniões e *workshops*.

Em relação ao convênio firmado entre USP e Embrapa, o docente C se ateu às dificuldades e desafios operacionais do desenvolvimento do *software*, como, por exemplo: “Definir a coloração do papel para capturar as imagens (...) manter a germinação [das plântulas]” (Docente C). Em relação a interação o docente avaliou que a interação foi boa “e não teve nenhum problema decorrente”. Complementa que a participação dos gestores da Embrapa foi “bastante satisfatória”. Perguntado se a caracterização da Embrapa como uma empresa de pesquisa agropecuária teria simplificado os processos de conformação da cooperação, relata: “Acredito que sim. É uma unidade da Embrapa que faz parceria com diversas outras instituições, isso pode ter favorecido o estabelecimento da relação” (Docente C).

Em relação às contribuições ofertadas a partir da entrevista com o gestor C, ele comenta:

As duas partes foram complicadas (...) na verdade, o problema foi o registro do *software*. (...) Então, como não foi feito o registro naquela época, não se transferiu a tecnologia. (...) Demorou muito. (...) Estava meio que ainda concentrado no pesquisador. E justamente por estar concentrado no pesquisador, acabou que o negócio desvirtuando um pouco (Gestor C, 2024).

Ele remonta assim, a problemática da concentração das relações estar posicionada, naquele momento, e naquele convênio, em uma relação mais individual, como já fora apresentada a problemática no item que versa sobre como as parcerias foram firmadas. No entanto, complementa: “A relação USP-Embrapa melhorou bastante. Então hoje os processos são mais formalizados, hoje os processos são mais rápidos, mais ágeis.” (Gestor C).

De forma mais específica, o gestor comenta que houve uma evolução, dentro da empresa, no que diz respeito às normativas de transferência de tecnologia, oriundas de parcerias, e não somente em função desta parceria, mas de outras experiências que apresentaram pontos de melhoria, ditando possíveis alterações nos procedimentos para firmar acordos entre as instituições:

A Embrapa criou um setor de transferência de tecnologia, de patente. Existe uma especialista INPI [Instituto Nacional de Propriedade Industrial], antes de uma relação qualquer a gente faz um acordo de confidencialidade, a gente faz um registro, ou a gente submete uma patente, um registro de *software*. Ai a Embrapa gera plano de *marketing*, gera uma metodologia, cria notas técnicas, ela [se embasou] bastante para

essas experiências negativas, então quando a gente entra num projeto desse, a gente tem um roteiro para seguir, que não tínhamos nessa época (Gestor C).

Assim sendo, seguindo essa linha, outra contribuição fundamental concedida pelo gestor C foi em relação à evolução das políticas internas do órgão em relação às parcerias. Sintetizando sua fala na questão dos desafios e dificuldades, o gestor C apresenta:

Da execução em si, da criação do ativo tecnológico, vamos dizer assim, a gente dependeu muito de aluno naquela época, né. Era uma demanda assim... como surgiu dentro de tese, dissertação, então assim, talvez fosse mais rápido, mais ágil, para gerar tecnologia se a gente não ficasse dependendo do cronograma do aluno na pós-graduação, né. (...) Às vezes, quando a gente depende da mão de obra, de aluno, de mestrado, doutorado, nem sempre o ritmo que o mercado exige ou gostaria, né, as vezes acontece. Então essa é uma das coisas limitantes um pouco. Por outro lado, a gente entende também que é a formação da pessoa (...) então, e naquela época, o problema era a lentidão mesmo, ou mesmo as normas, as regras de registro. (...) Eu diria que agora as regras estão mais claras. (...) Então hoje eu digo assim que a gente avançou (Gestor C).

Sua fala permeia, portanto, a visão, em partes, de uma lógica mercadológica, isto é, que muitas vezes a universidade caminha em uma velocidade e o mercado em outra. No entanto, ele expressa que compreende que uma das atividades cruciais da universidade é, justamente, a formação de pessoas, que demanda suas próprias etapas. Ainda durante a entrevista, ficou claro que existiu uma dificuldade em posicionar a tecnologia no mercado, como um insumo comercial. Realizou-se um treinamento, para um contingente de 90 pessoas, em que este foi disponibilizado. No entanto, o seu acesso não foi concedido amplamente, sendo classificado pelo gestor C como uma “frustração”:

O que a gente fez foi um treinamento na Embrapa Soja, para o pessoal de sementes, usando o *software* Vigor S. E nesse treinamento, quem estava lá recebeu uma versão. É demo. Uma versão ainda que era beta, né. Não era a versão, que mostrava o potencial (...) efetivamente, ele não foi lançado e não foi autorizado pela Embrapa, principalmente pela Embrapa pra uso comercial. Então não foi vendido? Não foi. Essa foi uma falha nessa colaboração (...) A tecnologia já faz algum tempo que a gente gerou e é uma tecnologia gerada pela Embrapa, validada pela Esalq e que de fato, ela não chegou no mercado como deveria por problemas aí eu diria que de relacionamentos jurídicos. O que a gente só sente é que ela poderia se transformar em um produto comercial. Isso não foi feito. Mas ela atendeu a meta do que a gente tinha e a Embrapa ficou satisfeita com isso (Gestor C).

Isto é - somente houve a disponibilização do *software* em sua formatação beta, para os participantes do *workshop*. Não foi amplamente comercializado no mercado como um produto disponível a empresas e agricultores. Essa foi considerada pelo Gestor e pela instituição como a maior debilidade da parceria.

Mediante aos relatos apresentados torna-se evidente que as dificuldades e desafios enfrentados neste convênio específico entre Esalq e USP passaram por: I) dificuldades operacionais, ou seja, de desenvolvimento da própria metodologia da pesquisa, sendo extremamente comuns ao processo de aplicação do método científico, principalmente em insumos tecnológicos inovadores; II) do conteúdo dos termos técnicos e normativos que mediarão o convênio; III) do processo normativo de transferência da tecnologia; IV) de sua ampla distribuição como um ativo no mercado, para ser comercializado.

Por fim, analisa-se os principais desafios e dificuldades envolvidos no convênio entre a Unicamp e o MPT. Sendo assim, o docente E apresentou: “O entrave da burocracia teve um pouco sim, mas quase todos os projetos têm entraves” (Docente E). Em relação ao momento de formalização do projeto ele comenta: “Não teve um grande problema, nada em si que tenha sido fora da curva (Docente E)” Porém cabe lembrar que este convênio foi mediado pela fundação responsável por gerir alguns contratos e mediar algumas relações dentro da universidade, que possui um caráter privado. Sendo assim, o Docente relatou que no período de formalização do convênio, essa fundação estava passando por um período de transição interno, e muitos funcionários foram realocados de seus postos, e outros, desligados. Isso impactou do ponto de vista de agilidade nos processos.

O pesquisador F por sua vez apontou a divulgação científica em massa como um desafio: “Se a gente conseguisse divulgar mais esses resultados (...) como é um trabalho muito social, vinculado à população laboral, uma população vulnerável (...) o problema é: como melhorar a divulgação” (Pesquisador F). Para além da ampla divulgação científica, também apontou o tratamento de dados como uma dificuldade operacional, que pode acarretar determinados atrasos pontuais e ajustes de cronograma, mas, como já destacado no convênio entre USP e Embrapa, as dificuldades de aplicação do método científico e possíveis reajustes de metodologias são recorrentes nas pesquisas acadêmicas, depreendendo, em alguns casos, um reajuste no período acordado para as entregas dos insumos.

Por último a gestora D apontou: “Falha do Poder Público em dar suporte financeiro às pesquisas.” Embora o convênio tenha recebido aporte financeiro, a gestora expressou sua interpretação no que concerne a destinação de verbas públicas para o avanço das pesquisas, sobretudo nas universidades públicas. Esse apontamento vai de encontro com a realidade observada nos outros dois convênios analisados. “Sem recurso não pode funcionar. Pela divisão orçamentária do Congresso, o que é destinado a pesquisa acadêmica, isso tem que ser revisto, tem que ter uma fatia maior (...) que as universidades façam outros convênios.” (Gestor D).

De forma geral considera-se que o material coletado nas entrevistas, no que tange a identificação dos principais desafios e dificuldades perpassou, sinteticamente por: I) falta de recursos financeiros envolvido no projeto e/ou para convênios futuros; II) o processo de aproximação das universidades com os entes públicos e o reconhecimento de outros tipos de conhecimentos sendo validado; III) as gestões transitórias em instituições públicas isto é, cargos que passam por alternância de poder, mas, também, observou-se esse fenômeno durante as trocas de gestão na instituição privada que media determinadas interações na Unicamp; IV) dificuldades operacionais no tratamento de dados, comuns às pesquisas científicas; V) o conteúdo dos termos técnicos e normativos que mediarão o convênio; VI) os meios para ampla divulgação, bem como normas técnicas de transferência de tecnologia.

Apresenta-se, assim, uma tabela com estes principais achados:

Tabela 9 - Principais desafios e dificuldades dos convênios, segundo dados coletados nas entrevistas

Falta de recursos financeiros envolvido no projeto e/ou para convênios futuros
O próprio processo de aproximação das universidades com os entes públicos
As gestões transitórias nas instituições, alternância de poder e consequente descontinuidade das ações previstas
Dificuldades operacionais no tratamento de dados, comuns às pesquisas científicas
O conteúdo dos termos técnicos e normativos que mediarão o convênio
Os meios para ampla divulgação, bem como normas técnicas de transferência de tecnologia

Fonte: Elaboração Própria (2024)

Mediante ao quadro apresentado faz-se necessária uma breve contextualização de cada um dos itens identificados.

No que tange a falta de recursos financeiros envolvidos no projeto e/ou para convênios futuros tal problemática foi relatada tanto no convênio da Unesp com a SMA quanto no convênio da Unicamp com o MPT, de formas distintas. No convênio com a Unesp não houve repasse financeiro previsto, o que para o Docente A dificultou algumas atividades. No entanto o Gestor A relatou que quando não há repasse financeiro, do ponto de vista burocrático, o processo torna-se um pouco mais veloz. Em contrapartida o Gestor D, do MPT, manifestou preocupação com os repasses financeiros. Cabe lembrar que este convênio sim contou com aporte financeiro. A preocupação do Gestor reside principalmente no fato de que o Ministério Público pode destinar recursos para pesquisas, recursos estes depreendidos de ações de

fiscalização do órgão. No entanto, as regras para essa destinação se encontram em revisão jurídica.

De forma geral, considera-se, a partir dos três casos analisados, que o aporte de recursos financeiros possibilita que a equipe de pesquisadores possa desenvolver determinadas atividades com mais segurança, como, por exemplo, no pagamento de bolsas aos discentes envolvidos. Também é possível depreender que os recursos financeiros podem ser capazes de garantir os desdobramentos futuros das pesquisas.

Outro ponto levantado tem relação com o próprio processo de aproximação das universidades com os entes públicos. Como visto ao longo de toda discussão, a universidade está em um processo de aproximação com entes fora de seus muros. Na prática esse processo está permeado por desafios. Como apontado durante as entrevistas, no que diz respeito ao convênio Unesp e SMA, observou-se que a própria dinâmica organizacional dos órgãos afetou em alguma medida as atividades. Isto é - conciliar as demandas institucionais e as “agendas” é capaz de impossibilitar a execução de determinadas atividades. Muitas vezes os órgãos não destinam tempo e espaço para que os servidores e docentes possam atuar com mais afinco nas atividades. Como visto, as atividades de extensão podem ser negligenciadas perante as ações dos outros pilares - ensino e pesquisa, e precisam ser fortalecidas no âmbito das universidades e das entidades públicas.

Outro ponto que está intrínseco ao próprio processo de aproximação das instituições foi tocado no subtópico que versou de como se deu os primeiros contatos entre os órgãos: em alguns casos, alguns pesquisadores pontuais desempenharam um papel crucial, até mesmo durante a execução dos convênios.

Também foi observado que alguns gestores relataram que muitas vezes a universidade detém de uma periodicidade distinta de trabalho, em função, por exemplo, do tempo que os alunos permanecem em seus cursos, podendo gerar uma rotatividade de participantes durante a execução da pesquisa, a depender do período estipulado. É necessário, assim, conciliar e acordar um ritmo de trabalho comum a ambos os órgãos, que permita o desenvolvimento pleno das atividades.

Em relação às gestões transitórias nas instituições, alternância de poder e consequente descontinuidade das ações previstas transitórias nas instituições, fora observado, também no convênio da Unesp e SMA que a troca de pessoal, principalmente na frente de Restauração Ecológica, impactou o andamento das atividades. Assim como também fora relatado que os interesses e prioridades das agendas políticas também pode representar uma ameaça a continuidade dos trabalhos. A questão da transição no Poder Público pode, de fato,

descontinuar e impactar os processos. No entanto essa dificuldade não fora somente relatada perante o ente público, mas também relatado como uma dificuldade durante o convênio Unicamp e MPT na transição e reordenamento interno de pessoal na instituição privada que media algumas interações na universidade.

Em seguida observou-se as dificuldades operacionais no tratamento de dados, comuns às pesquisas científicas. Isto é, durante a aplicação do método científico, bem como das metodologias escolhidas para cada uma das interações, é comum que os pesquisadores tenham que revisitá-los, de acordo com os resultados que depreendem de cada etapa. Esse fenômeno pode desencadear alguns atrasos no cronograma de entregas, como relatado pela pesquisadora F, durante o convênio Unicamp e MPT, e pelo docente C da USP.

A seguir observou-se os desafios intrínsecos ao conteúdo dos termos técnicos e normativos que mediarão o convênio. Como exposto pelo docente da Unicamp, quase todos os projetos enfrentam questões relacionadas ao alinhamento da burocracia. Cabe compreender, no entanto, que as instituições públicas funcionam sob a égide de Direito Público (com exceção da Embrapa), e os procedimentos burocráticos confere proteção legal às instituições. No entanto cabe uma análise mais profunda de quais procedimentos, de fato, geram encargos aos convênios, e poderiam promover um alinhamento mais veloz entre as instituições, sem causar danos ou prejuízos do ponto de vista de cumprimento dos ritos legais e normativos do setor público.

No caso da Unicamp, por exemplo, a questão burocrática esteve sob a responsabilidade da mediação de uma instituição de caráter privado, demonstrando que não há somente dificuldades quando se trata de uma instituição pública, desmistificando uma possível eficiência maior, neste caso, de instituições de cunho privado. Foi observado, também, que na interação entre USP e Embrapa a empresa de pesquisa ainda não detinha um departamento especialmente destinado a cuidar da transferência de tecnologia. Notou-se, também, a criação de um novo protocolo e “roteiro” como colocado pelo Gestor, para formalizar as interações, fruto de experiências que apresentaram desafios.

Por fim a divulgação científica apresentou-se como um desafio a ser superado, para que as outras instituições que conformam o tecido social e a sociedade civil em geral tenham acesso aos resultados tão frutíferos das parcerias. É necessário, assim, pensar novas estratégias para tornar essa comunicação mais efetiva, ao mesmo tempo que torna as interações mais dialógicas, recebendo, por exemplo, *feedbacks* e disponibilizando o conteúdo científico para uma aplicação mais ampla, por meio da Ciência Aberta, depositando seus resultados em

períodos de acesso livre, por exemplo, ou, ainda, na promoção de mais eventos que contem com ampla participação popular, como fora observado no caso da Unicamp e do MPT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou de forma central analisar os tipos de aprendizado e principais contribuições mútuas de três parcerias firmadas entre as universidades estaduais paulistas USP, Unesp e Unicamp, e instituições da Administração Pública, principalmente, no que se refere a possibilidade de provimento de recomendações de protocolos de políticas públicas, melhorias e/ou inovações junto ao setor público.

Para possibilitar o desenvolvimento de seu objetivo central também definiu os seguintes objetivos específicos: I) Debater, conceitualmente, a temática do compromisso social das universidades públicas brasileiras, especialmente no tocante à produção e disseminação do conhecimento científico orientadas às demandas da sociedade; II) Analisar as principais contribuições e desafios apontados na literatura que trata da relação entre Universidades, Poder Público (Governo) e Políticas Públicas; III) Estudar três convênios buscando de forma qualitativa compreender os aprendizados mútuos e os desafios da interação estabelecida entre as partes.

Considera-se, assim, que foi capaz de debater a temática do compromisso social das universidades públicas, na retomada histórica da constituição das universidades até os dias atuais (ver capítulo 1). Em paralelo também forneceu um apanhado introdutório sobre as contribuições e desafios da literatura específica entre Universidades, Poder Público e Políticas Públicas (ver capítulo 2), ainda que a literatura, por vezes, seja escassa. Por fim concentrou-se no estudo de caso de três convênios, justificando a sua referida escolha metodológica (capítulo 3), e na realização de entrevistas com seus participantes (capítulo 4).

Como resultados obtidos logrou identificar com sucesso como as parcerias elegidas foram estabelecidas, os tipos de aprendizado mútuos e inovações, por fim, os desafios e dificuldades enfrentados.

Sendo assim, os fatores que colaboram para a conformação dos convênios, foram: I) a proximidade de longa data das instituições; II) as temáticas das parcerias serem de interesse direto de ambas as partes; III) a participação de indivíduos chave na captação e mediação da relação. Como especificidades, tem-se também: na Unesp a universidade estava presente em instâncias públicas e de caráter consultivo.

A identificação dos aprendizados e inovações que foram produtos das interações também reforçou a importância do estabelecimento dessas conexões para: atuar na resolução de problemáticas sociais; fornecer melhorias a determinado setor econômico; contribuir para a

quebra de estigmas e inclusão de populações vulneráveis; dar cabo a novas linhas de pesquisa e projetos de extensão no interior das universidades, bem como melhorar a qualidade do ofertado ensino e ocasionar mudanças nas políticas internas dos órgãos públicos.

Como materialidade para políticas públicas é capaz apenas de identificar que a produção científica depreendida possui potencial de auxiliar na etapa de formulação, no caso do convênio firmado entre MPT e Unicamp. Tal análise é corroborada a partir da fala dos envolvidos e da evidência central de que os dados desse convênio já estão sendo empregados para subsidiar ações públicas, por exemplo.

Em contraponto os desafios identificados foram: I) falta de recursos financeiros envolvido no projeto e/ou para convênios futuros; II) o próprio processo de aproximação das universidades com os entes públicos e o reconhecimento de outros tipos de conhecimentos sendo validado; III) as gestões transitórias em instituições públicas, isto é, cargos que passam por alternância de poder, mas, também, observou-se esse fenômeno durante as trocas de gestão na instituição privada que media determinadas interações na Unicamp; IV) dificuldades operacionais no tratamento de dados, comuns às pesquisas científicas; V) o conteúdo dos termos técnicos e normativos que mediaram o convênio; VI) os meios para ampla divulgação, bem como normas técnicas de transferência de tecnologia.

A título de recomendação para as instituições públicas têm-se: em primeiro lugar, o constante reconhecimento das atividades de interação como capazes de fornecer aos órgãos benefícios. Desse modo é possível estimular, para todo o corpo laboral e comunidade acadêmica, a continuidade da busca pelas parcerias. O reconhecimento do ponto de vista institucional detém extrema importância, para que as interações sejam cada vez mais recorrentes, garantindo que a existência de pessoas chave não seja um fator limitante para a execução ou não das parcerias. Do ponto de vista das universidades, o processo de curricularização da extensão reconhece a importância da interação extramuros, sendo um componente relevante para impulsionar essas parcerias.

Também cabe ressaltar que as instituições devem investir na criação de mecanismos institucionais cada vez mais rebuscados para mediar as parcerias, garantindo a sua longevidade, independentemente das gestões ou agendas transitórias. Isto é - o compromisso com a produção de conhecimento também no interior dos órgãos públicos deve ser um compromisso permanente, e não transitório, condicionados às agendas políticas, já que seus frutos são múltiplos para contribuir com as missões dos órgãos: a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Também é necessário pautar meios de divulgação ampla dos resultados das parcerias, envolvendo as comunidades nos processos.

É importante pontuar que o estudo se propôs a analisar um fenômeno que segue em evolução, ou seja, conforme mais interações são firmadas, mais melhorias podem ser implementadas, evidência corroborada, por exemplo, a partir do caso relatado pelo gestor da Embrapa - mais interações suscitaram melhorias no arcabouço normativo da empresa.

Cabe destacar, ainda, que a investigação das conexões firmadas pelas universidades com agentes externos a ela, e sobretudo, com o Poder Público, constitui-se um desafio, em face da literatura já existente privilegiar as relações firmadas pela academia com agentes privados. Isto posto, eleger categorias que pudessem dimensionar e classificar os produtos resultantes dessa interação caracterizou-se como uma dificuldade a ser enfrentada.

Pontua-se que a presente investigação não é capaz de imprimir a totalidade de aspectos envolvidos na relação firmada entre o setor público e as universidades, uma vez que precisou eleger determinados procedimentos metodológicos para viabilizar a sua execução, tampouco da categoria de análise dos convênios. Desse modo, como limitação, não exprime a totalidade das características e variáveis envolvidas nas relações, elegendo alguns elementos específicos para sua análise, e seus apontamentos possuem apenas um caráter recomendatório.

Cada convênio firmado pelas universidades possui suas particularidades, situados temporalmente e geograficamente. Portanto, reconhece que seu escopo somente é capaz de imprimir e analisar determinadas características dos convênios eleitos, dentro das categorias analíticas escolhidas. Aponta-se também, como desafios, os acessos a documentação dos convênios e a execução das entrevistas - no que tange a disponibilidade de agenda de alguns agentes para sua realização.

Isto posto, o presente trabalho perpassou, como já destacado, pela trajetória formativa das universidades brasileiras, revelando os eventos históricos e conjunturas que possibilitaram sua abertura, cada vez mais gradual, a partir da extensão universitária, das relações com agentes extramuros, e do reconhecimento da importância de constituir um conhecimento científico dialógico, pautado na observação das demandas sociais. A universidade pública é, por definição e atuação, um organismo vital para a construção do tecido social, ainda que expresse, em diversos sentidos, suas contradições.

A presente dissertação, portanto, é capaz de revelar a importância que deve ser atribuída, pelos entes estudados, a manutenção e continuidade de suas interações com outros órgãos, seja por meio de convênios, ou por outros instrumentos capazes de mediar as relações. Como janelas de oportunidade para pesquisas futuras, tem-se a possibilidade de ampliação do escopo tratado, que somente alçou investigar três estudos de caso.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. **ÁLVARO OZÓRIO DE ALMEIDA**, Academia Nacional de Medicina, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <<https://www.anm.org.br/alvaro-ozorio-de-almeida/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

AGÊNCIA SENADO. Brasil precisa instituir Política Nacional de Migrações, aponta debate. **Senado Notícias**, Brasília, 08 dez. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/08/brasil-precisa-instituir-politica-nacional-de-migracoes-aponta-debate>>. Acesso em: 05 out. 2023

A história da Unesp. Produção de Vanine Ferro. [S.l.]. Fundação Padre Anchieta, 2012. (47 min 25s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=saTtrzwFDM4>>. Acesso em: 18 set. 2023.

ALBUQUERQUE, C. De olho nas sementes. **Website Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz Universidade de São Paulo**, Piracicaba, 22. nov. 2021. Disponível em: <<https://www.esalq.usp.br/banco-de-noticias/de-olho-nas-sementes>> Acesso em: 15 out. 2023

ALMEIDA, D. R.; CRUZ, A. D. A. O Brasil e a Segunda Revolução Acadêmica. **Interfaces da Educação**. [S. l.], v. 1, n. 1, p. 53–65, 2010. DOI: 10.26514/inter.v1i1.648. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/648>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

ALMEIDA, I. Torre de Marfim. **E-Dicionário de Termos Literários de Carlos Ceia**, Lisboa, 24 dez. 2009. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/torre-de-marfim>. Acesso em: 01 abr. 2024

AMANTINO-DE-ANDRADE, J. *Actor-network theory (ANT): uma tradução para compreender o relacional e o estrutural nas redes interorganizacionais?*. **Cadernos EBAPÉ.BR**, v. 2, n. 2, p. 01–14, jul. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/MgVQTXMW7m39nRTfJbSGpFC/?lang=pt#ModalHowcite>> Acesso em: 03 jun. 2023

ANGELES, O. Consideraciones en torno al concepto de extensión de la cultura y de los servicios. **Revista de la educación superior**, Ciudad de México, v. 21, n. 81, p. 1-9, 1992. Disponível em: <http://publicaciones.anuias.mx/pdfs/revista/Revista81_S1A3ES.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ANDRADE, R. D. O. Resistência à ciência: crise de confiança suscita debate mundial sobre como enfrentar ataques ao conhecimento científico. **Revista Pesquisa FAPESP**, v. 284, out. 2019. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/resistencia-a-ciencia/>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

ARAÚJO. E. F. S. **Contribuições da Extensão Universitária às Políticas Públicas voltadas ao Planejamento Urbano - Pau Dos Ferros/RN**. 2021. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11122070> Acesso em: 10 out. 2023.

ARANTES, F.A. **Programas de formação continuada para a rede pública do Estado de São Paulo: contribuições da Unicamp para a Secretaria de Estado de Educação**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2014. Disponível em: <<https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/931152?guid=1669432344246&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1669432344246%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d931152%23931152&i=2>> . Acesso em: 23 nov. 2021.

ARONI, A. 50 anos da Reforma Universitária de 1968: a reforma que não acabou. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 17, n. 3, p. 235–259, jul. 2017. DOI: 10.4025/rbhe.v17n3.916. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5761/576161730010/html/>> Acesso em: 15 out. 2023

AZEVEDO, G. A.; BRANDT, G. B. Extensão Universitária no Processo de Integração dos Imigrantes Internacionais à Comunidade Regional. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 19, n. 57, p. 76–96, 2021. DOI: 10.21527/2237-6453.2021.57.10749. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10749>> . Acesso em: 16 out. 2023.

BELANDI, C. Com alta recorde da Agropecuária, PIB fecha 2023 em 2,9%. **Agência IBGE Notícias**. Estatísticas Econômicas. 01 março 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39306-com-alta-recorde-da-agropecuaria-pib-fecha-2023-em-2-9#:~:text=Com%20alta%20recorde%20da%20Agropecuária,%2C9%25%20%7C%20Agência%20de%20Notícias>>. Acesso em: 15 de março de 2024.

BENEVIDES, G. M. M. C. **Pessoa com deficiência e trabalho: estudo sobre o estado de São Paulo e um breve panorama nacional e internacional**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2022. *E-book*. Disponível em: <<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37527-pessoa-com-deficiencia-e-trabalhobr-estudos-para-o-estado-de-sao-paulo-e-um-breve-panorama-nacional-e-internacional>> Acesso em: 20 out. 2023

BERNHEIM, C. T.; CHAUI, M. **Desafios da Universidade na sociedade do conhecimento**. Brasília: UNESCO, 44 p., 2008. Disponível em: <<https://www.repositoriobib.ufc.br/000000/0000001D.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2024

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, 11 abril 1931. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 25 fev. 1967. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm#:~:text=DECRETO-LEI%20Nº%20200%2C%20DE,Administrativa%20e%20dá%20outras%20providências>. Acesso em: 07 ago. 2023.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado** – Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 86p, 1995. Disponível em: < <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007**. Dispõe sobre as normas relativas às Transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 26 jul. 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7568.htm>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. O Observatório. **Portal de Imigrações**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio#:~:text=O%20OBMigra%20tem%20como%20meta,públicas%20dirigidas%20às%20migrações%20internacionais>>. Acesso em: 05 out. 2023

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região. **Manual de Ambientação dos Estagiários**. Campinas, 2021.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região. **Manual de Ambientação dos Servidores**. Campinas, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Guia de Apoio à Gestão Estadual do SUS**. 2023. Disponível em: <https://www.conass.org.br/guiainformacao/fundacao-publica/>. Acesso em: 10 mar 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. 2024. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos.html>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1974.

BRISOLLA, S.; CORDER, S; GOMES, E.; MELLO, D. As relações universidade-empresa-governo: Um estudo sobre a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). **Educação & sociedade**, v. 18, n. 61, p. 187-209, dez. 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/GdpcJ9rDbD4qB7RQmDSdpLm/?lang=pt#>>. Acesso em: 05 ago. 2023

BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. São Paulo: Universidade Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Itatiba, v. 10, n. 10, p. 23- 28, 2007. Disponível em:

<<https://docente.ifsc.edu.br/marco.aurelio/Material%20Aulas/Especialização%20Tecnologias%20Educacionais/Sustentabilidade,%20Cidadania%20e%20Educação/Artigos/2133-8194-1-PB.pdf>> Acesso em: 06 set. 2023

CARDOSO, I. A. R. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**; v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, A. T. Prefácio. In: PEREIRA, E. M. D. A; MARTINS, N. D. R (org.). **Zeferino Vaz: Ideia de universidade**. 1 ed. Campinas: Mercado Letras, 2018. p. 9-18. Disponível em: <<https://www.mercado-de-letras.com.br/resumos/pdf-23-10-18-4-26-18.pdf>> Acesso em: 05 out. 2023

CASTILHO, F. **O conceito de universidade no projeto da UNICAMP**. SOARES, A.G.T. (org). Campinas: EdUNICAMP, 2008.

CAVALCANTE, P; CUNHA, B. Q. É preciso inovar no Governo, mas por quê? *In*: CAVALCANTE, et. al. **Inovação no Setor Público: teorias, tendências e casos no Brasil**. Brasília: ENAP: Ipea, p. 15-32, 2017.

COMPAGNUCCI, L.; SPIGARELLI, F. The Third Mission of the university: A systematic literature review on potentials and constraints. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 161, p. 120284, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120284>. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0040162520311100>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

CRISTO, V.; SUMARES, G. O Futuro da "Terceira Missão" da USP. **Revista de Cultura e Extensão USP**, [S. l.], v. 11, p. 11-16, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9060.v11i0p11-16. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rce/article/view/80056>. Acesso em: 09 out. 2023.

CRISTOFOLETTI, E.C. **A relação entre a Unicamp e os segmentos sociais sob a perspectiva dos cursos de extensão**. 2017. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 20187. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/983793>. Acesso em: 30 mar. 2024.

CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. **Educação & Realidade**, Porto Alegre: v. 45, n. 1, p. e90670, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623690670>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/jY9GgBb45W8YhHLQYCggLNt/>>. Acesso em: 08 out. 2023

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3 ed. São Paulo: Editora UNESP. 2007.

DARIN, J. D. Entrevista concedida ao Website Unicamp. *In*: NUNES, T. Pesquisa Unicamp/MPT sobre pessoa com deficiência e mercado de trabalho vira livro. **UNICAMP**. Campinas, São Paulo, 20 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/noticias/2022/12/20/pesquisa-unicampmpt-sobre-pessoa-com-deficiencia-e-mercado-de-trabalho-vira>> Acesso em: 06 out. 2023

DAXENBERGER, A. C. S.; CASTRO, J. M. C.; CÂNDIDO, M. L. A. A.; HENRIQUES, L. T. Equoterapia como ação extensionista de inclusão social e escolar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [S. l.], v. 34, n. Esp., p. 29-38, 2020. DOI: 10.11606/1807-5509202000034nesp029. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/173140>>. Acesso em: 16 out. 2023.

DIAS, R. B. O que é a política científica e tecnológica? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 316–344, set. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300011> Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/KzwMxHgqXfLzWzwdKt93tq/?lang=pt>>. Acesso em: 05 mai. 2023

DIAS SOBRINHO, J. Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 643–662, nov. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000300007>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/bpfJ9GZV4GtLj98vtXn8GKg/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>> Acesso em: 10 mai. 2023.

DIBBERN, T. A.; CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UM PANORAMA DO COMPROMISSO SOCIAL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA. **Educação em Revista**, v. 34, p. e176658, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698176658>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/VPfPjq8H5MxHRw4wfx3MGLx/abstract/?lang=pt#ModalDownloads>> Acesso em: 15 dez. 2023

DIBBERN, T. A. **A educação em direitos humanos no ensino superior: uma análise do compromisso social da universidade pública sob a perspectiva da produção e disseminação de conhecimentos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) - Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1088182>>. Acesso em: 10 out. 2023.

DINIZ, D. M., MENDONÇA, F. M., SIQUEIRA, P. H., & SANTOS, M. G. Transferência de conhecimento entre universidade e empresa (U-E): influência das condições universitárias. **Revista Base (Administração e Contabilidade da UNISINOS)**, vol. 17, número1, p. 70-99. 2020. Disponível em: <[https://www.redalyc.org/journal/3372/337264552004/html/#:~:text=Neste%20estudo%2C%20transferência%20de%20conhecimento,mais%20acadêmicos%20\(publicações%20e%20conhecimentos\)](https://www.redalyc.org/journal/3372/337264552004/html/#:~:text=Neste%20estudo%2C%20transferência%20de%20conhecimento,mais%20acadêmicos%20(publicações%20e%20conhecimentos))>. Acesso em: 28 mar. 2024.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 35 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. *E-book*.

DOMINICI, M. C. A importância da Articulação Intersetorial na Administração Pública. **Codeplan**, Brasília, n. 31, Companhia de Planejamento do Distrito Federal, nov. 2017. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD_31_A_Necessidade_da_Articulação_Intersetorial_na_Administracao_Publica.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2024.

EMBRAPA. Sobre a EMPRAPA. **Portal EMBRAPA**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/sobre-a-embrapa>>. Acesso em: 08 out. 2023.

EMBRAPA. Secretaria de Comunicação. **Entrevista com o fundador da Embrapa, Eliseu Alves. “O conhecimento que transformou a agricultura”**. Portal Embrapa. Agência de Notícias – Embrapa. 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1577975/o-conhecimento-que-transformou-a-agricultura>>. Acesso em: 18 nov. de 2023.

ESTEVAM, D. O. A contínua descontinuidade administrativa e de políticas públicas. *In: II Seminário das Ciências Sociais Aplicadas*, v. 2, n. 2, 2010, Santa Catarina. **Anais**. Disponível em: <<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/seminariocsa/article/view/1390/1317>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. Introduction: Universities in the Global Knowledge Economy. *In: ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF (orgs). Universities in the Global Knowledge Economy – A Triple Helix of University-IndustryGovernment Relations*. London: Pinter, 1997.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 23–48, maio 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190003>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/4gMzWdcjVXCmp5XyNbGYDMQ/#>> Acesso em: 05 maio 2023.

FARIA, J. C. **Da fundação das Universidades ao ensino na Colônia**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1952.

FÁVERO, M. L. A. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Curitiba: Educar em Revista, n. 28, p. 17–36, dez. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJcmLSPfp8r/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 8 ago. 2023

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** 1 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FREEMAN, C.; SOETE, L. L. G. **A Economia da Inovação Industrial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

FILARDI, F.; CASTRO, R. M. P. D.; ZANINI, M. T. F. Vantagens e desvantagens do teletrabalho na administração pública: análise das experiências do Serpro e da Receita Federal. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro: v. 18, n. 1, p. 28–46, jan./mar. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395174605>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/pJSWmhnCPvz6fGwdkcFyvLc/#>> Acesso em: 06 mai. 2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. *E-book*. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO ESTADO DA PARAÍBA (FAPESQ). Pesquisa científica e novas tecnologias revolucionaram a agricultura brasileira. **Portal Fapesbp**. Paraíba, 14 set. 2016. Disponível em: <<https://fapesq.rpp.br/noticias/pesquisa-cientifica-e-novas-tecnologias-revolucionaram-a-agricultura-brasileira>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP. Sobre nós. **Portal FUNCAMP**. Campinas, 2023. Disponível em: <<https://www.funcamp.unicamp.br/portal/Home/Sobrenos>> Acesso em: 10 out. 2023.

GALISI, J; GONÇALVES, K. O que foi a Revolução Constitucionalista? Entendendo o 9 de julho, data magna de São Paulo. **Assembleia Legislativa de São Paulo**. São Paulo: 03 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?03/07/2023/o-que-foi-a-revolucao-constitucionalista--entendendo-o-9-de-julho--data-magna-de-sao-paulo->> Acesso em: 16 out. 2023.

GARCIA, M. Unicamp fica entre as 200 melhores universidades do mundo em ranking da consultoria britânica QS. **UNICAMP**, Campinas, 22 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2023/03/22/unicamp-fica-entre-200-melhores-universidades-do-mundo-em-ranking-da>>. Acesso em: 15 out. 2023

GAZZONI, D. L. A soja no Brasil é movida por inovações tecnológicas. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 70, n. 3, p. 16-18, julho 2018 . DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602018000300005>. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2023.

GIBBONS, M. et al. **La nueva producción del conocimiento, la dinámica de la ciencia y la investigación en las sociedades contemporáneas**. 2 ed. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1997.

GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M. Repensando o papel da universidade no século XXI: demandas e desafios. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 9, n. 18, 13 dez. 2013. DOI: 10.3895/rts.v9n18.2623. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2623>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M; CARNEIRO, A. M. A Universidade em um Contexto de Mudanças: Integrando Ciência, Tecnologia e Inovação. **Revista de Propriedade Intelectual - Direito Constitucional e Contemporâneo**, v. 10, n. 1, p. 115–133, fev. 2016. DOI: <https://doi.org/10.16928/2316-8080.v10n1p.115-133>. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/296706419_A_universidade_em_um_contexto_de_mudancas_integrando_ciencia_tecnologia_e_inovacao>. Acesso em: 15 mai. 2023.

GIMENEZ, A., M., N.; BONACELLI, M. B. M. As multifaces da relação universidade-sociedade: dimensões da terceira missão. *In*: XI Jornadas Latino-Americanas de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología. Curitiba, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/AnaNunesGimenez/publication/309398662_As_multifaces_da_relacao_universidadesociedade_dimensoes_da_terceira_missao/links/580e648d08ae51b863966e92/As-multifaces-darelacao-universidade-sociedade-dimensoes-da-terceira-missao.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

GIMENEZ, A. M, N. **As multifaces da relação universidade-sociedade e a construção do conceito de terceira missão**. 2017. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/984738>>. Acesso em: 2 out. 2023.

GIMENEZ, A., M., N.; BONACELLI, M. B. M. A universidade e os processos de geração, transmissão e disseminação do conhecimento: um estudo sobre os determinantes das interações com atores externos. **R. Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 14, n. 33, p. 31-51, jul./set. 2018. DOI: 10.3895/rts.v14n33.6891. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/6891>>. Acesso em: 26 ago. 2023.

GUIMARÃES, V. A. L.; HAYASHI, M. C. P. I. A dinâmica da ciência: subsídios para a compreensão da ciência acadêmica e pós-acadêmica. *In*: CAMPOS, C. *et al* (org). **Abordagens em ciência, tecnologia e sociedade**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2014, p. 215-250.

JORGE, M. A História da UNESP. **UNESP**, 2022. Disponível em: <<https://www2.unesp.br/portal#!/sobre-a-unesp/historico/>> Acesso em: 17 out. 2023.

JÚNIOR, J; SEABRA, R. Aprovado em comissão projeto que cria política nacional de economia solidária. **Agência Câmara dos Deputados**, Brasília 04 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/893432-APROVADO-EM-COMISSAO-PROJETO-QUE-CRIA-POLITICA-NACIONAL-DE-ECONOMIA-SOLIDARIA>> Acesso em: 10 out. 2023.

LAMAS, M. F. A importância da pesquisa científica para a agropecuária. **Agência de Notícias – Embrapa**. Brasília, 16 maio 2020. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/52266708/artigo---a-importancia-da-pesquisa-cientifica-para-a-agropecuaria>>. Acesso em: 18 nov. de 2023.

LEITE, C. A. M.; FRANÇA-NETO, J. B.; KRZYZANOWSKI, F. C.; GOMES JUNIOR, F. G. **Validação do sistema de análise de imagens Vigor-S para a determinação de fitotoxicidades em plântulas de soja**. *In*: XIII Jornada Acadêmica da Embrapa Soja. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1096183/validacao-do-sistema-de-analise-de-imagens-vigor-s-para-a-determinacao-de-fitotoxicidades-em-plantulas-de-soja>. Acesso em: 15 mar. de 2024.

KATTEL, R.; KARO, E. **Start-Up Governments, or Can Bureaucracies Innovate?** Institute for New Economic Thinking. New York, 4 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.ineteconomics.org/perspectives/blog/start-up-governments-or-can-bureaucracies-innovate>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

MAGALHÃES, G. Memória: conheça um pouco da história da USP. **Gazeta de S. Paulo**. São Paulo, 15 dez 2022. Disponível em: <<https://www.gazetasp.com.br/estado/memoria-conheca-um-pouco-da-historia-da-usp/1118543/>> Acesso em: 04 out 2023.

MALVEZZI, C. D.; NASCIMENTO, J. L. A Teoria Ator-Rede e o estudo da intersectorialidade nas políticas públicas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 24, p. e190341, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.19034>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/jTKVMWSpKzVStqpgKvzDH4y/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15–35, jan. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100002>. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwfYc6QVFBHy4nvJzHt/?lang=pt#>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MATSUDA, P. M.; LENNAN M. L. F. M. INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O CASO INCOOP-UFSCar. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, [S. l.], v. 18, n. 4, p. 630-650, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3312/331267304007/html/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

MAZZILLI, S. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 27, n. 2, 2011. DOI: 10.21573/vol27n22011.24770. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/24770>. Acesso em: 10 out. 2023.

MAZZUCATO, M. **The Entrepreneurial State: debunking private vs. public sector myths**. London: Anthem Press, 2013.

MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 14, p. 131–150, mai. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200008>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SjbNJRqbdCVKtgLrFskfxLJ#>> **Acesso em: 8 ago. 2023.**

MENDONÇA, S. G. L.; BARBOSA, R. L. L.; VIEIRA, N. R. (org.). Núcleos de Ensino da Unesp: memórias e trajetórias. São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2010. (Coleção PROGRAD). ISBN 9788579830716.

MENÉNDEZ, G. **LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA: “APORTES PARA LA CONSTRUCCIÓN DE LA RED DE OBSERVATORIOS Y CÁTEDRAS ABIERTAS Y/O LIBRES**. Unión Latinoamericana de Extensión Universitaria ULEU. 2015. *E-book*. Disponível em: <<http://dspaceudual.org/handle/Rep-UDUAL/1635>>. Acesso em: 05 out. 2023.

NAOE, A. *et. al.* Autonomia coloca USP, Unicamp e Unesp entre as melhores da América Latina. **Jornal da USP**. São Paulo, 14 ago. 2019. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/autonomia-coloca-usp-unicamp-e-unesp-entre-as-melhores-da-america-latina/>> Acesso em: 7 out. 2023.

NOGUEIRA, M. D. P. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 35–47, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18932>>. Acesso em: 1 abr. 2024.

NUNES, T. Pesquisa Unicamp/MPT sobre pessoa com deficiência e mercado de trabalho vira livro. **UNICAMP**. Campinas, 20 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/noticias/2022/12/20/pesquisa-unicampmpt-sobre-pessoa-com-deficiencia-e-mercado-de-trabalho-vira>> Acesso em: 06 out. 2023

PANDORI, L. Pacientes de Sorocaba fazem terapia com cavalos pelo SUS; entenda como funciona o atendimento. **G1**. Sorocaba; Jundiá, 27 ago. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2023/08/27/pacientes-de-sorocaba-fazem-terapia-com-cavalos-pelo-sus-entenda-como-funciona-o-atendimento.ghtml>> Acesso em: 10 out. 2023.

PAULA, M. F. C. USP e UFRJ: A influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 147–161, out. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702002000200008>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/PV6v9nLgR5XkGs5LjrrwpBk/#>>. Acesso em: 15 out. 2023.

PAULA, M. F. P. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas; Sorocaba, v. 14, n. 1, p. 71–84, mar. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772009000100005>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/JHz4fHXBbzRXz3Xnk4VVrSw/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 6 out. 2023.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5–23, jul./nov. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>>. Acesso em: 16 out. 2023.

PEDROSA, R. H. L. **A universidade e seu papel em CT&I**. Campinas, 2016. Apresentação de Power Point. 36 slides.

OBSERVATORIO IBEROAMERICANO DE LA CIENCIA, LA TECNOLOGÍA Y LA SOCIEDAD (OCTS-OEI); RED IBEROAMERICANA DE INDICADORES DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA (RICYT). **Manual Iberoamericano de Indicadores de Vinculación de la Universidad con el Entorno Socioeconómico**. Valencia, 2017. Disponível em: <http://www.ricyt.org/2017/06/manual-de-indicadores-de-vinculacion-de-la-universidad-con-el-entornosocioeconomico-manual-de-valencia/>. Acesso em: 09 out. 2023

PEREIRA, É. R. *et al.* A experiência de um serviço de saúde especializado no atendimento a pacientes indígenas. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 1077–1090, jul. 2014. DOI: 10.1590/S0104-12902014000300027 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/9JQFrKm83b7SM6FLMwzVXXG/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 15 out. 2023.

PIZZITOLA, A. Autonomia e “necessità” alle origini dele Università contemporanee. *In*: DE VIVO, F.; GENOVESI, Giovanni (a cura di). **Cento anni di università: l'istruzione superiore in Italia dall'unità ai nostri giorni: atti del III Covegno Nazionale** (Padova, 9-10 novembre 1984). Napoli: Scientifiche, 1986. 310p. (Frontiere dell'educazione; v. 1). p. 137-146.

RESEARCH EXCELLENCE FRAMEWORK. **Units of Assessment**. Disponível em: <<https://ref.ac.uk/panels/units-of-assessment/>> Acesso em: 15 nov. 2023.

ROTHEN, J. C. A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 8, n. 2 [17], p. 141-160, 7 fev. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38581>>. Acesso em: 14 set. 2023.

RODRIGUES, M. **Vigor-S: sistema para avaliação automatizada do vigor de sementes de soja**. 2019. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2019. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11136/tde-29032019-115237/pt-br.php>>. Acesso em: 16 out. 2023.

SAKASHITA, C. N. *et al.* Convênios como mecanismo de relacionamento entre Universidade e Sociedade no Brasil: O caso da Universidade Estadual de Campinas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, p. e0188572, 2019. DOI: 10.1590/ES0101-73302019188572. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/p9LTzPd7CbyT9CfjgDMtTrp/?lang=pt#>>. Acesso em: 27 set. 2023.

SÃO PAULO. (Estado). **Decreto nº 6.283, de janeiro de 1934**. Crea a Universidade de São Paulo e dá outras providências. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo [1934]. Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 25 jan. 1934. Disponível em: <<https://leginf.usp.br/?historica=decreto-n-6.283-de-25-de-janeiro-de-1934>>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

SÃO PAULO. (Estado). **Lei nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962**. Dispõe sobre a criação da Universidade de Campinas como entidade autárquica e dá outras providências. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo [1962]. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1962/lei-7655-28.12.1962.html>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SÃO PAULO. (Estado). **Lei nº 952, de 30 de janeiro de 1976**. Cria a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo [1976]. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1976/compilacao-lei-952-30.01.1976.ht>> Acesso em: 09 ago. 2023.

SÃO PAULO. (Estado). GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. **SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E UNESP FIRMAM CONVÊNIO**. São Paulo: 21 jun. 2016. Disponível em: <<https://semil.sp.gov.br/2016/06/unesp-e-secretaria-estadual-de-meio-ambiente-firmam-convenio/>> Acesso em: 7 out. 2023.

SÃO PAULO. (Estado) GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA SÃO PAULO. (Estado). PREFEITURA DE SÃO PAULO. O QUE É O PLANO DIRETOR? **PORTAL PLANO DIRETOR 2021-2023**. São Paulo, 2023a. Disponível em: <<https://planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br/o-que-e-o-plano-diretor/>>. Acesso em: 12 out. 2023

SÃO PAULO. (Estado). GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. **A SECRETARIA**. São Paulo, 2023b. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://SEMIL.SP.GOV.BR/SEMIL/](https://SEMIL.SP.GOV.BR/SEMIL/)> ACESSO EM: 10 OUT. 2023

SÃO PAULO. (Estado). GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. PORTAL DO GOVERNO. Unesp sobe em ranking universitário global de desempenho e é a 3ª no Brasil. São Paulo, 2023c. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/unesp-sobe-em-ranking-universitario-global-de-desempenho-e-e-a-3a-no-brasil//>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCHWARTZMAN, S. **América Latina: Universidades em Transição**. Os Schwartzman, 1996. Disponível em: <<https://www.schwartzman.org.br/simon/oea/cap2.htm>>. Acesso em: 10 out. 2023

SCHWARTZMAN, S. **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. 1 ed. Campinas: Editora da Unicamp. 2014

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. 1 ed. Campinas: Editora da Unicamp. 2015.

SERAFIM, M. P. **Os impactos da produção de conhecimento nas Políticas Públicas: Um Estudo da atuação da Unicamp, USP e Unesp junto ao setor público**. Projeto de Pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Limeira, SP. 2021.

SECO, A. P.; AMARAL, T. C. I. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. NASCIMENTO, M. I. M. Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas, Graf. FE.: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/marques-de-pombal-e-a-reforma-educacional-brasileira>>. Acesso em: 26 set. 2023.

SILVA, R. G. L.; COSTA, M. C. Sociologia da Ciência e da Tecnologia: instrumentos para análise do processo de formação de agendas de pesquisa. In: CAMPOS, C. et al (org). **Abordagens em ciência, tecnologia e sociedade**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2014, p. 43-66.

SILVA-MATOS, R. R. S.; OLIVEIRA, P. S. T.; PEREIRA, R. Y. F (org). **Ciências Agrárias: Conhecimentos Científicos e Técnicos e Difusão de Tecnologias**. Ponta Grossa, Editora Atena, 2020. *E-book*. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/ciencias-agrarias-conhecimentos-cientificos-e-tecnicos-e-difusao-de-tecnologias-4>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVEIRA, P. C. C. UNESP - Uma Universidade Pública para todo o Interior do Estado de São Paulo, no Brasil. **Instituto de Ciência e Tecnologia - Câmpus de São José dos Campos**, São José dos Campos, 2023. Disponível em: <<https://www.ict.unesp.br/#!/sobre-o-ict/institucional/historia/decada-de-60-e-70/30-jan-1976---a-criacao-da-unesp/>> Acesso em: 07 out. 2023.

SILVEIRA, P. C. C. **Dr. Júlio de Mesquita Filho (“Seo Julinho”)**. Instituto de Ciência e Tecnologia - Câmpus de São José dos Campos, São José dos Campos, 2020. Disponível em: <<https://www.ict.unesp.br/#!/sobre-o-ict/institucional/historia/biografias/julio-de-mesquita-filho/>>. Acesso em: 07 out. 2023.

SILVEIRA, Z. S. D.; BIANCHETTI, L. Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 79–99, mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216405>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5nwmMdvFqY3SGtHJBSL6PYj/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 18 set. 2023.

SIMÕES, M. L. O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES NO MUNDO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O CONTEXTO DA FORMAÇÃO DOCENTE. **Revista Temas em Educação**, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 136–152, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17783>>. Acesso em: 13 set. 2023.

SINGH, V. K. *et al.* The journal coverage of Web of Science, Scopus and Dimensions: A comparative analysis. **Scientometrics**, v. 126, n. 6, p. 5113–5142, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-021-03948-5>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-021-03948-5#citeas>. Acesso em: 8 ago. 2023.

SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E. M. E. The underestimated role of universities for the Brazilian system of innovation. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, n. 1, p. 03–30, jan./mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000100001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/VncTrdHsv6b6MfCvwr5wLdt/#>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E. M. E. A interação entre universidades e empresas em perspectiva histórica no Brasil. In: Suzigan, W.; ALBUQUERQUE, E. M. E.; CARIO, S. A. F.) (org.) **Em Busca da Inovação: interação universidade-empresa no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 17 a 44, 2011.

TERRA, R. R. Humboldt e a formação do modelo de universidade e pesquisa alemã. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 133-150, 2019. DOI: 10.11606/issn.2318-9800.v24i1p133-150. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/154074>. Acesso em: 10 out. 2023.

UNICAMP. Memória da Unicamp. SIARQ: Arquivo Central do Sistema de Arquivos. Memória da Unicamp. 2002. Disponível em: <https://www.siarq.unicamp.br/difusao/memoria#:~:text=Subordinada%20ao%20Conselho%20Estadual%20de,das%20demais%20unidades%20integrantes%20da>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

UNICAMP. Gestão estratégica Planes: Planejamento estratégico – **Universidade Estadual de Campinas** – UNICAMP 2021-2025. SP: UNICAMP/CGU; BCCL, 2020.

UNICAMP. Assessoria de Economia e Planejamento. **Anuário Estatístico 2022: base 2021**. Campinas, 2022. Disponível em: <https://www.aeplan.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/5/2022/10/anuario2022.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023

UNICAMP. Assessoria de Economia e Planejamento. Assessoria de Economia e Planejamento. **Anuário Estatístico 2023: base 2022**. Campinas, 2023a. Disponível em: <https://www.aeplan.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/5/2023/09/anuario2023.pdf> Acesso em: 01 out. 2023

UNICAMP. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário. QS World University Rankings. Campinas, 2023b. Disponível em: <https://www.prdu.unicamp.br/rankings/qs-world-university-rankings/> Acesso em: 10 ago. 2023.

UNESP. Pró-Reitoria de Graduação - Prograd. Estatuto dos Núcleos de Ensino da Unesp. São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.feis.unesp.br/Home/Instituicao/administracao/cpe548/of_prograd_novo_estatuto_09_20.pdf Acesso em: 15 ago. 2023.

UNESP. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022 - 2026**. São Paulo: Unesp, 2021.

UNESP. História da criação da Unesp. **SITE UNESP**. UNESP, 2022. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/sobre-a-unesp/historico/>. Acesso em: 10 set. 2023.

UNESP. **Anuário estatístico 2023**. São Paulo: Unesp, 2023a. Disponível em: <<https://www2.unesp.br/portal#!/anuario>> Acesso em: 04 out. 2023.

UNESP. Comissão de Rankings da Unesp. Unesp melhora em todas as áreas analisadas pelo Ranking QS Subjects 2023. São Paulo, 2023b. Disponível em: <<https://www2.unesp.br/portal#!/rankings/relatorios-de-rankings/qs-subjects-2023//>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

USP. **Regimento Geral da Universidade de São Paulo**. 1998.

USP. DECRETO No 6.283 DE 25 DE JANEIRO DE 1934. São Paulo, 1934. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>

USP. **Anuário Estatístico da USP - 2023**. São Paulo: STI, EGIDA, 2022. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle>> . Acesso em: 26 ago. 2022.

USP. FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. DEPARTAMENTO DE FÍSICA. Primeiros anos da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) (1934 - 1939). **Acervo USP**, São Paulo, 2023a. Disponível em: <<http://acervo.if.usp.br/guia1>> Acesso em: 06 out. 2023

USP. ESCRITÓRIO DE GESTÃO E INDICADORES DE DESEMPENHO ACADÊMICO. **Times Higher Education Rankings**. São Paulo, 2023b. Disponível em: <<https://egida.usp.br/the/>> Acesso em: 07 out. 2023.

USP MUNICÍPIOS. **USP MUNICÍPIOS**. São Paulo: 2023. Disponível em: <<https://municipios.usp.br/>> Acesso em: 10 out. 2023.

USP. Escolas, Faculdades e Institutos. São Paulo: 2024. Disponível em: <https://www5.usp.br/institucional/escolas-faculdades-e-institutos//> Acesso em: 10 jan. 2024

UNIVERSITY OF OXFORD. **Raising the bar**. Department for continuing education, 2023. Disponível em: <<https://www.conted.ox.ac.uk/about/raising-the-bar>>. Acesso em: 10 out. 2023

VESSURI, H. Investigación y desarrollo en la universidad latino-americana. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 59, n. 3, p. 131-160, jul./sep. 1997. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/Revistamexicanadesociologia/1997/vol59/no3/7.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2022.

ZAMBON, S. A.; SIGOLI FERNANDES COSTA, L. A evolução na produção do conhecimento científico e os desafios da modernidade. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 17, n. 49, p. 157, 1 out. 2021. DOI: 10.3895/rts.v17n49.13296. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/13296>>. Acesso em: 15 set. 2023.

YAMAMOTO, E. USP é a melhor universidade da América Latina e Caribe, segundo QS. **Jornal da USP**. São Paulo, 13 set. 2023. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/institucional/usp-e-a-melhor-universidade-da-america-latina-e-caribe-segundo-qs/>> Acesso em: 15 out. 2023.

WELLE, D. As universidades precisam valorizar mais a extensão. **Isto É Dinheiro**. 10 ago. 2023. Disponível em: <<https://istoedinheiro.com.br/as-universidades-precisam-valorizar-mais-a-extensao/>>. Acesso em: 11 abr. 2024

APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO BASE DAS ENTREVISTAS

Este questionário foi empregado com os gestores públicos, docentes e pesquisadores envolvidos nos convênios. Em cada entrevista adaptou-se os termos para se referir de forma específica a cada um dos convênios.

1. Conte-me um pouco a respeito da sua trajetória e formação acadêmica.
2. Como surgiu o projeto em questão?
3. Você já havia interagido com o órgão anteriormente? Qual a sua percepção sobre o processo de institucionalização da cooperação?
4. Houve a participação ativa dos gestores no projeto? Eles sugeriram alguma inclusão nas atividades durante o curso do convênio?
5. Quais foram os principais desafios e dificuldades durante a execução, na sua perspectiva?
6. Os resultados foram satisfatórios? Quais aprendizados você obteve participando da execução desse projeto?
7. Como foi a recepção por parte do órgão mediante as entregas realizadas? Você acredita que os objetivos do órgão colaboraram com a parceria?
8. De que forma os resultados da parceria/pesquisa foram incorporados pela universidade e/ou por outros atores/ordenamentos da sociedade civil?

APÊNDICE II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora: Milena Eugênio da Silva
Orientadora: Profa. Dra. Milena Pavan Serafim

NÚMERO DO CAAE: 57870322.1.0000.8142

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com as pesquisadoras através dos contatos disponibilizados no final deste termo. Se preferir, pode consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar a relação entre as Universidades Estaduais Paulistas, o poder público e as políticas públicas por meio de convênios. Busca-se, nesse sentido, entender como estas Universidades vem participando dos processos pertinentes às políticas públicas e a relação entre universidade, setor público e sociedade civil. Espera-se conhecer a contribuição social da universidade via atuação dos docentes junto ao poder público no processo de elaboração de políticas públicas e geração de inovação.

Procedimentos:

Você está sendo convidado a participar de uma entrevista em que falará sobre suas experiências, enquanto docente/pesquisador da Unicamp, USP, UNESP e/ou como servidor público, sobre as interações que possui junto ao setor público por meio da elaboração de convênio. Esta conversa terá por volta de 1 (uma) hora. O local da conversa será de sua escolha, podendo ser nas dependências da unidade em que está vinculado e/ou de forma online, por meio da plataforma Google Meet.

Além de você, outras pessoas também serão convidadas a participar. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com o pesquisador responsável.

A entrevista terá seu áudio gravado – com autorização dada por você ao início da entrevista

– a gravação tem o intuito de facilitar a tabulação das informações coletadas e ficará armazenada em local seguro, onde assegurará o sigilo da coleta.

O material com as suas informações (Termos assinados) ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade do pesquisador principal com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após a pesquisa. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes. Os dados desta pesquisa serão armazenados como arquivos digitais em PDF pelo período mínimo de 5 anos após o final da pesquisa, de acordo com a Res. CNS 510/16. Ao final deste prazo os dados serão

descartados.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Desconfortos e riscos:

Por se tratar de uma entrevista, não há maiores riscos previstos pela pesquisa, tanto para você quanto para sua equipe e projeto. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.

Benefícios:

Não há benefícios diretos ao participante, todavia você estará contribuindo com a pesquisa na área de inovação em governo, além de contribuir para a geração de conhecimento acerca dos temas tratados.

Acompanhamento e assistência:

A qualquer momento, antes, durante ou até o término da pesquisa, os participantes poderão entrar em contato com os(as) pesquisadores(as) para esclarecimentos e assistência sobre qualquer aspecto da pesquisa. Além disso, após o término da pesquisa, com todos os dados computados, os resultados serão disponibilizados da melhor e mais conveniente maneira, para que você possa ter acesso irrestrito e imediato. Você também receberá assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e Indenização:

Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa quando comprovados nos termos da legislação vigente.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Milena Eugênio da Silva, e sua orientadora, Profa. Dra. Milena Pavan Serafim, na Faculdade de Ciências Aplicadas – localizada na Rua Pedro Zaccaria, 1300; Caixa Postal 1068; CEP 13484-350; Limeira, SP; via e-mails: m184650@dac.unicamp.br e milenaps@unicamp.br.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) da UNICAMP das 08h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00 na Rua Bertrand Russell, 801, Bloco C, 2o piso, sala 05, CEP 13083-865, Campinas – SP; telefone: (19) 3521-6836; e-mail: cepchs@unicamp.br

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas.

Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Esses órgãos regulam que os documentos de pesquisa, inclusive os termos, devem ser arquivados em local seguro e guardados por cinco anos após o término da pesquisa. Só então podem ser descartados, por força da Resolução 466/2012 do CNS/MS, item XI.2 letra “e”, que afirma o dever elencado ao pesquisador de “apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento”.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do (a) participante da pesquisa:

_____ Data: ____/____/____

(assinatura do participante)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

Nome do (a) participante da pesquisa:

_____ Data: ____/____/____

(assinatura do pesquisador)